

A Defesa Nacional



ABRIL
1947

NUMERO
393

CEL. BENATO BATISTA NUNES
CEL. ARMANDO VILANOVA P. DE VASCONCELOS
MAJ. JOSE HORACIO DA C. GARCIA
CAP. OCTAVIO ALVES VELHO
CAP. I. E. JOAO CAPISTRANO

RIO DE JANEIRO

B R A S I L

A DEFESA NACIONAL

Fundada em 10 de Outubro de 1913

Ano XXXIV

Brasil — Rio de Janeiro, Abril de 1947

Ns. 395

SUMÁRIO:

I — EDITORIAL	3
II — ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL:	
a) — <i>Homenagem do Ez. Francês</i> — Cel. A. Lima	5
b) — <i>A 4.ª Secção na Campanha da Itália</i> (continuação) — Ten. Cel. A. Sena Campos	11
c) — <i>E. A. O. e E. E. M.</i> — Cap. Marílio Malaquias dos Santos	19
d) — <i>O Regimento de Infantaria no combate</i> (continuação) — Te. Cel. J. B. Matos	21
e) — <i>As manobras do Curso de Cavalaria na E. A. O.</i> — Major J. H. Garcia	27
f) — <i>Projeto de instrução para manutenção do material de uma D. I.</i> — Cap. Gilberto Pessanha	35
g) — <i>A arte de comandar</i> — (Continuação) — Trad. do Cap. Nilton Freixinho.	43
h) — <i>Reações opostas ao sistema de manutenção</i> — Maj. I. ...	49
i) — <i>Tropas aéreo-transportadas</i> — Trad. do Maj. Paulo Duarte	51
j) — <i>Cartão-memento do instrutor</i> — Te. Cel. Altair Franco Ferreira	81
III — ASSUNTOS DE CULTURA GERAL:	
a) — <i>O problema do Comando</i> — Trad. do Cel. Renato B. Nunes	91
b) — <i>O Exército Francês de transição</i> — Trad. do Cap. Amauri Benevenuto Lima	101
IV — ASSUNTOS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA:	
a) — <i>Considerações gerais sobre a teoria e a prática da Democracia e as Forças Armadas</i> — Cel. J. B. Magalhães	115
b) — <i>A Invasão da Europa</i> — <i>Relatório do Marechal Montgomery</i> — Trad. do Cap. Octavio Alves Velho.	139
c) — <i>A história militar e a preparação profissional do Oficial</i> — Maj. Omar Emir Chaves	159
d) — <i>Pequena História para meu filho</i> — Sargento Oscar Sales	165
V — ASSUNTOS DIVERSOS:	
a) — <i>Boletim</i>	167
b) — <i>Um pouco de bom humor</i> — Coronel X.	173
c) — <i>Livros novos</i> — Major Umberto Peregrino	177
d) — <i>Dicionário Militar Brasileiro</i> (continuação) — Cap. Octavio Alves Velho.	181
e) — <i>Noticiário e Legislação</i>	189

EDITORIAL

A organização de cada volume de nossa Revista, presidiu sempre o critério de inserir em suas páginas artigos que possam interessar particularmente às diferentes classes dos nossos leitores e, ao mesmo tempo, estabelecer uma certa proporção entre os assuntos propriamente táticos e os de cultura geral adequada.

Alguns leitores, entretanto, têm manifestado o desejo de que os artigos em que se debatem questões de tática, de instrução, de problemas de armas, de comando, de administração, de organização, enfim, de "cousas" da tropa e dos serviços, sejam mais frequentes e numerosos do que os que versam temas mais elevados, igualmente úteis, porém de aplicação menos imediata e geral.

É um ponto de vista que, até certos limites, poderá ser satisfeito, porque é certo que a grande maioria dos leitores encontra-se ainda nos primeiros estágios de sua formação técnico-profissional, enquanto outros se interessam mais por assuntos de extensão cultural.

Entretanto, cumpre repetir mais uma vez, a nossa Revista não pode ser obra de meia dúzia de redatores que, sentados a uma mesa e de caneta em punho, pontifiquem sobre todos os assuntos com aquela onisciência que, hoje em dia, não passaria de presunção pedantesca. E ainda que assim fôsse a Revista perderia sua principal qualidade, que é a de facultar o debate livre de tôdas as questões, que assim serão explanadas de pontos de vista diferentes, e não pessoais e exclusivos, e permitir também que problemas particulares, ou especiali-

zados, sejam discutidos por quem tenha credenciais bastantes para fazê-lo.

Para estabelecer, então, uma "dosagem" equitativa dos diferentes gêneros de artigos em cada número da Revista, de maneira que todos os leitores encontrem neles, pelo menos dois ou três que lhes interessem particularmente, é necessário que as colaborações remetidas à Redação da Revista sejam suficientemente abundantes e variadas, sem o que, haverá sempre excesso de uns, em detrimento de outros temas.

Apelamos, portanto, para os nossos Camaradas da tropa e dos serviços, para os que comandam e instruem, aos quais não faltarão temas e oportunidade para escreverem cousas úteis, objetivas e práticas, desde o Coronel até aos sargentos. Da companhia ao batalhão e ao regimento, dos estados-maiores aos quartéis-generais, a seara é vasta e multiface, os assuntos pululam; basta querer transportá-los para o papel.

As escolas de formação de oficiais e de sargentos, os centros de instrução especializada, os C. P. O. R., as escolas de aperfeiçoamento e de ampliação da instrução dos oficiais, são outras tantas fontes de valiosas informações, até hoje mais ou menos inexploradas, exceção feita da Escola de Estado Maior, que tem enriquecido as páginas de nossa Revista com preciosa colaboração. Podemos, entretanto, adiantar aos nossos leitores que estamos em entendimentos com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais no sentido de publicarmos notas e trabalhos relativos aos seus cursos, o que representará excelente subsídio para todos, principalmente para os candidatos à matrícula nêsse estabelecimento de instrução.

Colaborem, portanto. Fazemos apenas uma restrição: concisão absoluta, sem prejuízo, é óbvio, da clareza. O valor de um artigo não está no número de páginas, mas na substância de cada uma delas.

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

"O objetivo final de todo Exército é a batalha e o homem é o instrumento básico do Combate".
Ardant du Picq.

"Em última análise, é sempre o homem que deve utilizar os meios auxiliares postos a seu serviço pela técnica. Reunidos, o homem e a técnica, representam a força de um Exército. Mas o homem manterá eternamente a primazia. Ele, que é transportado pelo material inerte, aplica-o contra o inimigo e comunica-lhe a vida necessária para destruí-lo".

MARECHAL LUDENDORFF.

GENERAL A. JUIN

Cel. A. LIMA

*O General Juin,
aos diretores e oficiais colaboradores da
interessante revista "A Defesa Nacional",
irmã de nossa revista "Defesa Nacional",
com suas cordiais lembranças. 2-1947.*

Eis os dizeres do cartão que esse eminente Chefe nos enviou, acompanhado de um exemplar da revista "Homens e Mundos", na qual publica as impressões que lhe ficaram de sua primeira visita ao Brasil.

Depois de aludir às belezas naturais que emolduram a obra do homem, e essa mesma obra, relembra o amistoso acolhimento que lhe foi dispensado em todos os lugares por onde andou, nesta Capital e em S. Paulo.

Recorda o trabalho fecundo da primeira Missão Militar Francesa constituída de oficiais de escol e chefiada pelo Senhor General Gamelin, e o êxito de seus continuadores até às vésperas de 1940. E diz:

"Que poderá ter restado da passagem dessa Missão e da preponderância que ela adquirira, após o choque psicológico

produzido pela notícia do desmoronamento súbito de nossos exércitos? Eis a pergunta que fiz a mim mesmo, não sem apreensão, ao desembarcar em terras brasileiras. Sem dúvida, não se ignora aqui que o General de Gaulle acabou por ressoldar, no Império, os pedaços de nossa espada, e que o pequeno Exército francês renascente, unindo-se à resistência interna, tomou parte muito activa nos combates da Libertação e na vitória final. Mas, haveria um termo de comparação entre esse ressurgimento, por muito glorioso que fôsse, e o imenso esforço efetuado pelos nossos aliados? Não sabia eu, demais, que uma Missão americana, bastante numerosa, se substituiria à nossa, depois que o Brasil entrou na guerra?

Tranquilei-me logo, à vista do acolhimento que me foi dispensado e que, manifestamente, ultrapassava a minha pessoa. Fui recebido como hóspede de honra, como o havia sido algum tempo antes o General Eisenhower, e bastava ler nos olhares e ouvir os discursos para convencer-me de que os sentimentos não tinham mudado. Parecia até que se tinham reforçado em face de nossos infortúnios e da nossa reaparição numa luta decisiva em que o nosso Exército, como a nossa resistência, fizeram honesta e destemida figura. Congratulavam-se conosco de que a França tivesse continuado a ser a França, porque é certo que seu declínio arrastaria o da grande família espiritual e moral à qual o Brasil se honra de pertencer”.

Depois de referir-se à cordialidade com que foi recebido pelo Presidente da República e pelo Ministro da Guerra, em quem vê “um jovem General de Divisão de olhar franco e enérgico, apaixonadamente devotado aos seus encargos, e fiel às idéias militares francesas”, diz da boa impressão que lhe ficou das visitas que fez à Escola de Estado-Maior, à Escola Militar, à Vila Militar, a Volta Redonda, à Escola Naval e Escola de Aeronáutica, e de sua rápida passagem por S. Paulo.

Sua primeira visita, diz, tinha que ser à Escola de Estado-Maior, em virtude das recordações perenes que lá deixou a Missão Militar e “onde se evoca sempre, e com veneração, os nomes dos professores e instrutores franceses que nela se sucederam”.

E acrescenta: “O General Carpentier, que foi um deles, retomou seu lugar no anfiteatro, como se seu curso não tivesse sido interrompido a fim de expor as campanhas da Tunísia, da Itália, da França e da Alemanha. Tomei também a palavra, mas, para prestar alguns esclarecimentos relativos à campanha de 1940 e precisar certas razões técnicas da nossa derrota. Era para mim um dever de lealdade dar explicações aos Oficiais de Estado-

Maiores brasileiros, que havíamos instruído e que nos tinham testemunhado tanta confiança. Fazia-se mister tranquilizá-los a respeito da qualidade de nossos ensinamentos, mostrando-lhes que os princípios eram bons, mas que a aplicação que deles fizemos em Maio de 1940, pecava muitas vezes contra o seu espírito. Não me foi difícil, por outro lado, provar que esses mesmos princípios tinham inspirado as campanhas vitoriosas de 1943-1945, conduzidas, no entrantão, com um instrumento mais bem adaptado e moralmente melhor.

Essas conferências eram ouvidas por um auditório vibrante e simpático que parecia feliz por escutar novamente vozes francesas e de retomar o fio desse pensamento ao mesmo tempo cartesiano e intuitivo que é próprio do grupo intelectual latino".

A Vila Militar deu-lhe a impressão de "uma cidade militar" onde tropas e quadros, estádios, serviços sociais e oficinas de reparações, das quais a de material automóvel lhe pareceu um modelo no gênero, e a extensão dos terrenos circunvizinhos formam um conjunto coerente e de concepção moderna, "capaz de garantir, nas melhores condições, a instrução e o treinamento de uma grande unidade".

Volta Redonda é, a seu ver, uma "cidade siderúrgica, cuja realização responde à necessidade de industrialização que se faz cada vez mais sentir no Brasil. Uma coqueria, um alto-forno fundições e conversores de fabricação americana já produzem materiais de utilidade imediata que interessam, de preferência, o sector económico. E' que o Brasil, ainda mais do que nós mesmos, é obrigado a subordinar todo o esforço para armar-se com seus próprios meios, ao desenvolvimento das indústrias-chaves que até o presente lhe fazem falta. A gestão do estabelecimento foi confiada a uma sociedade da qual o Estado é o maior acionista. E' um estádio intermediário entre a livre atividade e a nacionalização integral. A fórmula é sedutora pelo facto de reservar ao Estado um poder de controle e de orientação, sem prejuízo da iniciativa e dos interesses privados. Sua generalização transformaria o Estado numa espécie de "Holding" gerindo grande massa de ações, e os funcionários das Finanças em membros de conselhos de administração. Os proventos seriam naturalmente função da boa ou má gestão".

Voltando a falar das escolas, observa que a distância e o isolamento da Escola Militar e da de Aeronáutica, em relação ao Rio, só pode ser favorável à formação dos jovens oficiais.

Alude aos dois meios de ingressar na Escola Militar: aprovações suficientes nas Escolas Preparatórias e o concurso livre

para todos os estudantes. E diz: “Esse sistema apresenta o inconveniente de não aproveitar a tôdas as camadas sociais da nação, embora seja sempre possível aos sargentos conquistar as ombreiras estreladas. E’ preciso considerar, porém que a instrução, no Brasil, é ainda pouco difundida nas massas e que, nessas condições, a preocupação de ter oficiais de um certo nível intelectual, a fim de garantir o recrutamento dos chefes, ultrapassa qualquer desejo igualitário.

E assinala: “Em tôdas elas mantem-se cuidadosamente o culto das tradições porque, no Brasil, como em tôda a parte, sabe-se que as tradições impressionam profundamente os jovens, e se transformam, no seu subconciente, em dogmas e reflexos morais, mais fortes diante do perigo do que todos os raciocínios do espirito”.

* * *

“Não quiz deixar o Brasil, diz o General Juin, sem ver S. Paulo, a grande cidade do trabalho, e dos negócios, que contrasta, nesse particular, com o Rio, a capital política, mais adornada, certamente, porém mais negligente. E’ a nossa Casablanca marroquina, dinâmica e trepidamente, haurindo os elementos de seu vigor num clima menos debilitante, um sangue novo trazido pela imigração e riquezas imediatamente exploráveis. O desejo de ganhar dinheiro e de ganhá-lo depressa, desenvolve-lo nas fábricas e as culturas, entre as quais a do café que começou, aliás, a emigrar para mais longe, para o interior, em busca de terras vermelhas não esgotadas. Não pude ver S. Paulo senão mui rapidamente e sob uma chuva cerrada que lhes dava um aspecto asaz triste e incolor”.

Refere-se ainda aos encantos da terra e à afabilidade dos homens, e conclui:

“Sim, o Brasil é um país generoso e hospitaleiro, que sabe mostrar-se particularmente acolhedor de todos os portadores de mensagens francesas porque, tudo quanto nos toca, nele encontra ressonância. E’ bem verdade que hoje, por um instinto natural de defesa, está empolgado pelo grande movimento de solidariedade continental que se desenvolve nas Américas. Mas, se aceita de bom grado ser guiado no plano técnico pelos americanos do norte, decide conservar suas maneiras próprias de pensar e de sentir, e reservar-se, nesse domínio, a escolha das preferências.

Ora, no Brasil, para nós, os franceses, basta exprimirmos em nossa lingua, despertar recordações e trocar algumas

idéias gerais, para fazer surgir a filiação espiritual. Nosso humanismo, a Declaração dos Direitos do homem e do cidadão, nossos sistemas filosóficos do século XIX e, singularmente, o positivismo de Augusto Comte, tiveram nesse país uma repercussão profunda.

Por certo, é preciso cuidar que o francês, que é comumente falado pelas pessoas cultas de mais de trinta e cinco e quarenta anos, não ceda pouco a pouco o lugar ao inglês, que se tornou necessário a quem quer receber a iniciação técnica, e que a tela dos cinemas e as ondas do rádio difundem largamente. Cabe-nos velar por isso, tanto pelo número quanto pela qualidade de nossas missões culturais, sempre certas de encontrar nesse país um auditório favorável.

"O Brasil entrou hoje numa fase nova. Grande como um continente, pode dizer-se que se encontra ainda no estágio de sua própria descoberta e longe de ter avaliado seus recursos e suas virtualidades. Se acontece orgulhar-se disso, sucede-lhe também inquietar-se, notadamente nestes tempos de miséria e de rudes competições. "Ordem e Progresso", diz a divisa, confiante nos Destinos dos Homens, que inscreveu em letras de ouro no pano de sua bandeira. As duas cousas, porém, nem sempre marcham em companhia, e o Progresso faz singulares retrocessos! Desde agora, terá que preocupar-se com os problemas criados por uma imigração que se tornou necessária para valorizar suas imensas riquezas, e com esse outro problema não menos árduo dos transportes e comunicações, que hoje aflige o Brasil, porque não construiu em tempo uma rede satisfatória de estradas de rodagem e de vias férreas.

Por outro lado, seu esforço pela industrialização o encaminhará inevitavelmente, queira ou não, do estatuto patriarcal ainda em vigor em suas fazendas do interior, para o que deve reger massas operárias mais ou menos conscientes, mas que já agitam todas as nossas idéias sociais.

Já compreendeu, também, a importância de sua posição planetária que o coloca na extrema vanguarda do continente americano, dirigida para a África, e que determinou sua participação no conflito. E' pelas regiões árticas, e pelo Atlântico equatorial que as duas grandes massas continentais do globo se ligam mais facilmente hoje, graças aos progressos da aviação. E' também por aí que elas podem defrontar-se na guerra, ou se unirem na Paz, para aprenderem melhor a se amar. A França Africana, com Dakar, forma precisamente o "vis — à vis" do Brasil na outra borda do Atlântico, e isto constitui um outro traço de união. Apressemos-nos em lançar aí as bases de uma via franca-

mente aberta a tôdas as trocas humanas. Demos à ponta de Natal, que depois da guerra é um gigantesco e suntuoso aeroporto, um correspondente na outra margem, que seja verdadeiramente o seu homólogo, e não constitua mais para nós, um motivo de humilhação. A ponta do Cabo Verde, onde temos uma posição privilegiada e um avanço seguro sobre os outros pontos da costa da África, deve ser organizada sem demora, começando pelo equipamento de sua base aérea. Importa, acima de tudo, que a França retome seu lugar na "linha" que foi sua e que é sempre frequentada, nas paragens do "Desconhecido", pela alma errante e insatisfeita do nosso grande Mermoz".

Eis algumas das impressões, e as mais expressivas, que o Senhor General Juin pôde guardar de sua visita, estonteante pela vertiginosa rapidez e pela variedade de aspectos de tudo quanto passou diante de seus olhos, na curta permanência no Brasil, e entre seus amigos e admiradores, logo conquistados pela sua fidalga e cativante simplicidade de maneiras, características dos espíritos superiores. E' que o olhar arguto do Chefe experiente, sabe ver com clareza onde a outros pareça só existir confusão, como é de regra na guerra, e distinguir o geral do particular, o essencial do acessório.

Apraz-nos, sobremodo, ver confirmada aqui, por voz tão autorizada, a advertência que temos dirigido tantas vezes aos "novos" e a certos espíritos apressados na generalização de conclusões não maduramente analisadas ainda: — a guerra não "mudou" de *fond en comble*; a doutrina francesa, baseada em princípios que são, aliás, de todos os tempos, não pereceu. A execução é que varia, sobretudo, com a qualidade e a quantidade dos meios postos em acção. Não foi da doutrina francesa que os alemães triunfaram em 1940, mas de uma preparação e execução precárias. *Casino* caiu graças à aplicação do espírito da doutrina francesa, e também à honesta e consciente aceitação de seus princípios pelo Comando americano. Foi pela preparação e organização perfeitas, e pela decisão na acção, que os Exércitos aliados acabaram por triunfar do Exército alemão, sem dúvida o mais poderoso e bem organizado dos últimos tempos, seja dito em louvor de seus organizadores, e em honra dos seus vencedores, porque, segundo o ditado francês — "A vaincre sans péril, on triomphe sans gloire".

A 4.^a SECÇÃO NA CAMPANHA DA ITÁLIA

Ten. Cel. SENNA CAMPOS

Do E. M. da 1.^a D. I. E.

(Continuação)

— V —

ENTRADA EM LINHA DA 1.^a D. I. E. — Vale do Reno

O Destacamento da F. E. B., que operava no vale do Sercchio desde os meados de setembro, foi retirado de linha e substituído pelas tropas da 92.^a D. I. americana (de pretos).

Os primeiros movimentos foram executados pelo 6.^o R. I., por batalhões e à proporção que iam chegando as unidades americanas, entre os dias 3 e 7 de novembro, valendo-se dos meios unicamente brasileiros.

Os elementos de Engenharia, Saúde, Transmissões e Pelotão de Reconhecimento, movimentaram-se, por infiltração, entre os dias 9 e 18 do mesmo mês.

O resumo do movimento foi o seguinte:

Itinerário — Estradas 12.27, 12.21, Lucca-Autoestrada 11, Pistoia, Estrada 64, Porreta.

Distância — 120 km.

Elementos transportados:

6. ^o R. I.	3.300 homens
Cia. Eng.	194 "
Pel. Rec.	28 "
II Grupo 105	529 "
Cia. Ev. — Pel. T. D.	173 "
Pel. Int.	59 "

Total

4283 homens

Juntamente com a tropa, foram transportados todo o material e toda a munição das unidades. Com isso o número de viaturas necessárias a cada batalhão, variava e obrigou a cálculos individuais.

O transporte em comum, de homens e bagagem, em longo percurso, não permitiu observar-se o regulamento, quanto à colocação de 25 homens por caminhão de 2,5 toneladas. Cada Cmt. de unidade, em defesa da comodidade de seus homens, muito justamente, pedia maior número de veículos do que o realmente necessário.

A avaliação da bagagem transportada por um soldado brasileiro foi sempre problema difícil, problema êsse agravado pela constituição de "Caixas Baixas" de víveres e munições, reflexo das nossas campanhas internas, com as quais os Comandantes cobrem-se dos imprevistos, dos fornecimentos...

Quando os elementos de transporte eram americanos, os batalhões recebiam 35 caminhões apenas, correndo por nossa conta as viaturas restantes. Os batalhões do 6.º R. I., para o movimento em questão, utilizaram 88, 93 e 85 caminhões, respectivamente. Vê-se que o número foi bem maior, embora houvesse toda a carga a transportar.

A 4.ª Seção reuniu o seguinte material para realizar o transporte: Cia. de Int. 32 caminhões de 2,5 Ton.

A. D.	20
1.º R. I.	10
1.º B. S.	5
9.º B. E.	5

Houve um reforço, portanto, de 72 viaturas, acionadas diretamente pela 4ª Seção.

Enquanto êsse movimento se processava, as unidades do 2.º Escalão, deslocavam-se para a zona de treinamento, o que veio complicar a distribuição de meios.

O controle do tráfego, no vale do Serechio, ficou a cargo da Polícia Militar brasileira, enquanto que no vale do Reno coube à P. M. americana.

No Serechio, as cousas passaram-se normalmente, mas no Reno, a chegada da tropa brasileira, à noite, deu em resultado um congestionamento do tráfego, que se transformou em balbúrdia, com o bombardeio alemão. Isso fez com que o Comando Brasileiro deslocasse parte da Polícia para o Reno, pois regular o tráfego de tropa brasileira com Polícia Americana, falando inglês, é coisa muito complicada...

Uma vez, no vale do Reno, a tropa viu-se a braços com o problema dos suprimentos, pois os depósitos de Exército continuaram em Viareggio, o que correspondia a um percurso diário de 160 kms., com duas serras de permeio — a de Quiesa, entre Lucca e Viareggio e os próprios Apeninos, entre Pistoia e Porreta, com seu ponto mais alto, no colo de Colina, a 900 metros de altitude, com uma serie de pontes em reconstrução, pela Engenharia Americana.

O nosso Ponto de Suprimento foi deslocado da região sul de Ponte A Moriano para Pistoia, a 35 kms. de Porreta, o que não era ainda uma boa solução, pois as viaturas das unidades teriam que fazer um percurso de 70 kms., quasi todo de serra. O Ponto de Suprimento não poudé avançar mais, porque estava de Viareggio, uma distância de 50 kms.

O 5.º Exército logo depois, deslocou seus depósitos para Pistoia, os quais, juntamente com os existentes em Florença, constituíram as fontes de suprimento da divisão brasileira, durante a sua permanência na região de Porreta Terme.

Com isso, o Ponto de Suprimento da 1.ª D. I. E., para víveres, forragem, gasolina e lubrificantes, foi transferido para Le Pieve, ao sul de Porreta e a 5 kms. em média, da frente.

As munições e outros suprimentos eram recebidos nos depósitos, em Pistoia ou em Florença, pelos meios de transporte das próprias unidades ou da Cia. de Intendência.

Estava em linha, no vale do Reno, o primeiro contingente de tropas brasileiras, quando houve necessidade da entrada em ação, do restante das forças, em curto praso.

Como dissemos anteriormente, processava-se ainda o equipamento do 2.º Escalão, mas já a 19 de novembro teve início o deslocamento do II Btl. do 1.º R. I. de C. Felicosa e do 1º Grupo, com um total de 63 caminhões de 2,5 Ton., sendo 14 cedidos pelo IV Corpo, em geral caminhões ingleses.

O destino dessa tropa era a região intermediária, situada a S. W. de Porreta, em montanha, à margem da Estrada 64, e constituída por uns povoados de nomes — Granaglione, Borgo Capane, Lustrola. Daí, à tropa no dia imediato à chegada, tomava a direção da linha de combate, em substituição aos batalhões do 6.º R. I.

O movimento continuou, nos dias seguintes, até o dia 23, para ser retomado a 27 e terminado a 1 de dezembro.

As unidades deslocaram-se na seguinte ordem:

Dia 20-III/1.º R1, com 61 caminhões;

Dia 21 I/1.º R. I., com 70 caminhões;

Dia 27-III/11.º R. I. com 40 caminhões;

Dia 29-II/11.º R. I., com 39 caminhões;

Dia 30-I/11.º R. I., com 37 caminhões;

Dia 1 de Dez. Órgão Regimentais do 11.º R. I., com 25 viaturas.

Enquanto esses movimentos eram realizados da região de treinamento para o estacionamento intermediário, outros transportes eram feitos, à noite, entre essa região e a frente.

Assim:

Dia 20-II/1.º R. I., para RIOLA, com 63 caminhões, trazendo, no regresso, o III/6.º R. I. para C. de Cristo.

Dia 21 — III/1.º R. I., para RIOLA, com 61 caminhões, trazendo, de regresso o II/6.º R. I. para Lustrola, onde chegou na madrugada 21-22.

Dia 22 — III/6.º R. I., de C. de Cristo para a região de Bombiana, com 36 caminhões, e retirada da frente, de elementos restantes do II/6.º R. I.

Em meu diário consta mais: transporte de homens em repouso para Florença e reunião de meios para transportar o I/1.º R. I., para uma ação ofensiva com a "Task Force 45" e a expressão: "Que coisa louca!"

Isso traduz bem o estado de espírito dos órgãos encarregados dos transportes e tráfego, durante aquela tarefa ininterrupta, de dia e de noite.*

Dia 23-24, às 4 horas da manhã, transporte do I/1.º R. I., para Sila, com 70 caminhões do IV Corpo.

Dia 24-1 Cia. do II/6.º R. I. de Lustrola para Sila.

A 26 de novembro, pensou-se em empregar um batalhão do 11.º R. I., ainda na zona de treinamento e a 27 esse batalhão, o III, foi transportado, como vimos, para Sila e aplicado contra Monte Castelo, na madrugada de 29.

Estavam os transportes em franca atividade, trazendo tropa da retaguarda, quando os alemães, às 2 horas da madrugada de 28, resolveram atacar, na região de Belvédere, recalcando os pretos americanos, morro abaixo. Novo pedido de transporte para a Cia. do 6.º R. I., que estava em Sila, à disposição do IV Corpo. Raspamos os elementos mais próximos e que haviam escapado do combóio que, no dia seguinte deveria transportar o II/11.º R. I., de Filetole para Lustrola.

Continuando os movimentos, foram transportados, ainda a 27, o I/1.º R. I. de Gaggio Montano para Sila, empregando-se 35 caminhões.

A 30, o I/11.º R. I. deslocou-se de Lustrola para Sila, em 35 caminhões e o I/1.º R. I. regressou de Sila para Lustrola, utilizando o transporte de retorno.

Para resumir, em 44 dias foram transportados 40 batalhões, quando dispunhamos de 9, apenas. Daí ser conhecida, essa movimentada fase, por "Dança dos Batalhões".

A entrada em linha da infantaria brasileira não pde obedecer rigorosamente os laços de unidades constituídas, obrigando à 2.ª Seção a uma série de substituições que recompuseram os Regimentos. E com esse movimento intenso, a tropa adquiriu uma grande e proveitosa prática de embarque e desembarque e deslocamento em combóio, em plena escuridão e pelos terrenos mais variados.

A região intermediária de estacionamento, à margem da estrada 64, e a S. W. de Porreta, era montanhosa e a estrada que a servia era estreita, de má conserva, sinuosa e de grande perigo.

Os movimentos tinham início às 7 da manhã, em Filetole, de modo que pelas 14 horas surgiam os primeiros combóios do dia, que rumavam para o estacionamento da tropa.

A estrada, em raros pontos, permitia cruzamento de veículos, o que implicava em só ser possível a subida de um combóio, depois que os veículos descarregados, houvessem desempedido o trânsito.

O problema era mais simples, quando sómente estavam em circulação as viaturas vasias que desciam e os combóios cheios que subiam.

Si um combóio destinava-se a Granaglione, extremo da estrada considerada, o problema não se complicava, porque havia uma circular que permitia a manobra, mas quando as viaturas tinham que regressar de outro ponto intermediário, a manobra era mais complexa e demorada.

Com a partida para a frente, do primeiro batalhão chegado ao estacionamento intermediário, ainda mais difícil tornou-se a situação do tráfego, nessa estrada má e tortuosa, porque havia combóios cheios subindo, combóios vasios descendo e a partir de 17,30 horas, combóios de tropa descendo, constituídos de viaturas que haviam subido vasias, para a realização desse transporte. Então havia quatro movimentos distintos: duas correntes para cima e duas outras para baixo.

Os caminhões que chegavam com tropa não desciam carregados, porque regressavam à zona de treinamento, para os movimentos do dia seguinte e nesse meio estavam caminhões

americanos e ingleses postos à nossa disposição, pelo 5.º Exército.

As últimas unidades de marcha chegavam invariavelmente ao anoitecer, quando já haviam começado os deslocamentos para a linha de frente, de modo que não foi fácil acomodar o tráfego, dentro do horário rigoroso, das tropas que deviam entrar em posição, antes do amanhecer.

Não pararam aí as dificuldades, pois, como vimos, os caminhões que regressavam da frente traziam a tropa substituída, que se dirigia à malfadada região de estacionamento intermediário. E não havia outra que se prestasse a tal fim.

A situação era tão complicada que imaginámos um gráfico para não nos esquecermos dos detalhes. Quando esse gráfico foi apresentado ao Comando, ouvimos o seguinte: está muito bonito, mas vejamos si na prática os resultados serão satisfatórios.

Na reunião do Estado Maior, no Q. G. Avançado, em Porreta, na manhã seguinte ao início do deslocamento, tivemos a satisfação de declarar, entre os assuntos da 4.ª Seção, que os movimentos do dia anterior tinham sido executados com sucesso.

Haviam sido transportados: um batalhão de Filetole para Lustrola; um batalhão de Lustrola para a frente e um terceiro da frente para a região de estacionamento, tendo o movimento terminado às primeiras horas do dia que estávamos vivendo.

Depois de um reajustamento dos meios, preparou-se o movimento do dia seguinte, semelhante ao do dia anterior. Mas, nem sempre tudo corre como se imagina, uma vez que, na guerra, tudo é possível.

Os transportes iniciaram-se normalmente mas, ao anoitecer, caiu um temporal na serra e o vento era tão forte que os pingos pareciam pequenas pedras de gelo a nos fustigar o rosto. A estrada ficou quasi intransitável e de perigosa que era, tornou-se perigosíssima.

O II/1.º R. I. que se deslocou para a frente, não teve seus movimentos terminados antes do raiar do dia e com isso os transportes foram incompletos.

No terceiro dia, ainda mais complicado tornou-se o tráfego, pois, além dos deslocamentos normais, foram previstos aqueles das viaturas do batalhão da véspera que fariam o seu deslocamento, por infiltração.

Castelnovo

Barga

Bagni di Lucca

Cassino

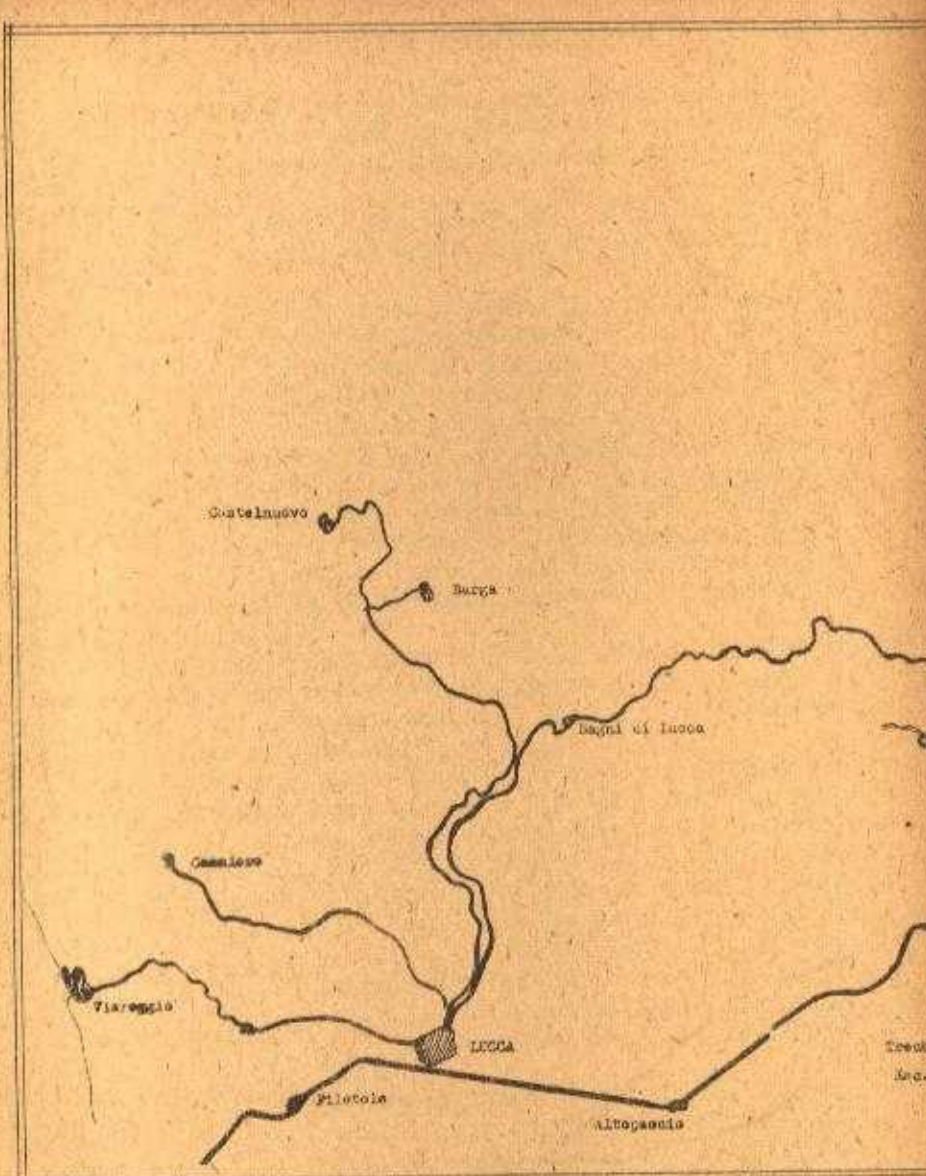
Viareggio

LUCCA

Pioltolo

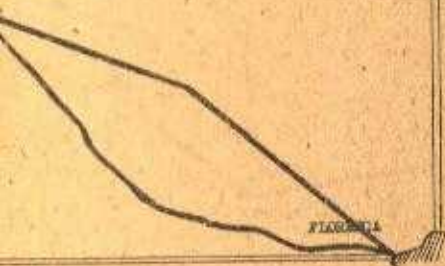
Altopiano

Tracce d.
No. 17





ISTOIA



Esse contratempo só nos serviu para evidenciar um fato que nem sempre é levado em consideração — é que a natureza também tem os seus caprichos e contra eles devemos fazer as nossas previsões.

Felizmente, desse dia em diante, até o final da "Dança dos Batalhões", poudes, a 4.^a Seção, satisfazer às exigências da 3.^a Seção.

Contemos alguns fatos: os movimentos deveriam ser executados em plena escuridão, empregando os motoristas, na descida da serra, no máximo os faroletes de "Black out" e depois já na estrada principal, sómente os faroletes — "Olho de Gato". Mas, apesar das recomendações e vigilância, às vezes surgia na escuridão da noite um escandaloso farol de caminhão, dando um risco luminoso no espaço e denunciando o movimento em curso. Era o instinto de defesa e o receio de que se reproduzissem os acidentes de noites anteriores, quando um caminhão cheio de homens, em uma pequena ponte existente numa curva da estrada, despencou e feriu vários soldados do 1.^o R. I.

Na noite seguinte, outro caminhão, vindo em sentido contrário, ficou pendurado na ribanceira, no mesmo local e um segundo virou em um barranco, também carregado de tropa, mas sem maiores consequências.

Tantas noites os faroes ascenderam-se e apagaram-se, na serra, às vistas do tedesco, que num belo lusco fusco, quando um combóio do II/1.^o R. I. descia do estacionamento intermediário, foi atacado por um avião inimigo, tendo sido ferido um homem e duas bombas foram lançadas na região do Ponto de Suprimento, em Le Pieve, onde era grande o movimento. Em proseguimento, o avião metralhou a ponte Della Venrina, na estrada 64 e lançou uma bomba sobre Porreta, a 200 metros do Q. G., matando, na cadeia pública e arredores, mais de 20 pessoas, inclusive um sargento do III/6.^o R. I., que estacionava na localidade.

Outro fato interessante passou-se com uma Cia. de Serviço de um dos Regimentos, que procurava a região de estacionamento e acabou entrando em Porreta, em plena escuridão, tendo deixado, à retaguarda, a entrada que permitia acesso ao lugar desejado. Não havia sido feito o reconhecimento com os detalhes exigidos e com isso a escolha de casas abandonadas, para passar a noite, estava sendo realizada, assim como a descarga da bagagem, à margem da estrada, quando chegamos ao local, de volta de uma inspeção do tráfego.

Deparamos com uma confusão e vozerio em duas ou três linguas — portugüesa, inglêsa e italiano e a estrada inteiramente bloqueada, por caminhões parados por toda parte, volumes espalhados pelo chão e sobre tudo isso a escuridão.

Os ingleses queriam descarregar a munição que ocupava os seus grandes caminhões, pois tinham que regressar e nesse mesmo desejo estavam os nossos motoristas, que no dia seguinte teriam que prosseguir na faina transportadora. Foi com custo que desconbrimos o Capitão e a essa altura o problema estava sério, com viaturas paradas na estrada, querendo passagem e a confusão imperando em seus multiplos aspectos... Tivemos que dizer, em alta voz, que dias antes três viaturas da nossa Cia. de Transmissões tinham sido destruidas naquele mesmo local, por efeito do bombardeio da artilharia pesada alemã. Foi um belo expediente, pois tudo clareou no tráfego, apesar da escuridão...

Em conclusão:

1 — A primeira fase dos deslocamentos da tropa brasileira, iniciada no Rio, em dois escalões, terminou no Vale do Reno;

2 — Os transportes, no Brasil, o embarque e o desembarque foram inteiramente satisfatórios;

3 — As irregularidades verificadas, oriundas da filosofia própria de nossa gente, terminaram, em sua grande parte, quando as unidades equipadas e enquadradas encararam, com objetividade, o seu enprêgo, em combate;

4 — A 4.ª Seção sómente agiu no âmbito divisionário, empregando todos os seus meios e coordenando a ação dos Serviços, quando a 1.ª D. I. E. alinhou-se no vale do Reno. Até então colaborou como elemento avançado, valendo-se de um oficial de cada Serviço, no equipamento e deslocamento da tropa;

5 — Os deslocamentos complexos, no final da 1ª fase demonstraram a adaptação dos nossos homens, em todos os escalões, aos imperativos de uma campanha inteiramente fora dos moldes que até então têm servido à nossa aprendizagem;

6 — Os transportes de tropa foram executados sem perturbarem os movimentos diários de suprimento;

7 — Durante os meses de novembro e começo de dezembro, os transportes caracterizaram-se pela grande amplitude, em prazo curto.

E. A. O. e E. E. M. E.

Cap. MARILIO MALAQUIAS DOS SANTOS

Uma medida justa e lógica e que, no entretanto, até a presente data ainda não foi oficializada, será a de ficarem isentos no Concurso à Escola do Estado Maior da parte relativa a conhecimentos militares, os oficiais com o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais com a menção "Muito Bem".

Durante muitos anos o curso plenificado da Escola de Aperfeiçoamento, e com uma classificação dentro do primeiro quarto da turma, dava o direito à matrícula na Escola de Estado Maior sem o exame de admissão. Já não desejamos tanto, pois, constando do concurso Inglês, Espanhol, História e Geografia do Brasil e da América do Sul, matérias não lecionadas na primeira das Escolas e que si fazem parte do programa de admissão à segunda, é porque constituem base indispensável ao Curso, muito embora numerosos oficiais de Estado Maior tenham feito este curso sem o respectivo exame de admissão, por estarem amparados na concessão acima citada e nem por isso deixaram de ser ótimos alunos, nem sentiram maiores dificuldades durante o curso, dos que se submeteram ao exame de admissão, mas tão somente a isenção de matérias constantes de ambos os programas.

A Topografia estudada na Escola de Aperfeiçoamento é a exigida no exame de admissão, sendo que naquela ainda há o trabalho prático de campo, não constante deste. O estudo de Tática feito não só na Infantaria, como na Cooperação das Armas e Serviços, vai até o Regimento, sendo, por conseguinte, superior ao do exame de admissão, em que só se estuda o Batalhão.

O oficial que termina o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais recebe um diploma, que o habilita à promo-

ção ao posto de Coronel, pois, pelo estudo que fez, está em condições de comandar Regimento.

A Escola de Estado Maior habilita ao seu diplomado a promoção ao generalato, por onde se vê que uma escola deve ser a sequência da outra, isto é, o estudo de uma o prosseguimento do da outra. Logo o oficial com o curso de Aperfeiçoamento, aprovado com menção "Muito Bem", que corresponde a mais de 7,5 na antiga Escola, deveria, pelo menos, não mais necessitar de fazer exame das matérias já estudadas, pois esta exigência só seria justa si se tratassem de duas Escolas completamente independentes, o que não se dá, porquanto ambas seguem as diretrizes oriundas de uma mesma fonte: o Estado Maior do Exército.

Esta concessão facilitaria ao diplomado com "Muito Bem" na Escola de Aperfeiçoamento, visto que ao terminar este curso só se preocuparia com a parte relativa a conhecimentos gerais, ficando dispensado de rever a militar, porque um assunto por mais que seja conhecido, exige uma recordação rigorosa por parte de um candidato que deseja conscientemente prestar um concurso, e, deste modo, poderia, logo em seguida, prestar exame de admissão, havendo uma continuidade, que pela finalidade de ambas as Escolas, conforme linhas acima ficou dito, parece ser a solução ideal.

A adoção desta medida constituiria um estímulo, ou melhor, um prêmio aos que conseguissem a menção máxima na Escola de Aperfeiçoamento.

J. J. PEREIRA LOURO

ENGENHEIRO CIVIL E ELETROTÉCNICO

PLANTAS	EMPREITA	DIVISÕES
PROJETOS	FISCALISA	MEDICÕES
CALCULOS DE	ADMINISTRA	E
CONCRETO ARMADO	CONSTRUÇÕES CIVIS	LOTEAMENTOS DE TERRAS
RUA DR. ALENCAR LIMA, 12 - 1.º AND. SALA 6 - T. 2356 - PETRÓPOLIS		

Transferio seus escritórios para a Avenida 15 de Novembro n.º 956 - Petrópolis

O REGIMENTO DE INFANTARIA NO COMBATE

Ten. Cel. J. B. DE MATOS

Instrutor da E. E. M.

(Continuação do número de Fevereiro)

Os Estacionamentos

C) — Defesa ativa

Os elementos da defesa ativa são localizados antes da chegada da tropa, competindo-lhes garantir:

- 1 — a defesa contra os aviões, permanentemente, de dia e em noites claras;
- 2 — a defesa contra os blindados, permanente, de dia e de noite, assegurando, em primeira urgência, as vias de acesso ao estacionamento;
- 3 — a defesa contra tropa paraquedista, ou que tenha conseguido, de qualquer modo, transpôr a linha de frente, de dia e de noite, por frações de tropa em vigilância, com meios de transporte adequado.

D) — Defesa passiva

As medidas passivas assumem particularmente importância no estacionamento. Elas deverão ser aperfeiçoadas à proporção que o estacionamento da tropa, se prolonga.

1 — Contra as vistas

Evitam-se aglomerações e as formações em massa.

- A tropa, ao chegar no estacionamento, dirige-se ao local que lhe é determinado, evitando paradas inúteis.
- As viaturas ficam sob hangares, árvores, etc., com dispositivo irregular e sem perturbar a circulação.

- As cozinhas ficam em casas ou sob árvores.
- À noite as luzes são extintas, ou dissimuladas nos bosques.
- Evita-se criar pistas novas, particularmente com viaturas providas de lagartas.

2 — Contra os fogos:

Os abrigos utilizáveis (posições, pedreiras, etc.) são reconhecidos previamente e metralhados. Serão completados quando insuficientes.

Sua ocupação deve ser feita rapidamente e em ordem.

3 — Contra gáses:

A turma de desinfecção permanece, dia e noite, junto ao pôsto de socorro, pronta para agir.

- Os abrigos utilizáveis são reconhecidos e melhorados.
- Os homens conservam as máscaras junto de si.
- As máscaras para os animais são conservadas em condições de uso imediato.
- As fontes ou depósitos de água são protegidos, por meio de parapeitos, contra as projeções de iperite.
- As zonas infestadas são demarcadas com sinais bem visíveis.

E) — Procedimento da tropa

Será estabelecido em função das condições particulares, de tempo e lugar e para cada caso.

1 — Em caso de perigo aéreo:

a) — para prontidão —

- as frações de tropa e os isolados escondem-se ou, pelo menos, ficam imóveis; o pessoal de vigilância e da defesa ativa redobra as precauções.

b) — para a alerta —

- a tropa recolhe-se aos abrigos, exceto os elementos que estiverem em missão especial; as armas da defesa atiram contra os aviões que se apresentem à distância de tiro eficaz.

2 — Em caso de perigo terrestre:

a) — para a prontidão

Os elementos de vigilância ocupam o lugar de combate; os homens das armas anti-carros conservam-se a postos para

o tiro; a tropa toma as armas e, por frações constituídas, se dirige para os pontos de reunião prefixados.

b) — para o alerta

No caso de carros de combate, as armas anti-carro fazem fogo; no caso de destacamento, o Cmt. de fração de vigilância o reconhece e toma as providências necessárias.

3 — Em caso de perigo químico:

- os homens colocam a máscara em posição de proteção ocupam os abrigos, si necessário;
- a turma de desinfecção passa ao estado de alerta.

4 — Formações Sanitárias

- Devem estacionar afastadas da zona de tropa e afixam, em pontos bem visíveis, a insígnia da Convenção de Genebra.

5 — População civil

- Deve obedecer às regras de segurança que lhes forem prescritas. O Comando toma as providências necessárias, baseando-se nas instruções para a defesa da população civil, no que não colida com o estabelecido para o emprêgo da tropa.
- A política controla a observância dessas prescrições.

6 — Verificação da eficiência das medidas de defesa do estacionamento

E' feita pela aviação amiga em vôos, diurnos e noturnos.

VII — ATRIBUIÇÕES DOS ELEMENTOS DO E M DO R I

A) — Comandante

- Escolhe a zona para o estacionamento, caso esta não tenha sido determinada pelo escalão superior, como ocorre normalmente.
- Dá ordem aos estacionadores relativas ao preparo do estacionamento.
- Prescreve medidas de ordem administrativa e tática, tendo em vista assegurar a vida no estacionamento.
- Dá ordem de estacionamento.

B) — Sub-Cmt.

- Coordena o trabalho do E M do R I.
- Fiscaliza a execução das ordens e medidas estabelecidas pelo comando.

- Toma as medidas necessárias para a permanência no estacionamento, quando for deixado pela tropa.

C) — S 2

- Estuda as informações já recebidas e propõe a busca de outras que forem necessárias.
- Orienta, neste sentido, o sistema de segurança imediata estabelecido.
- Recolhe, interpreta e difunde as novas informações.

D) — S 3

- Em princípio, orienta o trabalho dos estacionadores.
- Elabora as ordens e calcos relativos à operação.
- Mantem-se, constantemente, a par da evolução dos acontecimentos, para colaborar com o Cel. no estabelecimento de novas ordens.

E) — S 4

- Estabelece, de acôrdo com as decisões do Cmt., as medidas próprias ao reaprovisionamento da tropa, no estacionamento.

F) — Cmts de BtIs e Cias

- Tomam as medidas necessárias ao preparo e instalação do estacionamento, de suas unidades.
- Mantêm a disciplina no estacionamento.
- Providenciam a limpeza do estacionamento ao abandoná-lo, fiscalizando a execução deste trabalho.

CASO CONCRETO

O Quadro da situação é o mesmo fixado para o estudo dos deslocamentos motorizados e a pé.

A situação particular é a estabelecida pelo 40.º R. I. em sua Ordem de Deslocamento e Ordem aos Estacionadores.

Para solução, chegar-se-á a ordem seguinte:

14.ª D. I.

PC Faz RETIRO 0800 de D+1.

40.º R. I.

Nº.....

ORDEM DE ESTACIONAMENTO N.º.....

(Confirmação de ordens verbais)

I — ESTACIONAMENTO DO RI

- 1 — O R I fará um acampamento-bivague.
2. — Repartição da área do estacionamento.

II — SERVIÇOS E ORDENS

- 1) Cia. de dia: — do II Btl.
- 2) Guarda de polícia — 1 Sgt., 1 cabo e 18 soldados.
- 3) Outras guardas — O III instalará um posto na saída S de seu estacionamento. O II, dois postos: Saída S. do estacionamento do R I e N de seu próprio.
- 4) Horário — sem alteração.

III — SEGURANÇA**A) — A É R E A**

- 1 — **Passiva** — O disfarce dos estacionamentos deve merecer especial cuidado.
— Os movimentos serão restritos ao mínimo indispensável.
- 2 — **Ativa** — Coordenada pelo S3; a cargo dos Btls e Cias.

B) — T E R R E S T R E

A cargo do CCAC, em particular na região da estrada região de Faz CAPÃO ALTO.

- C) — **Sinais de alarme:** transmitidos a corneta e repetidos pelos Btls.
— início — toque de alarme
— fim — toque de retirar.

IV — REAPROVISIONAMENTO E EVACUAÇÃO...

Sem alteração.

V — LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES

- 1) Dois agentes por Btl. e um por Cia. Requisitáveis junto ao PC RI.
- 2) Reunião dos Cmts Btl e Cias Regimentais em meu PC às 1300.
- 3) Continua vedado o emprêgo do rádio.
Transmissão apenas por meio de estafetas.

VI — Hora de partida provável — 18,30.

Destinatário:

.....

Cel X

Cmt. 40.º R I

AS MANOBRAS NO CURSO DE CAVALARIA NA E. A. O.

(2.º TURNO DE 1946)

Major J. H. GARCIA da E. A. O.

Inundação da Colônia de Santa Cruz

Embora realizadas estas manobras em região separada das manobras principais, elas estavam dentro de um quadro geral prescrito pela Direção de Ensino.

Este quadro era o quadro geral no qual foram vividas tôdas as situações de Tática Geral da Escola durante o último turno de aulas; a situação para as manobras foi uma continuação apenas.

Em contra-ofensiva elementos de L. repelem os de W. na região ao S. da Serra do Mendanha, enquanto outros elementos mais importantes lutam ao N. ⁽¹⁾

Em fim de jornada de D+10, após um ataque na região de Campo Grande os de L. separam os de W. em dois grupos: o principal, se retrai eixado pela Estrada Rio-S. Paulo — é a **manobra da infantaria**; os restantes, parte se retrai por Santa Cruz para Itaguahy e mais a W. e parte é disimada no vale do Rio Cabussú ao S. de Campo Grande; esta última parte foi motivo de um trabalho em sala no curso de cavalaria; a fase vivida ao longo do eixo Campo Grande — Santa Cruz — Itaguahy — Raiz da Serra constituiu a **manobra da cavalaria**, que procuraremos resumir.

Nesta manobra houve uma concepção geral como era natural; mas esta concepção não teve como única finalidade enquadrar os exercicios a realizar; pensamos criar um qua-

(1) — Trecho da Carta do Estado do Rio 1/200.000.

dro que servisse para mostrar aos oficiais de cavalaria particularmente, que há necessidade de continuarmos nos exercitando no emprêgo da cavalaria hipomóvel, particularmente na utilização adequada da variada gama de meios de que atualmente dispomos — meios mecanizados, meios motorizados e meios hipomóveis, conforme a situação e especialmente conforme a região.

A mobilidade de que tanto nos ufanamos não reside, como nunca residiu, no galope ou na pressão firme nos aceleradores ou nas pernas, no arremate violento das cargas ou no amassamento das armas automáticas e dos canhões ainda em seus ninhos quentes e macios, mas sim no deslocamento rápido, preciso, flexível e durável, através **qualquer** terreno, então sim na chegada inopinada a uma região onde não somos esperados ou somos esperados mais tarde, com uma força, um poder de fogo e de pressão que não foram previstos — EIS A MOBILIDADE DA CAVALARIA.

O inimigo batido na batalha de Campo Grande, retrai seus grossos pela Estrada Rio — S. Paulo, conbrindo-se no eixo Campo Grande — Itaguahy.

Os de L. querem aproveitar o êxito e lançam o elemento MM. de que dispõem pela Estrada Real de Santa Cruz e outro hipomóvel, dos elementos que combatiam no vale do Cabusú, pelo litoral, na mesma direção geral — de Itaguahy.

O Comando do Teatro Sul pensa combinar uma operação de força (pressão direta) ao longo da Estrada — S. Paulo com um movimento envolvente sobre Garganta (1) ou Passa Três; estes movimentos ficariam a cargo da 5.^a D. C. da qual alguns elementos já tomaram parte na Batalha de Campo Grande e outros ainda estão sendo trazidos para esta região.

Nesta concepção geral há outra idela que constitui um ensinamento de ordem geral: o envolvimento sobre Garganta ou Passa Três; nesta última direção o envolvimento só poderá ser efetivado por elementos hipomóveis, pois exigirá a travessia da serra por trilhos estreitos e íngremes.

O inimigo retarda a progressão dos elementos lançados sobre Itaguahy, resistindo fortemente em Santa Cruz e destruindo as pontes sobre os canais desta região, represando estes canais, destruindo ainda outros pontos críticos das estradas que levam para W; assim o Dest. MM. não pode atin-

(1) — Região de km. 50 da Estrada Rio - S. Paulo.

o Rio Itaguahy porque seus veículos não passaram os canais, enquanto isto o Dest. Hipomóvel atinge este rio e mantém contacto com o inimigo que está de posse da margem oposta. (1).

A engenharia inicia nesta noite os seus trabalhos na região a W. de Santa Cruz e necessita um certo prazo para colocar a região em condições de ser transitada pelos veículos, nesta parte realmente cooperam os oficiais do Curso de Engenharia.

Nada mais precisavamos para os ensinamentos que desejavamos ministrar na 1.^a fase: manejo de um Dest. MM., o que foi executado com tropa e sob o comando dos oficiais alunos.

Nesta 1.^a fase, os oficiais comandaram o DD. MM., receberam a ordem do comandante da 5.^a D. C. e deram ordens a seu destacamento durante a execução e sob o comando de um oficial aluno e com outros nos comandos das patrulhas mecanizadas solucionaram incidentes comuns a estes destacamentos.

Um ensinamento ficou nitidamente gravado em todos, alunos e instrutores, as facilidades ao comando que advém da utilização de rádios falantes para as comunicações entre os vários elementos do destacamento: neste exercício foi utilizado pelo comandante do destacamento e pelos comandantes de Patrulhas o rádio.

A segunda fase da manobra consistiu em um combate de vanguarda.

O inimigo de W. após oferecer resistências esparsas ao longo do Rio Itaguahy e Guandú, retrai para Raiz da Serra e Garganta.

Na manhã de D+12 a 10.^a Bda. que constituía o 1.^o escalão da 5.^a D.C. atravessa o Rio Itaguahy na região de Ponte de Itaguahy sendo sua vanguarda, o 17.^o R. C., detida e obri-

(1) As notícias que nos chegam do núcleo colonial de Santa Cruz são trágicas. O temporal inundou aquele núcleo agrícola em toda a zona compreendida no trecho entre Santa Cruz, Itaguahy, Estrada Rio-São Paulo. O núcleo está situado em terrenos baixos, que facilitam as inundações quando as chuvas são torrenciais.

Com o temporal, de ante-ontem para ontem, a água começou a subir rapidamente, inundando toda a área e ameaçando devastar a lavoura ali existente.

Os prejuízos são grandes atingindo duramente os pequenos situantes, que em grande número já têm suas habitações invadidas pelas águas. Os lavradores estão abandonando as casas e procurando abrigo pelas vizinhanças.

gada a empenhar-se afim de abrir caminho na direção de Raiz da Serra.

Esta fase se caracterizou pela redação de ordens particulares, afim de impulsionar os diferentes elementos de que dispunha o Cmt. do 17.

O ensinamento mais importante desta fase foi a constatação de que realmente estávamos certos quando escolhemos como um dos objetivos gerais para a nossa manobra. — mobilidade.

Uma das fases do combate em que mais vantagens podemos tirar de nossos característicos é justamente aquela em que nada está definido, aquela em que tudo é incerteza de ambos os lados, portanto, nas operações das vanguardas.

Pois bem, no ambiente que criamos para a vanguarda da 10.^a Bda. tudo indicava o aproveitamento da mobilidade dos elementos em reserva e todos enveredaram pela trilha só indicada por um espírito de infante (1), todos sem exceção raciocinariam e decidiram como infantes; só existia para eles o terreno em redor do eixo da vanguarda, justamente o que o inimigo queria — todos se empenharam, sinão em operações frontais, pelo menos, em acanhados desbordamentos. A decisão foi tomada com o pensamento rente à terra; do alto de um carro-comando ou de cima de um cavalo veriam os oficiais alunos muito mais longe que de cima do observatório da Coluna da Frente (observatório do cmt. do 17): o hábito de vêr longe, o desembaraço de atitudes, a rapidez de raciocínio e de decisão, o desprezo à minúcia, são pontos a não esquecer quando se orienta a formação ou o aperfeiçoamento dos quadros da cavalaria.

De há muito vimos observando o desprezo pelo movimento a cavalo, particularmente pela combinação dos movimentos a cavalo e a pé, forma por excelência eficiente da manobra da cavalaria, forma unicamente sua.

Na chefia da 3.^a Secção de uma D. C. durante um ano observamos êste facto e procurávamos contrariá-lo; durante três longos anos na Escola do Estado Maior não vimos uma combinação desta natureza: e não nos venham dizer que isto é antiquado, quando esta última guerra foi o império da manobra envolvente.

(1) — Convém resaltar que nada há de pejorativo nesta expressão, apenas queremos salientar uma diferença de formação.

Devmos permanecer com o espírito da época Napoleônica, a cavalo ou a motor, isto não nos interessa, interessa sim que nos conservemos manobreiros, pois só assim não estamos traindo as características de nossa arma.

A pé, permaneçamos sempre com o pensamento no estribo do arreio ou do veículo...

Assim passou-se a nossa 2.^a fase.

A 3.^a fase consistiu no ataque de um R. C. completo no âmbito de uma operação de D. C.

Esta fase foi a mais importante em volume de trabalho, pois nela trabalhamos duas jornadas.

Em fim de jornada de D+12, após os trabalhos da 2.^a fase, distribuímos uma situação de fim de jornada: a 5.^a D. C. detida em grande frente com três regimentos em linha, o 17 no seu eixo primitivo em torno do qual combateu nesta tarde; para a direita o 18 e o 19.

Na manhã seguinte vivemos o fim de jornada de D+12: o cmt. da D. C. decidiu romper a frente inimiga com o seu 20 R. C. que estava em reserva, apoiado por toda a artilharia da D. C. e em consequência deu ao comandante deste R. C. uma ordem no P. C. / D. C. em Itaguahy.

De posse desta ordem os oficiais alunos, reunidos em três grupos, constituindo os comandos e E. Maiores do 20 R.C., tiveram cinco horas para montar o ataque determinado, inclusive para fazer entendimentos com a Artilharia, representada por oficiais do curso de Artilharia.

A noite no estacionamento foi redigida a ordem e estando as três em condições de serem executadas, foi feito um sorteio para escolha daquela que seria desenvolvida pela tropa sob a direção do próprio grupo que a redigiu.

Na manhã seguinte, vivemos a manhã do dia D+13, momento determinado pelo Cmt. da 5.^a D. C. para o ataque.

Aquí tivemos que amoldar o desenvolvimento desta fase às necessidades da Direção de Ensino. O principal ensinamento que visamos era justamente a rapidez da montagem e desencadeamento do ataque, por esta razão tentamos dissuadir a Direção Geral da demora que queria nos impôr recebendo o seguinte como resposta: as destruições feitas pelo inimigo na região entre Sta. Cruz e Itaguahy, foram de tal ordem que os meios para a execução do ataque só podiam chegar na 2.^a parte da noite de D+12 para D+13, portanto o ataque só podia se realizar a partir das 10 horas de D+13, hora determinada pelo Cmt. da 5.^a D. C.

A cavalaria não pode e não deve dar tempo para que o inimigo que conseguiu pará-la momentaneamente se reforce melhorando suas organizações do terreno, chegando novos meios a região ameaçada; deve fazer seus preparativos de ataque com rapidez e perfeição para obter a surpresa. O nosso ensinamento era justamente este, uma preparação rápida e um desencadear de ataque ainda em fim de jornada de D+12.

Embora com esta decalagem, o exercício não perdeu o interesse, particularmente porque os alunos nada souberam dela.

As turmas trabalharam na 1.^a jornada durante 6 horas na montagem do ataque; cmt. do R. C., oficiais de artilharia, S3, S2, cmts. de Ala e cmts. de Esq. dispondo de transporte para os grupos reconheceram o terreno que pela primeira vez viam, dispondo de precárias informações, apenas esboços feitos pelos elementos já em contato; os cmts. dos esquadrões de escalão de ataque tiveram que reconhecer detalhadamente o terreno, pois, havia uma região a atravessar que era assinalada como pantanosa e de difícil travessia.

Aqui um outro ensinamento foi prejudicado sem contudo afetar o conjunto visado: a aviação não pôde nos dar em tempo as fotografias com as quais os oficiais alunos iriam trabalhar, mas isto foi lançado na conta do mau tempo. Pretendíamos fazê-los utilizá-las nas operações da vanguarda do dia D+12 e no ataque no dia D+13; considerando que apenas se dispunha de esboços levantados apressadamente, este trabalho teria um bem assentado cunho de realismo.

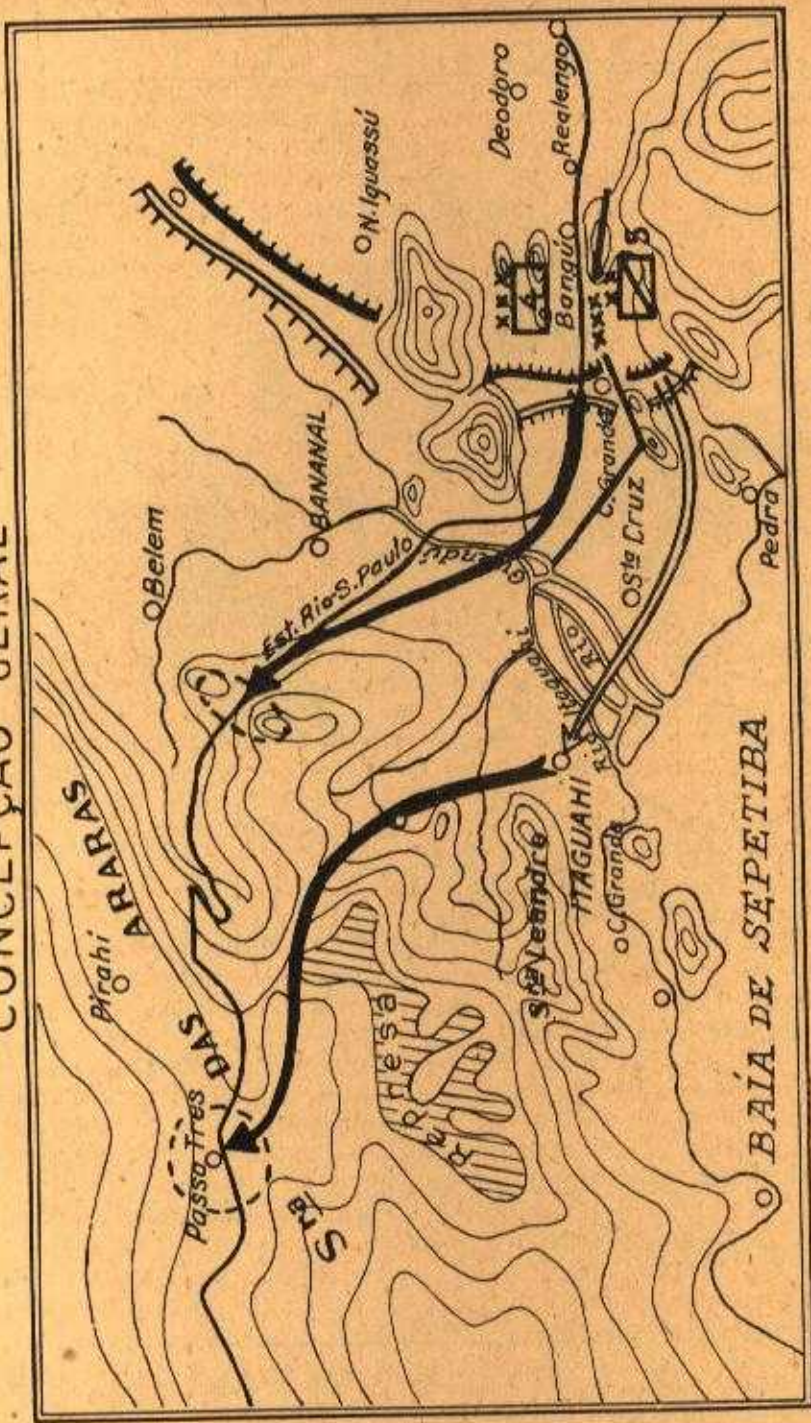
Os resultados da primeira parte desta fase foram ótimos, pois as turmas representando o comandante e E. Maiores do 20 R. C. empenharam-se a fundo diante de um problema concreto como era o proposto: o fator principal deste interesse estava justamente que um dos grupos teria que dirigir o exercício e executá-lo.

Na manhã de D+13, momento do ataque, o grupo escolhido foi reunido no observatório do R. C., Colina do Engano, e aí o cmt. deu sua ordem de ataque. Feito isto os cmts. de esquadrões foram reunir-se a seus esquadrões, dar suas ordens e tomar o dispositivo para início do ataque.

As 10 horas, lançado o sinal, o ataque partiu com o apoio de um grupo de artilharia, representando a A. D.

Junto aos cmts. dos esquadrões do escalão de ataque iam os alunos artilheiros, observadores avançados, e os nossos observadores de conduta.

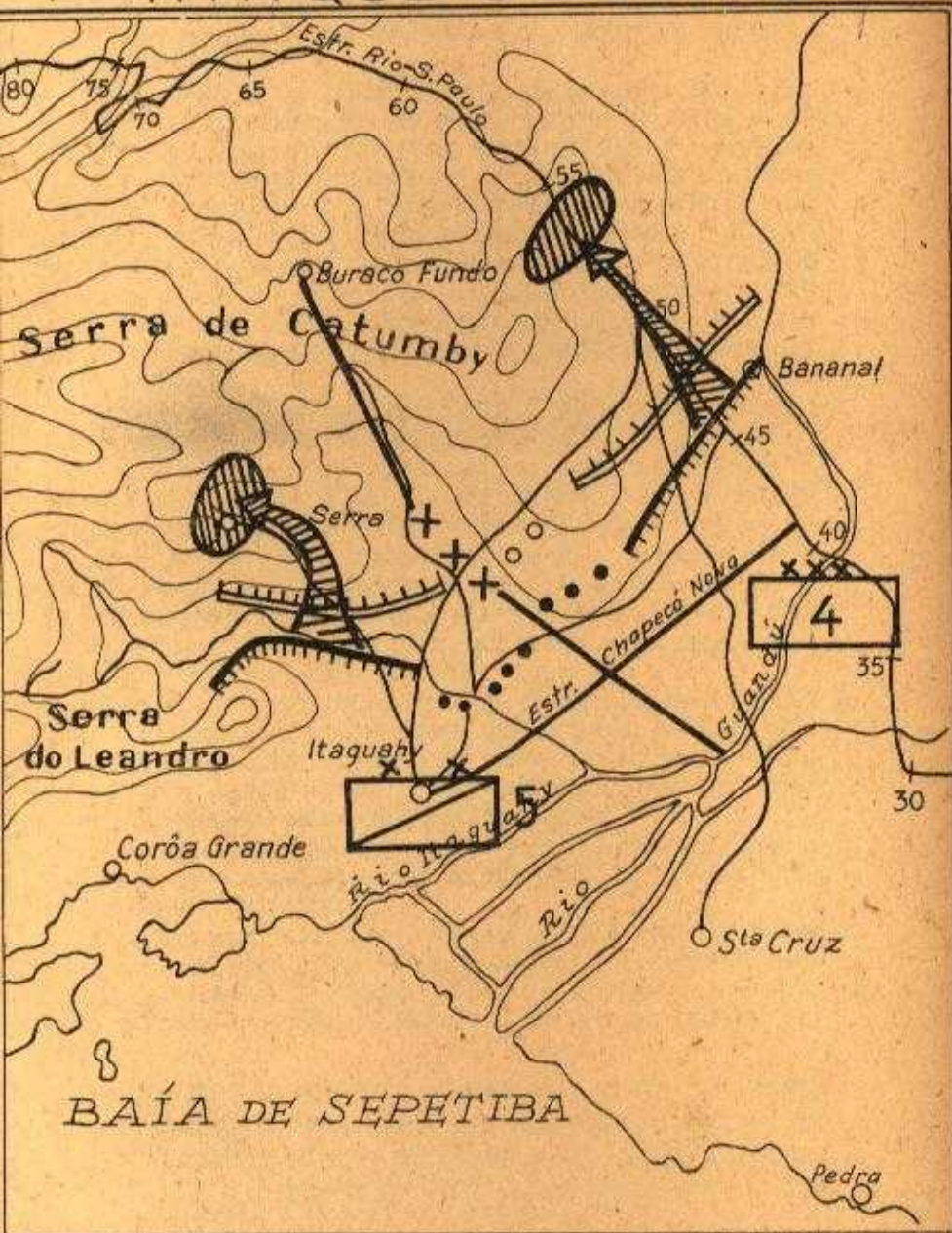
CONCEPÇÃO GERAL



ESBÔÇO ANEXO AO QUADRO GERAL
DA MÃOBRAS ESC. APROX. 1/400.000

 Azuis
 Vermelhos

ATAQUE DO 20º R.C.



ESBÔÇO ANEXO À 3ª SITUAÇÃO GERAL
Esc. Aprox. 1:200.000

A direita dos elementos do 1.º escalão durante a progressão está adiantada de uns 300 metros da esquerda, quando o ataque é detido.

Este incidente foi criado justamente porque o ponto fraco da solução em execução era o esforço pela esquerda, o que não encontrávamos justificativa; neste momento é assinalado um contra-ataque pronto para ser lançado sobre o flanco avançado: o cmt. do R. C. pede o desencadeamento de uma barragem de art. que é executada imediatamente e adianta sua reserva para a retaguarda deste elemento mais avançado.

Logo a seguir o observador avançado transmite o pedido da neutralização de uma arma automática que impede a progressão de determinados elementos, o que também é executado com presteza.

E' reiniciada a progressão e o 01 é atingido; a artilharia está atirando neste momento sobre 02.

Aquí o exercício é suspenso para a tropa, a artilharia terá que tomar parte em um ataque da infantaria na manhã seguinte, em uma região 20km mais a NL; são 13 horas.

As 14 horas, após o almoço no campo, o exercício é continuado apenas com os quadros: faz-se a conduta do ataque, os oficiais alunos resolvem mais dois incidentes entre 01 e 02.

As 16.30 o exercício é dado por findo após uma rápida crítica do instrutor chefe do curso.

O curso de cavalaria completou 4 jornadas de trabalho, atingindo plenamente os objetivos que se havia proposto. Durante estas jornadas foi digno de nota o interesse da turma de oficiais alunos e o bom humor mantido apesar do calor que se insuportável reinante naquela região.

A turma de instrutores sentiu-se satisfeítíssima com os resultados obtidos e particularmente com aquele interesse que conseguiu despertar.

Está convencida que dois fatores muito concorreram para isto: a confiança reinante entre alunos e instrutores, proveniente do trabalho metódico durante o curso e da franqueza de atitudes de ambos os lados e o método de trabalho por grupos.

SIRVAM ESTAS OBSERVAÇÕES FINAIS DE UM ALERTA AS TURMAS QUE A ESTA SUCEDERÃO: O ÊXITO DO CURSO DEPENDE MUITO DA CONFIANÇA MUTUA ENTRE INSTRUTORES E ALUNOS, A QUAL SE OBTEM COM ESFORÇOS DIVIDIDOS.

PROJETO DE INSTRUÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DO MATERIAL DE UMA DIVISÃO DE INFANTARIA

Cap. Cav. GILBERTO PESSANHA

(Ex-Cmt. da 1.^a Cia. Leve de Manutenção, da F. E. B.)

O presente "Projeto" de instruções visa dar, em linhas gerais, a organização e o funcionamento da MANUTENÇÃO no âmbito de uma D. I. Não foram abordadas as questões propriamente técnicas, de execução do serviço, as quais estão abundantemente especificadas nos manuais e instruções técnicas referentes ao material. E' nosso intuito, apenas, esclarecer os diferentes órgãos de comando e de execução nas tarefas que lhes incumbe dentro da organização geral do serviço, levando em conta a experiência que tivemos na 1.^a D. I. E.

INSTRUÇÕES PARA A MANUTENÇÃO DO MATERIAL

I — Generalidades — A manutenção do material distribuído à Divisão é da responsabilidade do Comando, da mesma forma que a instrução, o conforto, o bem estar e a disciplina da tropa.

Não será possível, a qualquer unidade, cumprir as missões que lhe forem impostas, si o seu material não estiver, a todo tempo, em condições de executar as tarefas para que foi designado com um mínimo de cuidados e um máximo de rendimento. Tal causa só poderá ser obtida pelo cuidado constante e diário, pela vigilância severa dos quadros e dos especialistas ao empregar material, pela detecção constante dos defeitos e falhas e pela confiança absoluta nos efeitos da manutenção preventiva.

A ação do comando, vigilante, enérgica, verificando as responsabilidades, distribuindo meios equitativamente, solicitando meios do escalão superior, recompensando, punindo, aconselhando, esclarecendo suas dúvidas sobre as normas de serviço e sobre a utilização, emprêgo, conservação e manutenção do material de sua responsabilidade, será fator preponderante na coordenação dos diversos elementos que utilizam o material e na obtenção do fim visado — a eficiência da unidade. A par disso, todo o esforço deverá ser realizado tendo em vista apoiar, moral e materialmente, os elementos especializados diretamente responsáveis pela fiscalização e execução do serviço, tendo em vista o duplo papel que exercem de auxiliares diretos do comando, através dos quais faz sentir a sua ação, e como conselheiros aos quais recorre para a solução das questões técnicas.

II — *O sistema de escalões* — Será utilizado o sistema de escalões de manutenção adotado no Exército, cujas definições e atribuições gerais, no que interessa à Divisão, são abaixo expostas.

a) *Definição e atribuição geral de cada escalão de manutenção.*

1.º ESCALÃO

1 — *Responsável*: o Cmt. da Unidade

2 — *Executor*: motorista, operador, atirador, encarregado ou guarnição, que executa as seguintes operações:

- Manutenção preventiva
- Serviço do material (recompletamentos, limpeza)
- Lubrificação
- Cuidados com as ferramentas, equipamento e acessórios
- Reparações de emergência (de acordo com os manuais técnicos).

2.º ESCALÃO

1 — *Responsável*: o Cmt. da Unidade

2 — *Executor*:

A) Cias. ou unidades congeneres, dispondo de pessoal de manutenção determinado pelos Quadros de efetivos e que executa as operações seguintes:

- Verificações do material, antes de ser distribuído, conforme as determinações dos manuais técnicos.
- Conselhos técnicos ao comando tendo em vista o trabalho do 1.º escalão de manutenção.
- Lubrificação.

- Manutenção periódica, mensal ou como fôr determinada pelos manuais técnicos.
- Pequenas reparações e substituições de pequenas peças.
- Suprimentos.
- Recolhimento de material inutilizado na instrução ou em combate.
- Execução de trabalhos de 1.º escalão e que excedam a capacidade deste.

B), Batalhões, regimentos, sub-unidades isoladas e destacamentos, cujos elementos de manutenção executarão as seguintes operações:

- Manutenção, incluindo, no mínimo, as operações relacionadas acima em A e que não forem executadas pelas Cias., Bias, etc.
- Conselhos técnicos ao comando tendo em vista fiscalizar a manutenção realizada pelas Cias., Btls., etc.
- Manutenção periódica semestral ou como fôr determinado pelos manuais técnicos.
- Substituição, limitada, de órgãos e conjuntos.
- Recolhimento de material inutilizado na instrução ou em combate.

3.º ESCALÃO

1 — *Responsável*: Comando da D. I., por intermédio do S. M. B.

2 — *Executor*: Cia. Leve de Manutenção, que realizará as seguintes operações e serviços:

- Assistência técnica ao comando na fiscalização do serviço de manutenção orgânica das unidades.
- Execução do serviço do escalão inferior que exceder a capacidade deste. Reparar pequenos e grandes conjuntos, acessórios ou substituí-los.
- Suprimentos.
- Recolhimento de material inutilizado na instrução ou em combate (auxílio às unidades)
- Evacuação de material, reparável ou inutilizado, para o escalão superior.

(A Cia. de Manutenção é responsável por um mínimo de 60% do serviço de 3.º Escalão da Divisão; fará todo esforço, em período normal, para realizar a totalidade daquele serviço).

b) Normas de funcionamento do serviço de manutenção:

A) — Cada escalão de manutenção realizará o trabalho que para elle estiver indicado nos manuais técnicos para as diversas armas, instrumentos e veículos ou nas instruções baixadas pelos Departamentos e Diretorias interessadas.

1) O Chefe do S. M. B. deverá empenhar-se em distribuir (ou em organizar e distribuir, si fôr o caso) os gráficos, mapas, diretivas, manuais, etc., que indicarem o trabalho a ser realizado pelos diversos escalões.

2) As unidades manterão uma carga-base de peças, sobressalentes, acessórios e ferramentas baseada nos níveis determinados pelas listas de nomenclatura padrão ou em outros documentos oficiais. Peças ou equipamento não autorizados por aqueles documentos só poderão permanecer em carga nas unidades mediante autorização escrita do Chefe do S. M. B.

B) — Cada escalão executará, em princípio, somente o serviço que lhe incumbe. Todo serviço que corresponder ao escalão mais elevado só poderá ser realizado depois de ouvida a Cia. de Manutenção. O responsável pela transgressão desta ordem sofrerá a punição que o caso determinar. E' necessário lembrar que o pessoal, o tempo e o material inutilizados na realização de serviços correspondente ao escalão superior representa uma quantidade correspondente de serviço de escalão em questão (ou do que lhe é inferior) que deixou de ser realizado e foi, portanto, negligenciado.

C) — Cada escalão, instruirá, auxiliará e fiscalizará continuamente o escalão inferior de modo a ser obtida a mais completa e eficiente manutenção do material.

1) Observação contínua, pelo 2.º e 3.º escalões, da habilitação dos motoristas, dos maus hábitos na condução dos veículos, das condições das viaturas, fazendo as correções que o caso exigir ou dando instrução apropriada, quando fôr o caso.

2) Todo pessoal deverá ser instruído pelo escalão que o atende, imediatamente, no funcionamento e nos cuidados com o armamento, sempre que isso fôr necessário.

D) — O serviço nas unidades:

Os comandantes de unidade e de sub-unidade são responsáveis, perante o comando que lhe é imediato, pelo funcionamento e manutenção do material pertencente à organização que comandarem.

1 — Serão realizadas inspeções de comando pelos Cmt. de Cia., Btl. e R. I. ou unidade equivalentes, tantas vezes quanto forem necessárias para determinar o modo pelo qual está sendo cuidado e está sendo realizada a manutenção do material da unidade ou sub-unidade.

2 — O principal dever dos oficiais de Transporte, de Armamento e de Manutenção é agir como uma parcela do E. M. da unidade, aconselhando o seu Comandante em tudo quanto se referir ao serviço de manutenção e aos cuidados com o material, fazendo, particularmente, observações sobre a qualidade e eficiência do 1.º escalão de manutenção e, quando fôr necessário, sobre a qualidade e eficiência do 2.º escalão de manutenção das sub-unidades. Para isso, os oficiais acima especificados deverão ter autoridade bastante para:

- realizar, frequentemente, inspeções inopinadas ou não programadas afim de ser certificarem de que os escalões de manutenção mais baixos (ou o 2.º escalão das sub-unidades) estão realizando o serviço corretamente, de que a instrução é ministrada onde se faz necessária, de que as ferramentas, peças, acessórios, etc. "Em carga" existem, realmente.

3 — A missão secundária dos oficiais de Transporte, de Armamento e de Manutenção da unidade é a execução de severa e ativa vigilância sobre o 2.º Escalão de manutenção.

a) Verificando, continuamente, a qualidade do trabalho que estiver sendo realizado nas oficinas.

b) Verificando a utilização eficiente dos mecânicos e do equipamento.

c) Determinando a pronta evacuação, para a Cia. de Manutenção, de todo material cujo serviço não possa ser realizado ou que não possa ser reparado nas suas oficinas; da mesma forma agirão em relação à unidade, os elementos que a ela estiverem subordinados.

d) Fiscalizando a manutenção e o acondicionamento e armazenamento das ferramentas e das peças que estiverem na sua "Carga".

e) Mantendo em dia dados que permitam ao comando informar-se das atividades das oficinas da unidade.

4 — Os "livros de bordo" das viaturas serão escriturados e mantidos em dia de modo a fornecer dados sobre:

- inspeções periódicas (1.500 ou 6.000 km.) ou mensais, indicando as datas em que foram realizadas e a quilometragem atingida pelas viaturas;

- as reparações executadas (datas e espécie); as evacuações para o escalão superior; os acidentes e as medidas em consequência; os serviços que deverão ser realizados e sua provável data; as verificações a que deverá ser submetida e quando serão realizadas.

5 — As cadernetas de registro dos canhões e dos obuses serão escrituradas cuidadosamente. Tôdas as reparações, trocas de peças, acidentes, etc., deverão constar da caderneta com o máximo de informações possível a elas atinentes.

6 — A todo pessoal que executar o 1.º escalão de manutenção em qualquer espécie de material será dado tempo suficiente, livre de qualquer outra obrigação, para que possa realizar tal serviço com correção e propriedade:

- os motoristas deverão dispor de uma hora (1) por dia para realizarem o serviço nas suas viaturas; semanalmente deverão dispor de um maior tempo para realizarem a inspeção semanal nas suas viaturas.
- guiar a viatura com propriedade, ou utilizá-la dentro dos limites impostos pelo seu tipo é uma das partes mais importantes do serviço do 1.º escalão de manutenção.
- O 1.º escalão de manutenção ficará sob a vigilância direta dos oficiais e dos sargentos.

III — *Coodenação e normas de serviço*

1) *E'* dever das unidades, e de todo indivíduo que a elas pertença, zelar no mais alto grau pela conservação do seu equipamento e dos seus suprimentos.

2) O material *Inservível* que não possa ser reparado em qualquer dos escalões de manutenção deverá ser evacuado para o escalão imediatamente superior para *troca direta por* material novo, usado ou reconicionado, com um máximo de informações por onde se possa apurar a responsabilidade dos detedores, si for o caso.

3) Todo grande conjunto (motores, pontes) ou pequeno conjunto (caixa de mudanças, redutores) deve ser evacuado completo em tôdas suas peças e acessórios. Caso se torne necessário retirar uma peça qualquer para executar uma reparação, o conjunto só deverá ser evacuado depois que a referida peça for substituída por outra *idêntica*, mesmo considerada *inservível*.

4) As peças e conjuntos reparados e que não forem empregados imediatamente serão conservados em estoque e lançados "em carga", do mesmo modo que se tivessem sido recebidos dos depósitos ou do escalão superior.

5) Todo material danificado, excessivamente gasto ou fora de regulação possível, deverá ser evacuado imediatamente para ser reparado não devendo continuar em serviço até que se arruine ou sua reparação se torne cara e difícil.

6) O material que fôr dado como perdido ou extraviado e fôr novamente encontrado, será incluído em carga fazendo-se as necessárias comunicações aos órgãos interessados.

IV — *Inspecções técnicas*

O Chefe do S. M. B. da D. I. organizará e entregará equipes de especialistas com o fim de inspecionar, frequentemente, as unidades e sub-unidades da Divisão de modo a manter o General Comandante ao par do estado e manutenção e das atividades dos órgãos dela encarregados dentro da D. I. Tais equipes de inspecção serão organizadas com oficiais e praças, tirados da Cia. de Manutenção ou, mesmo, dos corpos de tropa e unidades de serviço, perfeitamente qualificados para:

- instruir o pessoal das unidades
- dar conselhos sobre o serviço e prestar auxílio técnico
- determinar os problemas com que se defrontam as unidades e auxiliar a resolvê-los,
- inspecionar o material e a escrituração a êle correspondente, tendo em vista verificar se está recebendo os cuidados apropriados, se tem sido feitos os ajustamentos, regulações, inspecções, etc.
- inspecionar os estoques e sua escrituração.

V — *Recomendação final*

Todos os escalões de manutenção desta Divisão deverão trabalhar em conjunto, como as peças de uma só máquina, para a causa comum que é:

NÃO, SOMENTE, REPARAR O MATERIAL DANIFICADO OU QUEBRADO MAS, PRINCIPALMENTE, EVITAR QUE ESSE MATERIAL SE TORNE INSERVÍVEL, UTILIZANDO-O COM CUIDADO, MANEJANDO-O COM PROPRIEDADE, AJUSTANDO-O, REGULANDO-O E REALIZANDO A SUA MANUTENÇÃO. OS BENEFÍCIOS DESSAS MEDIDAS SERÃO TRADUZIDOS POR UMA MAIOR EFICIÊNCIA DAS UNIDADES DA DIVISÃO.

A ARTE DE COMANDAR

(Continuação)

Traduzido, adaptado e condensado do livro
"LEADERSHIP" by COLONEL EDWARD LY-
MAN MUNSON.

Capitão NILTON FREIXINHO

III

A) E' NECESSÁRIO TER HABILIDADE PARA LIDAR COM OS HOMENS, E ISTO PODE SER ADQUIRIDO.

Poucos dons são de maior valor para um oficial, do que o "TÁCTO". O "tácto" é a habilidade de lidar com os homens sem gerar atritos e sem ofendê-los. E' o bom senso para julgar da oportunidade e da natureza das ações: QUANDO E COMO FAZÊ-LAS.

Como os demais elementos da Arte de Comandar, o "tácto" pode ser ou um dote natural, inato no indivíduo, ou uma aptidão adquirida e posteriormente desenvolvida. A grande escola desta virtude do carácter de um indivíduo é a vida. A vida, no seio da coletividade.

Análises constantes e inteligentes dos atos pessoais que determinaram forte reação ou mesmo repulsa, indicarão se o momento escolhido não foi oportuno ou se a linguagem empregada foi inadequada ou mesmo se a maneira de agir foi infeliz.

E' com esta observação assídua e individual de suas próprias atitudes, que um chefe consegue desenvolver a habilidade de lidar com os homens. Eis pois como adquirir e desenvolver esta qualidade tão útil: despir-se de toda presunção e

observar diariamente as reações provocadas nas suas relações com os subordinados; tirar suas conclusões e ampliar os ensinamentos que o choque inevitável entre sua personalidade e as de seus homens possa provocar; enfim, não ter medo de paulatinamente ir corrigindo e melhorando este aspecto de sua personalidade.

A falta de "tácto" é sempre ressentida, ainda que o subordinado perceba que não tenha havido intenção deliberada de magoá-lo.

Todo oficial pode lembrar-se dos momentos em que sua falta de "tácto" lhe trouxe resultados opostos aos que desejava, ou inversamente, por ter agido com habilidade e bom senso na escolha da oportunidade e da maneira de agir — conseguiu bom êxito em situações complicadíssimas.

O "tácto" é particularmente necessário nas relações com os subordinados em que um elemento da personalidade do indivíduo está em jogo.

Por exemplo, pode ser necessário dizer a um monitor "pé de boi", completamente dedicado à sua tarefa que seu pelotão apresenta certos defeitos, durante os exercícios de manevrabilidade. Convém considerar que o mesmo é muito entusiasmado e brioso. A crítica deve ser feita de tal modo que não desencoraje ou diminua a energia do monitor. Aqui talvez seja de bom alvitre iniciar a palestra sobre a instrução, felicitá-lo pelo ótimo rendimento que vem obtendo em seu pelotão e aproveitando o momento oportuno, dizer que AINDA HÁ certos aspectos no trabalho dos homens que devem ser CORRIGIDOS E MELHORADOS, mas que isto será possível levando em conta a sua capacidade profissional. O nosso "homenzinho" sairá desta entrevista satisfeito, pronto para redobrar seus esforços na instrução, mesmo que tenha percebido que todo aquele "intróito" do capitão fôra feito para amenizar a "chamada". Irá para casa, lerá seus regulamentos, tendo em vista corrigir os defeitos apontados pelo Comandante.

Quando for necessário fazer o comentário de um exercício ou trabalho, convém falar dos defeitos assinalados paralelamente aos pontos bons.

Na crítica não se deve sómente apontar os erros, é necessário também ressaltar os acertos, aplaudindo-os e felicitando seus responsáveis, que, então estimulados, tudo farão para eliminar os pontos fracos.

O "tácto" está naturalmente muito perto da CORTESIA e mesmo do BOM HUMOR, elementos que serão tratados em artigos posteriores.

Geralmente os subordinados são mais habilidosos nas relações com os superiores, que estes para com seus comandados; os últimos reconhecem que hostilizando seus chefes, só obterão aborrecimentos e desvantagens para si próprios. Tal freio não existe nos superiores porque os maus resultados da falta de habilidade são mais remotos e dificilmente materializados em situações normais. Não obstante, eles existem e sem dúvida serão perigosos, pois no futuro estarão acumulados.

Numa circunstância crítica, quando o chefe julgar que tem a tropa na mão e quando necessitar de confiança e co-operação, ficará desapontado pela resistência passiva e antagonismo revelados pelos seus homens, TÃO DISCIPLINADOS em tempos normais.

B) O BOM HUMOR E' CONTAGIOSO; O MESMO OCORRE COM O PESSIMISMO.

Desde que os inúmeros fatores que determinam o BOM HUMOR estão compreendidos nos elementos que desenvolvem a força moral todo este livro é realmente devotado aos métodos e medidas para sua obtenção e manutenção.

Ao iniciarmos este artigo convém lembrar aos nossos leitores que os subordinados são imitadores e que os exemplos do chefe serão sempre copiados, por aqueles que comanda.

O BOM HUMOR é uma qualidade necessária ao carácter do Chefe.

Muito próximo do bom-humor encontramos o OTIMISMO que é a propriedade de ver e ressaltar o lado mais agradável dos factos humanos, sem se deixar impressionar e suggestionar pelo aspecto doloroso que encerram.

O chefe otimista não é um homem que vê este mundo como o melhor de todos os mundos — um homem que tola-mente insiste, sinceramente ou não, que tudo acontece para o bem. O Chefe verdadeiramente otimista é aquele que vê e indica toda possibilidade de êxito, ainda que remota, tendo em vista contribuir para o sucesso da conduta das apurações.

Por outro lado, o PESSIMISMO provocado sempre pela análise do lado caótico de toda situação, transmite apreensão, dúvida, abatimento e mesmo a confusão nas fileiras nos momentos críticos do combate.

A SISUDEZ, também não é aconselhada, a não ser em certas circunstâncias, tendo em vista reprimir um grau exagerado de otimismo. Mas o Chefe constantemente sisudo adquire o apelido de "enfesado", entre os subordinados — um título que inevitavelmente traz consigo muitas desvantagens nas relações entre o superior e a tropa.

Cumpra aqui lembrar, que há certos homens cujos músculos faciais são tão inflexíveis que os tornam incapazes de sorrir naturalmente ou mesmo de fazer uma expressão jovial, sem um real esforço muscular. Um chefe que possui esta desvantagem, pode afastá-la prontamente, pelo uso de uma linguagem adequada. Também não se trata de viver sempre com "os dentes à mostra".

O exemplo seguinte ilustra a influência perniciosa de um típico semeador de pessimismo. Uma Companhia, num Regimento que ainda não entrara em combate, recebeu uma missão em que havia toda possibilidade de encontro com o inimigo. O Capitão Comandante reuniu sua sub-unidade e por mais de meia hora lhe fez um discurso tétrico e cheio de pessimismo, chamando a atenção de seus homens sobre os deveres extraordinários que provavelmente deveriam cumprir, das dificuldades quicá insuperáveis a serem encontradas quando fizessem face ao provável inimigo e da certeza quase absoluta, de que muitos deles não regressariam da missão imposta à Companhia. E arrematou suas palavras, repetindo diversas vezes: "E não esqueçam, muitos de vocês quando tudo estiver terminado, estarão cobertos de "saudades".

Não houve nenhuma expressão de ânimo em toda arenga. Que efeito desastroso não produziu este discurso no espírito de homens, que ainda não tinham recebido o batismo de fogo! Provocou naturalmente, um abatimento geral da tropa. Não queremos comentar aqui o resultado da missão.

De natureza similar ao BOM HUMOR e ao OTIMISMO, encontramos o ENTUSIASMO — que é, a qualidade de agir com vigor, pela vontade intensa de ser útil e de servir, espontaneamente e não por dever ou obrigação. Um Chefe subalterno nunca deverá dizer: "Cumpro ordens, porque o regulamento manda".

Mas o entusiasmo não pode ser deixado a correr à larga no seio da tropa, pois pode produzir uma falsa idéia da verdadeira situação. O Chefe deve saber reprimir no momento oportuno, o justo entusiasmo de seus homens; isto ocorre particularmente durante o combate.

C) A CORTEZIA NÃO TEM LIMITES

A cortezia faz parte da educação. É uma manifestação de civilidade, em que o superior de modo algum, pode ser ultrapassado pelo subordinado. Se este deve ser cortês, com maior razão o Chefe deve aplicar esta virtude, nas suas relações com os subalternos.

A cortezia é um lubrificante necessário ao bom funcionamento das sociedades humanas, não comportando graduações nem regulamentos. Exigi-la dos subordinados e não retribuí-la, indica uma arrogância, que não deve existir na pessoa do Chefe.

Há quem diga que a delicadeza praticada por um chefe militar exprime frouxidão e que do subordinado para cima indica adulação, ou melhor, "corrida". Nada existe tão longe da verdade.

A cortezia, tomando-a no seu sentido puro, é simplesmente um gesto vulgar da educação doméstica. E porque aboli-la dos quartéis?

Alguém, certa vez, comparou a delicadeza a uma "almofada de ar" onde aparentemente nada existe, mas que sua presença facilita a vida em comum nas sociedades humanas.

Esta qualidade, não traz proveito material imediato. Os dividendos que paga são materializados em contentamento, boa vontade coletiva, apreciação e tolerância mútuas e finalmente pela suavidade no funcionamento da máquina militar.

A cortezia se manifesta por um conjunto de palavras e atitudes.

Um Chefe pode dar suas ordens seca e rispidamente, como se se dirigisse a seres insensíveis, sem reações, enfim a autômatos, pois é comum considerar o soldado uma máquina, coisa muito errada, pois antes de tudo ele é HUMANO, tem também alma e coração. Este Chefe demonstra não possuir **compreensão da natureza humana**, qualidade essencial a um bom oficial. Outro tipo de Chefe, poderá dar as mesmas ordens, porém numa atmosfera de polidez, que caracteriza as relações de homens educados que reconhecem a conveniência de uns obedecerem e outros mandarem, tendo em mira um objetivo único: o bem da coletividade. Só a educação é capaz de servir de base à disciplina consciente, a única que subsiste nos campos de batalha.

É lógico que ambos os Chefes acima referidos, serão obedecidos, por força mesmo dos regulamentos militares. Mas é

evidente que o segundo obterá uma obediência consciente, que se transformará em COOPERAÇÃO. Não há necessidade de analisar qual dos Chefes colherá melhores resultados. Põe-se o leitor no lugar do subordinado.

Em situações críticas, naturalmente ordens ríspidas são desejáveis e até necessárias. Há também momentos em que a coacção pode melhor substituir um tom cortês. O Bom Senso indicará ao oficial, os momentos em que a cortezia não é útil.

Pelo exposto vimos que a delicadeza, está intimamente ligada à ATITUDE e à LINGUAGEM; aconselhamos o leitor a reler os dois artigos que se referem a estes elementos, completando-os com os conceitos aqui emitidos sobre a CORTEZIA.

Jóvens oficiais, não vos deixeis levar pela palavra venenosa de certos oficiais mais antigos, que não tendo se adaptado à carreira que abraçaram, têm por único escopo lançar a desarmonia na família militar. Sêde corteses com vossos superiores e para com os vossos comandados.

(Continúa)

VENDA DE LIVROS

TODO O OFICIAL QUE NÃO TEM OUTRA ASPIRAÇÃO QUE AS GLÓRIAS E OS ESPINHOS DA CARREIRA QUE COM ENTUSIASMO NA JUVENTUDE ABRAÇOU, DEVE PROCURAR MANTER-SE EM DIA COM A SUA EVOLUÇÃO.

ATRAZAR-SE É VIVER DESAMBIENTADO; A DESAMBIENTAÇÃO TRAZ O DESÂNIMO, A DESCRENÇA...

MANTENHA-SE EM FORMA LENDO A ÚNICA REVISTA ESPECIALMENTE MILITAR DO BRASIL E ADQUIRINDO OS LIVROS PARTICULARMENTE ESCOLHIDOS EDITADOS POR ESTA COOPERATIVA E — OS QUAIS ELA LHE OFERECE COM TÓDAS AS FACILIDADES. —

AUTO ESPORTE LTDA.

Avenida 15 de Novembro, 801 — Telefone 3333

PETRÓPOLIS — Estado do Rio de Janeiro

Concessionários exclusivos da PHILCO em Petrópolis.

REAÇÕES OPOSTAS AO SISTEMA DE MANUTENÇÃO

A era da motomecanização despontou com uma idéia muito acentuada da importância dos órgãos de manutenção.

De facto, em face da organização do material motomecanizado e dos serviços a que o mesmo é submetido, não podia ser outra a noção básica sobre a manutenção dos veículos militares.

Com a criação da Diretoria de Motomecanização, foram traçados os rumos a seguir na parte de manutenção, tendo-se em vista a experiência de países mais adiantados do que o nosso neste particular.

Assim, também, o nosso Exército aceitou e incorporou à sua organização um "sistema de manutenção" com quatro escalões, cada um dos quais possui equipamento e responsabilidades perfeitamente definidos. Este sistema, entretanto, não podia surgir da simples aceitação da sua necessidade e, como muitos dos nossos problemas, sofreu da contingência da falta de recursos para a sua execução completa, a qual só foi iniciada após possuírmos a dolorosa realidade de algumas centenas de viaturas indisponíveis.

Como consequência do retardo inicial no estabelecimento do sistema completo de manutenção, criaram-se vícios orgânicos nas nossas unidades, os quais, agora, devem ser extirpados.

A Diretoria de Motomecanização reconhece todas as deficiências originais, bem como as atuais, mas, tem feito um esforço contínuo para que seja definitivamente erigido o sistema completo de manutenção dos veículos militares e, em certas zonas, está tentando engrenar o conjunto, de acordo com o sistema.

E... aí é que a reação se faz sentir!

O uso do cachimbo e o desmedido egoísmo de certas unidades da nossa tropa, obscurecem completamente o conjunto

para deixar visível, unicamente, a idéia de "a minha unidade".

Os apelos feitos pela Diretoria de Motomecanização no sentido do enquadramento das unidades no sistema de manutenção não tem encontrado o apoio que deveria encontrar por parte das mesmas. É incrível a indiferença relativa à situação geral; cuida-se apenas de que "a minha unidade" esteja provida do que deseja. Esta idéia, aliada à deficiência inicial do sistema de manutenção, gerou e consolidou nas unidades o desejo de cada uma ser auto-suficiente; para isso adquirem equipamentos que não pertencem aos seus escalões de manutenção e invadem as atribuições dos escalões superiores.

Pelo menos na capital da República devemos iniciar a prática da manutenção dentro da concepção do sistema. Devemos ir entregando ao 3.º escalão de manutenção as viaturas cujo conserto foge à alçada dos Corpos de Tropa e deixar às Cias. de manutenção o encargo de apelar para o escalão superior.


A prática sistemática da manutenção distribuída pelos escalões, como foi aceita e incorporada ao nosso Exército, constitui o único meio pelo qual poderemos atingir a uma organização eficiente e com capacidade para atender às necessidades reais do serviço.

Assim, todo o esforço das unidades, para se enquadrarem dentro do sistema de manutenção, terá efeitos altamente compensadores para as unidades em geral e, muito especialmente, para a grande unidade a que pertencem.

LOTERIA FEDERAL DO BRASIL

EXTRAÇÕES EM MAIO

Dia	3. . . .	1.000.000,00
"	7. . . .	1.000.000,00
"	10. . . .	2.000.000,00
"	14. . . .	1.000.000,00
"	17. . . .	2.000.000,00
"	21. . . .	1.000.000,00
"	24. . . .	2.000.000,00
"	28. . . .	1.000.000,00
"	31. . . .	2.000.000,00



AÉRO-TRANSPORTADAS TROPAS

PORTA FALSA PARA A NORMANDIA

Planos e contra-planos Aéro-Transportados
para a Invasão da Normandia

*Tradução do artigo BACK DOOR TO NORMAN-
DY — Airbone plans and counter plans for the inva-
sion of Europe, pelo Maj. Gen. JAMES M. GAVIN,
publicado no INFANTRY JOURNAL — Nov. 1946.*

Major PAULO DE Q. DUARTE

As operações aéro-transportadas são postas em cena com um olho na surpresa e outro no assalto. São para os cmdos. e E. M. opostos, lutas vivas de talento e perícia.

As possíveis áreas de operação são vastas, envolvendo normalmente muitas milhas quadradas, e os objetivos separados sejam por centenas de milhas sejam apenas por alguns minutos.

O atacante reúne suas forças aéro-transportadas cautelosa-mente, empregando um plano de cobertura para encobrir o do verdadeiro assalto. Por seu turno, as tropas da defesa ficam em-baraçadas e expostas à marchas e contra-marchas; recorre aos obstáculos para destruir o atacante, preparando por vèzes sinis-tros fac-símiles para assustá-lo.

As boas áreas de aterragem podem ser totalmente neutráli-zadas por medidas passivas anti-aéro-transportadas enquanto que outras, igualmente boas ou melhores são deixadas intactas para atrair o assaltante ao interior de armadilhas organizadas e

defendidas, onde possa ser destruído por armas bem dissimuladas.

Em seu mais amplo aspecto, há duas condições em que se pode produzir um combate aéreo-transportado, nitidamente diferente dos outros tipos de combate. Primeiro, o defensor pode preparar medidas ativas e passivas com relativa imunidade. Segundo, um assalto aéreo-transportado uma vez detido deve ser imediatamente auxiliado, mudado de direção ou receber outro qualquer socorro.

Em consequência, cada fator que deve ser considerado no planejamento das operações aéreo-transportadas e anti-aéreo-transportadas é digno do mais completo exame e estudo, visto que as maiores operações aéreo-transportadas do futuro deverão ser postas em cena com pleno êxito.

Os técnicos do assunto receberam na batalha aéreo-transportada da Normandia uma completa experiência de combate.

Nessa batalha três divisões aéreo-transportadas participaram no mais cuidadoso plano de ataque aéreo-transportado da história militar. Muitos meses foram dispendidos na preparação do ataque e igualmente outros tantos foram consumidos pelo inimigo na preparação da defesa.

Apesar desses meses de contínuos planos e contra-planos da nossa parte, tornou-se necessário, exatamente uma semana antes do assalto, que as tropas fôssem deslocadas para seus aerodromos de partida.

O serviço de Informações e Contra-Informações, aparentemente funcionaram desordenadamente. Não obstante, quando as tropas aéreo-transportadas saltaram nos céus da Normandia, na noite de 5/6 de junho, os defensores estavam guarnecendo todas as suas instalações defensivas anti-aéreo-transportadas.

Os preparativos para o assalto à Normandia tiveram princípio em novembro de 1943. O grosso dos transportes aéreos estavam nos Estados Unidos e uma das Divisões Aéreo-transportadas na Itália. Não obstante, o COSSAC, (Chefe do E. M. do Supremo Cmdo. Aliado), em Londres, deu início ao estudo dos planos, no término daquele ano.

As tropas aéreo-transportadas britânicas foram representadas pelo Ten. Gen. F. A. M. Browning e as dos Estados Unidos pelo decano dos cmts. de aéreo-transportados, o então cmt. da 101 Divisão Aéreo-Transportada, Maj. Gen. William C. Lee. Mais tarde, depois da chegada da 82.ª Divisão Aéreo-transportada da Itália, seu cmt., Maj. Gen. Matthew B. Ridgway, foi designado

cmt. dos aéro-transportados dos Estados Unidos e do grupo consultivo.

O levantamento total das forças aéro-transportadas foi o seguinte:

aeronaves de transp.	n.º	carga útil (lbs)
aeroplanos	1384	5850
planadores CG-4	2000	3750
planadores (Horsa)	1250	6900
planadores (Hamilcar)	50	16000

Havia então forte deficit de pilotos de planadores e, em novembro de 1943, parecia que não haveria número suficiente para prover um em cada planador, não obstante ser a guarnição de dois, um piloto um co-piloto. No final da invasão o lugar do co-piloto fôra ocupado por um homem das tropas aéro-transportadas. E inacreditável como possa parecer, esses homens não haviam recebido nenhum treinamento para fazer voar e aterrar o planador e alguns deles, ferido o piloto, se acharam com um planador inteiramente carregado em suas mãos, alguns dos quais avariados, através de um espaço repleto de tiros anti-aéreos, em 6 de junho. Afortunadamente o CG-4 não é demasiado difícil para voar e aterrar, mas atendendo que faziam pela primeira vez em combate, tiveram uma experiência mortificante.

Os Estados Unidos dispunham de duas divisões aéro-transportadas, (a 82.ª e a 101.ª), além de dois regimentos de Infantaria paraquedista, (o 507.º e o 508.º), que mais tarde foram incorporados à 82.ª Divisão, que não pudera contar com um dos seus regimentos orgânicos, (o 504.º) envolvido que fôra no combate da cabeça de praia de Anzio, não chegaria ao Reino Unido senão demasiadamente tarde para participar do assalto à Normandia.

Houve por isso interessante expectativa; o alto cmdo. alemão estava evidentemente confuso pela aparente dissociação da 82.ª Divisão Aéro-transportada. Eles tinham registrado a Divisão em Anzio durante todo o tempo em que o 504.º Reg. de Inf. Paraquedista estivera lutando e, consequentemente não lhes parecia possível estar a mesma pronta para o assalto à Normandia.

O inglês tinha uma divisão, (a 6.ª), além de um razoável grupo de paraquedistas franceses, noruegueses e holandeses que não foram empregados na ação principal do dia D, mas em missões especiais.

O plano, numa primeira estimativa, admitia o lançamento inicial das unidades paraquedistas das três divisões, além de uma pequena força em planadores, e, que o restante das forças aéreo-transportadas seria lançado, em planadores, num segundo escalão. Cada uma dessas divisões dispunha de um escalão marítimo, que deveria ser acionado, tão cedo quanto possível, após o estabelecimento da cabeça de praia; esse escalão transportaria tanques, bulldozers, caminhões e equipamentos pesados, não transportáveis pelo ar.

A primeira e principal missão das forças aéreo-transportadas era vital; deviam bloquear as reservas alemãs que tentassem reforçar as unidades da defesa costeira; em seguida, deveriam atacar essas mesmas defesas costeiras pela retaguarda.

O assalto anfíbio foi originariamente limitado ao trêcho da costa entre os rios Orne e Vire, (veja esquema n.º 1).

Em 18 de dezembro de 1943, no Q. G. do 21.º Grupo do Exército Inglês, em Londres, houve uma reunião com o escopo de esboçar o assalto anfíbio proposto e discutir de como possivelmente as tropas aéreo-transportadas poderiam ser empregadas.

Dos extensos estudos já feitos sobre os terrenos da Normandia, evidenciou-se que qualquer maior movimento de reservas teria que utilizar o corredor entre Caen e Bayeux, possivelmente escôando através dessas duas cidades, visto que o corredor era um excelente terreno para tanques.

Evidentemente se as tropas aéreo-transportadas tivessem que bloquear as reservas inimigas, o local para isso executar seria em torno das duas cidades e no corredor entre ambas. Desgraçadamente porém, as tropas aéreo-transportadas teriam uma grande desvantagem em tal terreno, lutando contra blindados.

A defesa usava esburacar o terreno e o interior de suas posições defensivas deixando caminhos onde os blindados inimigos eram canalizados. Nesse terreno o blindado alemão teria toda a sorte de compartimentos para manobrar e, provavelmente, liberdade para assolar as divisões aéreo-transportadas.

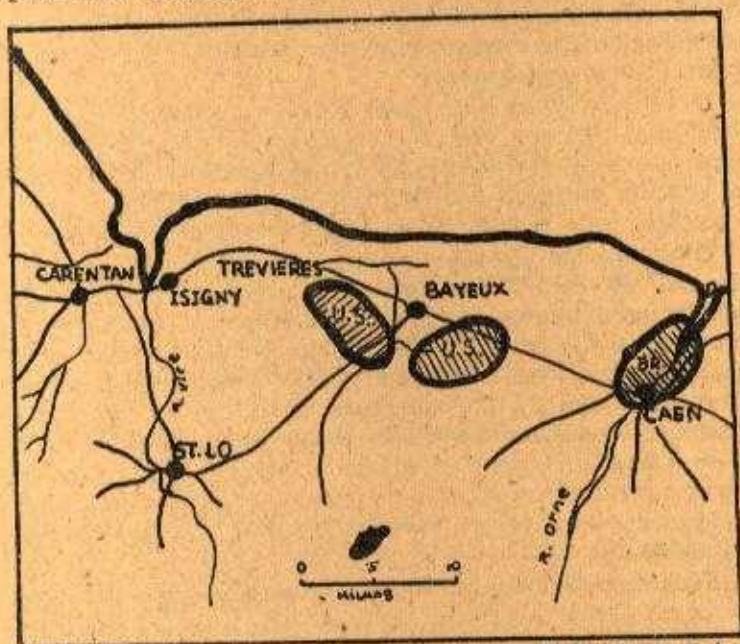
Sabia que participaria do assalto e por isso tive presente a nossa experiência com a Divisão Blindada Hermann Goering na Sicília. A consideração da possibilidade de termos que lutar com blindados alemães fez-me reputar um pouco sombrio o plano inteiro. A zona de lançamento e aterragem eram adequadas, o tiro anti-aéreo esperado não seria demasiado nocivo, e o restante do plano se apresentava suficientemente praticável. Era óbvio porém, que a 21.ª Divisão Blindada, que estava no espaço de 10

milhas de Caen, tornaria especialmente difícil manobrar em tão bom terreno para tanques.

MISSÃO DO ATAQUE AÉRO-TRANSPORTADO

A obra fôra feita nervosamente. Do estudo comparativo entre as possibilidades de ambos, alemães e aliados, na cabeça de praia, chegou-se a conclusão que a exploração do potencial aéro-transportado poderia na verdade ser eficiente para o êxito final, na operação completa do dia D.

Na conferência de Londres fixou-se que as duas divisões dos Estados Unidos seriam lançadas, uma à E. e outra à W. de Bayeux, e a 6.^a Divisão Inglesa nas proximidades de Caen (esquema n.º 1). A missão principal se tôdas as três divisões era simplesmente bloquear o movimento das tropas alemãs a reta-



ESQUEMA N.1

guarda da cabeça de praia e, nisso manter-se até que as tropas terrestres desembarcadas pudessem entrar em contacto com as mesmas e as substituir.

Lembro-me agora que, quando deixei a conferência alguém assinalou-me que no livro do maj. F. O. Miksche, "Paraquedista"

o autor havia sugerido um plano para emprêgo de tropas paraquedistas nessa mesma área da Normandia; um plano muito semelhante ao acordado acima. Indubitavelmente o alemão também havia lido Miksche e se ele não o tivesse, alguém, estudando o potencial para um desembarque na Normandia cêdo poderia determinar que o corredor Caen-Bayeux era a única área conveniente para uma operação de bloqueio em apóio a um ataque anfíbio entre os rios Orne e Vire.

Mais tarde, em dezembro, numa conferência no Q. G. do Gen. Omar Bradley, em Londres, mostrou esse chefe particular interêsse em estender a frente do assalto do dia D, incluindo um desembarque ao N. do estuário do rio Vire e, na eventualidade de ser adotado tal plano, empregar as tropas aéro-transportadas para auxiliar o desembarque e cortar a península.

Uma das missões do 1.º Exército fôra a pronta captura do porto de Cherbourg e, se pudessemos bloquear rapidamente Cherbourg teríamos conseguido uma decisiva contribuição para a operação em seu conjunto.

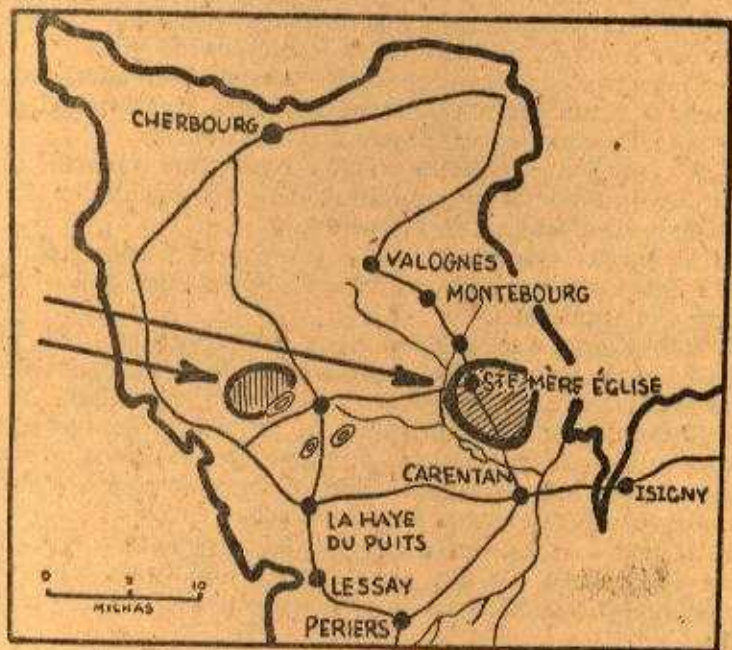
O terreno entre Carentan e Lessay, em contraste com o entre Caen e Bayeux, era uma excelente região anti-tanque, pois poucas eram as áreas em que os tanques poderiam manobrar com alguma liberdade, ao passo que abundantes eram as zonas de lançamento e aterragem. A missão parecia ser natural.

O plano a que chegamos impunha: o lançamento de uma divisão dos Estados Unidos ao N. de Carentan, com a missão de bloquear o movimento das reservas alemães e apossar-se não só dos extremos das estradas que provinham do interior das cabeças de praia como das passagens sôbre o rio Merderet, preparando o avanço para W., (veja esquema n.º 2). A outra divisão dos Estados Unidos deveria aterrar várias milhas à W. de Ste. Sauveur-le-Vicomte, (veja o esquema n.º 3), e capturar aquela cidade e as imediações, sôbre o rio Douve, afim de bloquear todos os movimentos ao N. dos Campos Alagadiços e bloquear tôdas as estradas da costa.

Fôra considerado que a divisão aéro-transportada inglesa atuaria na frente atribuída ao assalto anfíbio inglês, sua missão, que não fôra alterada, consistia na proteção do flanco esquerdo das fôrças anfíbias no dia D e auxiliar o desembarque, pela posse das pontes sôbre o rio Orne e o canal Caen, em condições de bloquear o movimento das tropas alemães e dar um golpe decisivo nas instalações fixas e baterias da defesa costeira, no flanco esquerdo inglês. Esse foi, em resumo, o plano aéro-transportado para o dia D. Mais tarde, em dezembro, o Mare-

chal de Campo Montgomery, chegando à Inglaterra aprovou o plano sugerido pelo Gen. Bradley de expandir a proposta cabeça de praia para o N. do rio Vire.

O esforço americano foi dividido entre o V Corpo à E. do rio Vire e o VII à W. desse rio. E o emprêgo das divisões aéro-transportadas em apoio a esse desembarque fôra tal como recomendára o Gen. Bradley.



ESQUEMA N.2

Os meses seguintes foram destinados à coordenação dos muitos detalhes de um plano de conjunto de tal magnitude como o da OPERAÇÃO DE NETUNO, nome operacional dado à invasão da Normandia.

Nosso primeiro passo fôra a publicação de uma diretiva de treinamento, estandarizando o uso de todos os aeroplanos pelos paraquedistas ingleses e americanos. Manifestos de carga, métodos de ordenar e carregar, sinais de alerta e de salto, e os equipamentos internos das aeronaves foram dispostos para que ambas as forças pudessem ser lançadas pelo Cmdo. das Tropas Transportadoras, sem mudança de técnica ou de comandos. Tropas inglesas exercitaram-se em aviões americanos e tropas ame-

ricanas treinaram com os planadores Horsa, ingleses. Finalmente procedeu-se a verificação do estado da performance dos últimos detalhes do plano.

A 82.^a Divisão, já experimentada na Sicília e na Itália, fez um estudo minucioso sobre as cargas individuais e das unidades; o plano geral das cargas foi examinado para assegurar uma conveniente distribuição de armamento para atender os casos de lançamentos em áreas erradas. Depois que os tanques passaram a ser o assunto principal da tropa, resolvemos distribuir bazookas e minas aos diferentes elementos de vôo.

Todos os itens sobre "conforto" foram eliminados, e muitos homens se remuniaram com munição extra, de tal maneira, que necessitaram auxílios para embarcar nos aviões.

A experiência de Sicília e Itália mostraram a inutilidade de algumas medidas de reconhecimento, e nós decidimos confiar unicamente na senha e contra-senha.

As cargas dos aeroplanos e planadores foram pesadas e controladas em condições de não se desperdiçar uma onça da carga útil autorizada.

Recordamos o terreno, as áreas de lançamento e rede de estradas, decoramos todos os planos e ordens de forma que nenhum homem levasse para o combate papéis com anotações.

Tempos depois consideramos os problemas da reorganização e reunião noturnas, nisto empregando os recursos auxiliares que tínhamos improvisado na confusa noite de combate na Sicília. Dispuzemos de jogos de guerra sobre caixões de areia, em escala, para as pequenas unidades, inclusive para os grupos de cada armamento, até que cada homem conhecesse não só sua própria missão como também a do seu provável vizinho no combate.

Com a aproximação do dia D, estudamos mais intensamente as fôtos aéreas das áreas operacionais e, naturalmente isso fizemos com particular atenção sobre os obstáculos anti-aéreo-transportados.

Na península de Cherbourg, com essas fotografias, principiaram a brotar pequenos sinais, tal como uma criança tomada dum erupção cutânea.

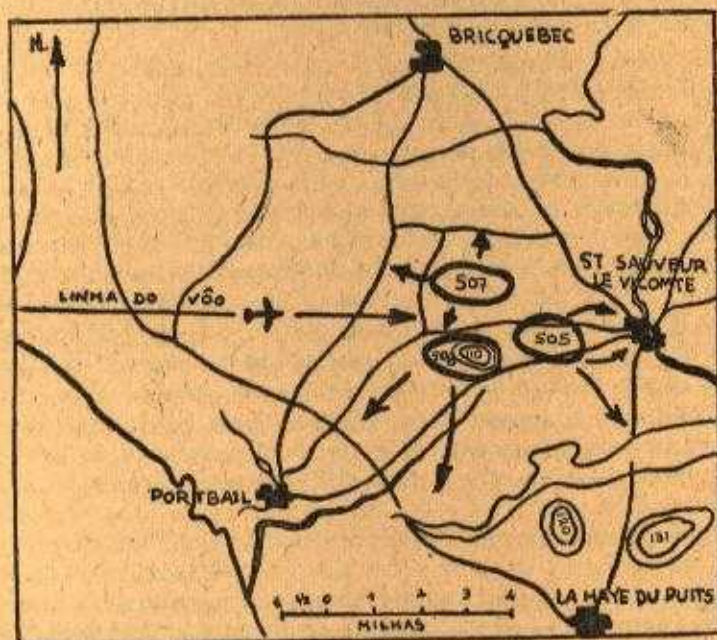
ARDIS ANTI-AÉRO-TRANSPORTADOS DOS ALEMAES

Entre as medidas típicas contra-aéreo-transportados figura a preparação alemã na colina 110, localizada cerca de cinco mil jardas à W. de Ste. Sauveur-le-Vicomte, (esquema n.º 3). De seus pontos culminantes obtinha-se vistas sobre a costa de E.

em dias claros e sobre a de W, sob certas condições de visibilidade.

Conquistando-a e mantendo-a ter-se-ia indubitavelmente um efeito decisivo para as operações das tropas aêro-transportadas nas suas vizinhanças.

O estudo das fôtos revelou que seus terrenos ofereciam aciáveis zonas de lançamento para combate. Suas vertentes embora demasiadamente escarpadas para planadores, não apresentavam obstáculos que pudessem dificultar a utilização de sua área pelos



ESQUEMA N.3

paraquedistas. Ao longo da vertente W. correndo cerca de 1/2 milha havia uma profunda pedreira, com cerca de 50 jardas de extensão. A própria colina tinha um contorno circular, de cem jardas de diâmetro; como área de lançamento, não era suficientemente boa, todavia era muito melhor do que muitas em que os paraquedistas haviam aterrado sem perdas excessivas na Sicília e na Itália.

Depois da discussão do problema das perdas prováveis, foi a colina 110 designada como zona de lançamento para o 508 Reg. Paraquedista, motivando isso um meticoloso estudo das ativida-

des do inimigo e suas disposições na região e suas circunsvizinhanças. Inicialmente foram assinalados três moinhos de vento, que os relatórios do Serviço de Informações mostraram que estavam sendo utilizados como torres de rádios. Um pequeno destacamento alemão estava sempre naquelas estações, mas não era suficientemente grande para se tornar de maior interesse para nós. Em seguida a pedreira começou a mostrar sinais de ocupação. Do exame das fotos aéreas tinha-se a impressão que armas haviam sido colocadas na pedreira e na suas proximidades. Isso bem podia ser armamento "ack-ack" leve, contudo impossível de se dizer exatamente.

A colina 110, pela sua parte mais baixa, unia-se a um arvoredo de sébes sob o qual praças ou parques para veículos começaram aparecer como sinal seguro, como verificamos mais tarde, de uma instalação permanente. Em vários pontos mais baixos das suas vertentes as sébes deixavam ver caminhos. Finalmente, cerca de três semanas antes do dia D, pequenas manchas pretas, regularmente dispostas, começaram aparecer, particularmente sobre toda a colina; e continuaram crescendo em número até que toda a colina das mesmas ficasse coberta de simples nós-doas, com aparência de buracos, porque não projetavam sombras nas fotografias tomadas nas primeiras horas da manhã, como fazem os objetos situados acima do solo.

Alguns dos nossos, que eram familiares com o plano operacional, estavam agora certos de que os alemães conheciam o nosso plano de desembarque e tratavam de tomar algumas medidas, para contê-lo.

Nós já tínhamos ouvido falar sobre o "Rommelspargel", porém, usualmente, quando estes eram instalados, um pequeno campo era em seguida completado. Rommelspargel — (aspargos de Rommel) — eram paus de cerca de 6 a 12 polegadas de diâmetro e de 8 a 12 pés de comprimento, enterrados um ou dois pés no solo e erigidos entre 75 a 100 pés de distância; empregados obviamente para tentar dificultar o uso das zonas de aterragem às tropas aéreo-transportadas dos aliados.

Suficientemente seguros, depois de vários dias de investigações sobre a colina 100, as indiscretas sombras do Rommelspargel começaram a aparecer. Foi impossível assegurar se estavam ou não unidas entre si com arame ou, se existiam, no momento instalações para a tropa defensora no meio ou nas suas proximidades; porém, desde que a colina não podia ser usada por planadores, fora decidido lançar o 508 sobre ela, de qualquer forma e, por isso, a preparação para sua conquista começou a ser feita.

Tínhamos que conquistar a colina, se não pudessemos desembarcar sobre ela, teríamos que lutar para tomá-la. E pareceu-nos que, com toda a probabilidade, isso agora seria muito mais penoso.

Indubitavelmente porém, fôra afortunado que, justamente cerca de uma semana antes do nosso movimento de partida, as zonas de lançamento de todos os elementos da 82.^a Div. Aéreo-transportada tivessem sido deslocadas 10 milhas para E. de Ste. Sauveur-le Vicomte. E assim o lançamento sobre a colina 110 não foi feito, mas eu estava tão interessado nela que, não obstante isso, fiz um reconhecimento sobre a mesma, no próprio dia em que foi capturada, em D-11. Era a mais completa obra de organização anti-aero-transportada que jamais vira. A colina inteira estava coberta de Rommelspargel.

As estacas estavam unidas, amarradas com arame farpado de tópo a tópo, outras do tópo de uma estaca à base da oposta e outras das bases de umas às bases de outras. Dispunham de armadilhas de granadas de artilharia e algumas delas de minas. O perímetro inteiro da colina era contornado de locais para armas individuais ou coletivas.

Todos os locais estavam ligados por trincheiras estreitas tipo alemão e em correspondência com abrigos onde a tropa aparentemente descansava. Havia postos de observação cobertos, equipados com serviço de alerta ao longo do perímetro da colina. A pedreira continha grande abrigo de tropa e numerosas posições de morteiros com espaldões bem disfarçados e concentrações preparadas cobrindo a colina inteira. A colina 110, em suma, teria de ser um lugar infernal para nossa reunião no curso das horas de escuridão, no dia D.

A mais interessante cousa relativamente à preparação da colina, sobre o ponto de vista acadêmico, fôra que o defensor não ficou satisfeito em usar unicamente medidas passivas. Rommelspargel foi usualmente considerado ser adequado como medida defensiva inicial e tropas foram deixadas como reserva móvel. A importância porém da colina 110, como ponto chave, certamente justificava as extensas medidas para garantir a sua posse.

Nós estudamos por longo tempo, intencionalmente, o uso alemão dos "aspargos" como um meio de acompanhar a evolução do inimigo sobre seu setor e do ponto de vista defensivo. Se nos afigurou então que as áreas completamente saturadas de aspargos eram as que ele tinha particular interesse em negar-nos. Sentimos que lá devia haver uma razão para a existência,

especialmente completa, da preparação de uma área e não de outra.

Provavelmente aquelas áreas que ele preparava, assim tão completamente, tinha um valor como objetivo para nós.

De interrogatórios de cmts. alemães e civis francêses cêdo chegamos a conclusão que, a quantidade de aspargos de uma determinada localidade era mais uma indicação de eficiência e entusiasmo de um cmt. local do que qualquer outra coisa. Bôas áreas de desembarque eram em alguns exemplos deixadas intactas por que o cmt. defensor era justamente ocioso. Em outras áreas, cada jarda quadrada era coberta, porque o defensor tinha entusiasmo em fazer sua obra tão completa quanto possível. A quantidade de aspargos tinha uma pequena relação com o valor tático da área porém nós verificamos que seria um grave erro em futuro planejamento, querer levar a cabo uma dessas obras quando o tempo ou os materiais são limitados; as mais importantes áreas sob o ponto de vista defensivo devem receber prioridade na preparação defensiva.

PREPARAÇÕES ACELERADAS

De um extremo ao outro, a pequena ilha da Inglaterra firmemente guarnecida, acelerou então a preparação, em passo intensivo. Bombardeios antecipados foram aplicados, e fumaça fôra planejada para cobrir as colinas 121 e 131 durante as horas diurnas do desembarque. Os vôos foram cuidadosamente coordenados com a frota anfíbia. E nós antecipamos e tomamos conta de mil e um detalhes de ordens, equipamento e organização.

Finalmente tudo pareceu tão completo como um plano aéro-transportado poderia ser. O inimigo porém não estava dispendendo seu tempo ociosamente. Através da amplitude do norte da França — e para alguns cmts. alemães devia estar aparente muito do que fazíamos — o inimigo estava tomando apressadamente fantásticas medidas com todos os meios concebíveis em seu poder para barrar o que deveria ser a maior invasão aéro-transportada da história dos exércitos modernos.

De acôrdo com o que nós depois aprendemos do Gen. Student, decano dos cmts. aéro-transportados alemães e o cmt. das forças alemães em Creta, o inimigo alemão tinha ficado grandemente impressionado pela rejeição das medidas estáticas tomadas pelos ingleses, em 1940. Os resultados eficazes de tais medidas

pesaram sensivelmente, quando os alemães decidiram cancelar sua suposta invasão da Inglaterra, no fim daquele ano.

Os alemães estavam verdadeiramente impressionados com os postos, pilhas de pedras e destroços de carros usados para obstruir todos os campos de aterragem; eles também haviam tomado medidas semelhantes na França, tão rapidamente quanto as circunstâncias permitiram. O cel. gen. Student fez uma interessante relato em seu interrogatório, informando que os alemães tinham preparado um anti-plano aéro-transportado com grandes detalhes, incluindo mapas que consignavam tôdas as áreas extensivamente minadas e estaqueadas e tôdas as que pudessem inundar rapidamente. Tudo isso porém, de acôrdo com Student era um amplo trabalho de imaginação, com a intenção de fazê-lo cair nas mãos dos Aliados e desencorajá-los da tentativa aéro-transportada.

Se tal mapa foi preparado eu sinceramente nunca vi, seja durante a fase da preparação, seja em outro qualquer tempo. Disse também Student que procurou ser ouvido por Hitler afim de conseguir aprovação para um plano de emprêgo dos paraquedistas alemães contra os portos de desembarque e assim dispersar a invasão, antes que ela tivesse bom começo.

Era um plano interessante e de grande mérito; mas de acôrdo com Student, Goering rejeitou-o e não permitiu que o intuitivo Hitler o ouvisse sôbre o assunto.

Recomendou o Cel. Gen. várias vêzes a Hitler que as tropas paraquedistas alemães deviam ser usadas em contra-ataques aos aéro-transportados dos aliados. Sua idéia teve uma fria recepção até que o Fuhrer viu bem sucedidos os desembarques aliados. Desgraçadamente para o Cel. Student, a única divisão aéro-transportada alemã disponível já havia sido empenhada em uma ação terrestre e não podia ser desengajada em tempo para efetivar o plano.

Enquanto tôda essa conversação de nível elevado se processava, os cmts. locais de pequenas unidades tinham improvisado e feito o melhor de cada meio de defesa anti-aéro-transportado com o que puderam ter sob suas mãos. Aspargo foi, por sinal, o meio favorito. A extensão de tais aspargos foi de uso geral, todavia poude ser julgado por um relatório do Marechal de Campo Rommel, depois de sua inspeção à muralha de W., na primavera de 1944. Rommel disse então: "A construção de obstáculos contra paraquedistas fez grandes progressos em muitas divisões. Por exemplo, uma divisão sosinha erigiu quase 300 mil estacas, e um Corpo acima de 900 mil. E Rom-

mel relatando adiantou: "A ereção de estacas sosinhas não constitui um obstáculo completo; as estacas devem ser prêsas umas às outras com arame e ter granadas e minas ligadas às mesmas. A densidade deve ser de cerca de mil estacas por quilômetro quadrado e ter presos, se possível por péias, animais domésticos afim de pastarem por baixo desses campos minados."

Esta última revelação foi de particular interesse para os nossos interpretadores de fotos aéreas que observaram muito cuidadosamente os trechos onde os animais domésticos, eram vistos nas fotos. Foi admitido que onde os animais domésticos pudessem ir, as tropas podiam mover-se com imunidades. Isso mais tarde produziu tragicas consequências.

O C. em C. de W., Grupo de Exército D, publicou um excelente manual para o soldado em 15 de abril de 1944, intitulado o que cada soldado deve saber sobre as tropas aéro-transportadas. Esse era um folheto estampado, bem ilustrado em cores que bem serviu aos seus propósitos, julgando-se pelos posteriores interrogatórios dos prisioneiros de guerra.

A Divisão alemã contra a qual a 82.^a Div. Aeré-transportada chocou-se, a 243.^a, publicou um excelente memorandum em 1.^o de maio, a cerca de obstáculos anti-aéro-transportados. Seguiu-se a este memorandum um outro, de 15 de maio, relativamente à tática que as unidades alemães deviam empregar contra as tropas aéro-transportadas assaltantes. Cópia de ambos os memoranda foram capturados pela 82.^a Divisão nos combates que se seguiram à invasão. Todos os escalões da 243.^a tinham trabalhado com imaginação e vigor. Estabeleceram postos de sentinelas estáticas, com guarnições nos pontos críticos, iniciaram as patrulhas anti-aéro-transportadas. Empreenderam frequentes exercícios de treinamento anti-aéro-transportados e começaram acreditar que podiam enfrentar e destruir o ataque ameaçador.

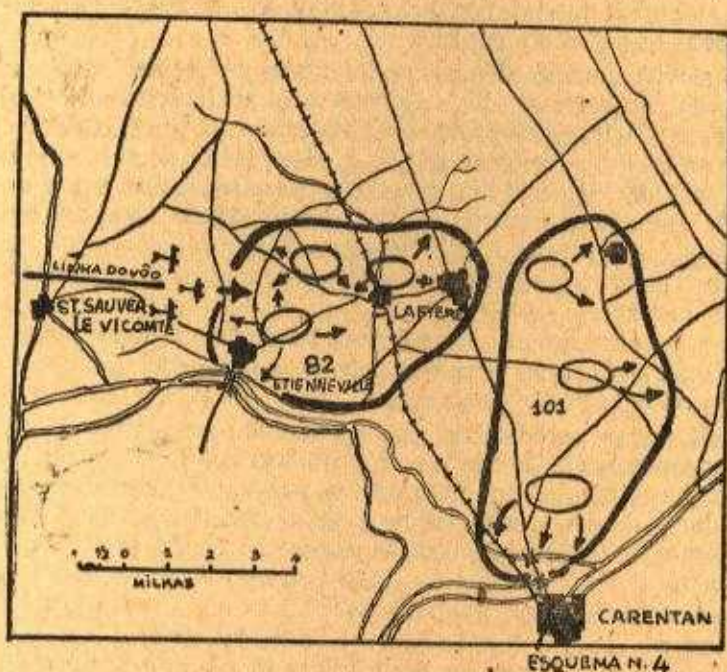
No meiado de maio de 1944, todavia, a situação potencial tornou-se tão crítica para o alto cmdo. alemão que foi julgado necessário deslocar dissimuladamente uma outra D. I. para a península de Cotentin. Mandaram a 91.^a D. I. alemã e locaram-na de um modo muito geral e tão bem, que fomos capazes de identificá-la em tempo, nas vizinhanças de Ste. Sauveur-le-Vicomte.

A situação então não se mostrou muito promissora para a 82.^a Divisão dos Estados Unidos. Na verdade, mostrou-se tão prejudicial, que foi decidido mudar nossas áreas de aterragem e, em 26 de maio, recebemos novas ordens, deslocando a Divisão mais para E., (esquema n.º 4).

Estr.

Por essa data, todos os planos para se levar a 82.^a Divisão à sua missão original estavam completos, as ordens de operação e administrativas para o dia D já tinham sido publicadas e distribuídas.

E, em mapas-manobras feitos sobre uma carta especial de 1/25.000, todos os cmts. de R. I. e Btls. da Divisão tinham delineados os seus planos em condições de que todos os cmts. inferiores, mesmo os das menores unidades, pudessem estar cientes dos esquemas da manobra que eles e seus armamentos iam tentar executar.



Os escalões marítimos da 82.^a já tinham partido para os pontos de reunião. Eles estavam dispersos ao longo da costa de Wales e ao S. da Inglaterra.

Isso deu-se justamente 5 dias antes do dia Y, (dia do carregar).

O novo ajuste foi como se segue: a 82.^a Divisão Aérea-transportada deveria aterrar distendida sobre o rio Merderet. Isso com a missão de capturar, limpar e manter a área geral: Neuville — au Plain — Ste. Mere Eglise — Chef du Pont — Etien-

neville — Amfreville; destruir as passagens sobre o Douve e estar preparada para avançar para W., por ordem do Corpo. A missão da 101.^a de um modo geral, permaneceu imutável, excepto quanto a responsabilidade de capturar as pontes sobre o Merderet, dada agora à 82.^a A missão da 6.^a Divisão Britânica não foi alterada.

Recebemos o novo plano sem nenhum pesar. O 508.^o não tinha compreendido bem a missão sobre a colina 110. O 505.^o, posto que fosse um regimento veterano e experimentado, com dois saltos de combate em seu crédito, tinha profundo respeito aos defensores alemães que estavam em redor de Ste. Sauver-le-Vicomte, a cidade que deveria capturar.

As atividades dos alemães em torno daquela cidade tinham aumentado rapidamente. De acordo com as estimativas do G-2, Ste. Sauver-le-Vicomte provavelmente abrigava um Q. G. de D. I., mais as tropas especiais da D. I. e, além disso, possivelmente um R. I. Os alemães estavam estocando gasolina e óleo perto do pátio da estação da estrada de ferro e limpando as sébes em torno da cidade; alguns espaldões para canhão foram aparecendo perfeitamente no exame diário das fotografias dos reconhecimento aéreos.

Os mais experimentados oficiais da Divisão diziam que teria sido uma boa chance para cumprirmos a missão se tivéssemos aterrado no lado W. da península.

Designamos as missões dos regimentos na conformidade com a nova missão da Divisão, meramente pelo deslocamento das zonas regimentais de lançamento o número necessário de milhas de E., deixando imutáveis a relativa localização das zonas de lançamento. Consequentemente nenhuma mudança teve que ser feita na designação das unidades para os respectivos aeródromos e unidades de transporte aéreo.

O inteiro sucesso de uma operação aero-transportada de nada mais depende senão da cooperação dos teams de trabalho entre o cmdo. das tropas de transportes e pilotos de um lado e do cmdo. das tropas aéro-transportadas e contramestres de salto do outro. Eles necessitam trabalhar juntos, tão frequentes quanto possível.

Apesar da tardia mudança, todas as tropas aéro-transportadas foram reunidas em seus aeródromos, prontas para a partida, em 4 de junho. Aquela fôra a noite em que esperavam deslocar-se.

O dia D fôra transferido de um dia. A despeito dessa transferência a calma e a tranquilidade prevaleceram e o esperado

ataque pelas forças aéreas e bombas V germânicas não se materializaram. O plano para o dia operacional D fôra aparentemente muito bem trabalhado. Finalmente o dia D foi então anunciado para 6 de junho.

Rapidamente na noite de 5 de junho, antes do escurecer os aviões exploradores do IX Toop Carrier Command roncaram para baixo, na pista de decolagem do campo aéreo de North Witham, Inglaterra. A batalha aéro-transportada ia para a fase proveitosa.

O tempo não estava muito bom porém não era demasiadamente mau. Sobre o continente, o chefe do serviço meteorológico alemão havia informado ao alto cmto. que o tempo era tal, que nenhuma invasão poderia ter lugar. Afortunadamente porém para os alemães, essa informação não fôra transmitida à tropa, que assim não foi afetada no seu estado de alerta.

O Gen. Eisenhower tivera semelhante aviso, porém depois de considerar cuidadosamente a situação, em seu conjunto, decidiu desencadear a ação.

As operações aéro-transportadas são sensíveis às condições do estado atmosférico; algumas das unidades aéro-transportadas encontraram-se em aparentes dificuldades, porém no fim todas cumpriram suas missões.

O plano de vôo da Troop Carrier fôra o mais complexo que jamais tinha sido tentado até àquela data; envolvia milhares de aviões, e antes cuidadosamente coordenado com as operações da maior força de desembarque anfíbio da história. Naturalmente fôra objeto de muitos meses de discussão e preparação. O trabalho dos bombardeiros e caças amigos assim como o efeito do potencial da aviação e de tiro anti-aéreo alemães, a tudo se tinha dado a mais cuidadosa consideração.

O plano de vôo em sua forma final está consignado no esboço n.º 5.

Em geral, cada unidade da Troop Carrier fôra reunida em seu próprio aerodromo de onde movimentava-se mediante um horário, para o seu lugar na corrente de vôo.

Todos os possíveis auxílios visuais de navegação foram postos em uso na Inglaterra, de maneira que as rotas foram muito bem marcadas até que os aéro-planos atingissem a costa da França.

O primeiro vôo das Divisões dos Estados Unidos foi feito à W das forças peninsulares anfíbias, sobre o canal inglês passou em torno da Normandia, mantido cuidadosamente fora do alcance dos tiros anti-aéreos dos canhões que sabíamos estar nas ilhas

à W. da península. Eles mantiveram esse curso até atingir a costa; então os aeroplanos faziam uma corrida direta às zonas de lançamento e aterragem, depois disso então atravessavam para o lado E. da península, ganhando altura, para a viagem de regresso.

A divisão inglesa voou diretamente para sua zona de salto, permanecendo à E. das forças anfíbias.

Os primeiros homens aérotransportados a tocar no solo francês, no dia D foram os das equipes de exploração da 6.^a Divisão Britânica, que aterraram entre 00.10 e 00.20 horas do dia D. Encontraram êles algumas dificuldades, porém marcaram suas zonas de queda e aterraram como tinha sido planejado.

Os teams de exploradores das nossas divisões precederam os combates de 30 minutos. O team da 101.^a Divisão foi na vanguarda, seguido pelo team dos exploradores da nossa divisão, que na realidade tocou o solo francês às 01.21 da manhã daquele dia.

No caminho através do céu do canal à França êles encontraram algum mau tempo que os remoeu um pouco e algumas formações foram dissociadas pelos tiros anti-aéreos alemães.

Imediatamente próximo das suas zonas de aterragem alguns desses teams foram engajados em combates terrestres que pouco estorvaram o trabalho que procuravam executar. Todos juntos evidenciaram-se 50% eficientes. Isso foi uma grande vantagem para a antecipada operação Toop Carrier-Airborne que teria sido conduzida sem a assistência dos exploradores.

OPERAÇÕES DA 82.^a DIVISÃO

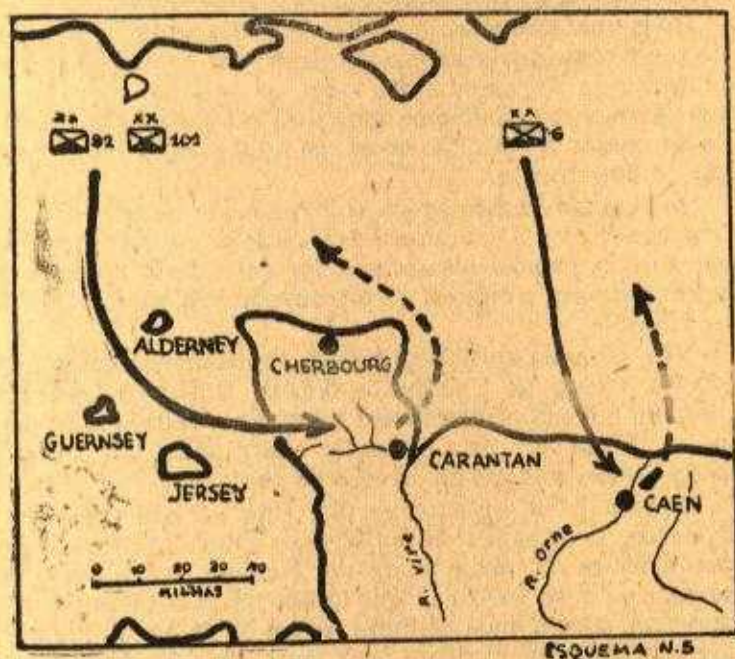
Minha própria experiência era típica à dos demais cmts. de unidade, é digno relatar. Fui designado cmt. do Agrupamento Tático A. Essa força era constituída dos três regimentos paraquedistas da 82.^a Divisão, mais uma cia. de engenharia, um destacamento de art., um destacamento de apoio aéreo, um destacamento de controle para o fogo naval e elementos de cmto.

Minha força aterrou sobre as três zonas de lançamento mostradas no esquema n.º 4. Meu grupamento tático voou em 378 transportes C-47 do IX Toop-Carrier Command. Ele devia ser seguido, no vôo precedente pelo escalão restante da 82.^a Divisão, em 428 planadores. Dessas, 52 deviam vir antes da luz do dia e o restante depois.

Meu avião era o chefe de um dos grupos de vôo do 508.^o Regimento de Paraquedistas, que tinha horário para saltar na

zona N. O primeiro avião do Grupamento A partiu às 23.15, de 5 de junho. A reunião e o vôo sobre a Inglaterra foram exatamente de acordo com o plano.

De pé, na porta do meu avião, eu achei possível controlar todos os auxílios visuais de navegação. E da conversação com o piloto, através do chefe da equipagem, certifiquei-me, de tempo em tempo de que tudo ia bem e no horário. Depois que deixamos os céus da Inglaterra não houve atividade por curto espaço. Pude olhar para trás, sobre o vôo, e ver os C-47 emassados, em formação cerrada, tão distantes quanto a vista podia alcançar. Era realmente uma linda cena. Isso pareceu-me já uma amostra do começo do fim.



Assim que passamos as ilhas da costa da Normandia, tiros anti-aéreos, leves e pesados, subiram, explodindo perto dos aviões. Era um bom prognóstico. Era exatamente como nós tínhamos previsto, quando preparávamos o plano de vôo. Continuamos para a frente, e transpuzemos a costa, no horário. De meu avião, as praias da França se apresentavam iguais às das costas que nós antes tínhamos invadido, a terra estava castanho-avermelhada e as estradas e os pequenos grupos de casas das

vilas da Normandia sutilmente fora do luar. Estava tudo tranquilo agora, não havia mais tiros anti-aéreos, não obstante, mais tarde, um outro cmt. de unidade aéro-transportada relatar que foram alvejados, logo que transpuzeram a costa.

Em poucos minutos estávamos perto da cidade de Bricquebec. Nossos aviões entraram então em densas nuvens e, eram tão densas essas nuvens que da porta não pude vêr a asa do avião e, a minha primeira reação foi pensar, que estávamos em uma nuvem de fumaça lançada para o ar pelos defensores alemães.

Mantivemos a cavalcada através das nuvens e cêdo tive a sensação que nós, no avião em que estava cavalgando, e nos mais próximos, estávamos entregues à nossa sorte.

Cada contra-mestre de salto de avião porém, tinha controlado seu tempo de vôo com o de queda por pontos de referência no interior da Normandia. Eu sabia que nós (no avião eu estava como passageiro), tínhamos que saltar cêrca de 7 1/2 minutos depois de passar a costa francesa, se quizessemos bater na nossa zona de lançamento.

Se bem me lembro agora (o mais importante item), a costa E. da França viria exatamente cêrca de 12 minutos mais tarde. Depois disso, se nós saltassemos, teríamos feito no oceanó. Como assunto para a crônica aéro-transportada, muitos dos nossos fizeram isso.

Nós, em meu aeroplano porém, continuamos no interior do nevoeiro. Cêrca de 7 minutos depois, tínhamos transposto a costa e as nuvens principiaram a limpar. Assim que se dissiparam, eu pude vêr uma grande quantidade de tiros anti-aéros pesados, subindo na direção do nosso vôo.

Aquela devia ser Étienneville. Uma série de pesados tiros anti-aéreos lá tinham sido registrados e nós devíamos estar justamente sôbre ela, nesse momento. Nenhum outro avião estava à vista, e eu pude verificar, que lá não havia nenhuma marca de referência, porém mais distante para o N. da nossa linha de vôo, pude vêr um largo rio com uma volta para W. Cuidei que devíamos estar ao S. do rio Douve, mas não foi possível controlar como quando passamos em Étienneville e seus tiros anti-aéreos. Alguns fogos de pequenas armas começaram então a subir com seus ruídos, qual seixos sôbre um telhado de zinco. Então, quase à mesma distância um ou dois aviões começaram a ser vistos. Continua clareando, e os fogos das pequenas armas continuam aumentando, mas nem um só, tão distantes, passavam tinha sido atingido.

Nós estávamos abaixo de 600 pés quando a luz verde foi ao ar. Esperei cerca de três segundos para dar a última olhadela sobre o terreno antes de puxar para fora a lanca.

Fazia cerca de 8 minutos que havíamos transposto a costa. Uma série de fogos de armas leves estava continuamente no ar. Diretamente na frente da linha de vôo dos nossos aeroplanos, um combate terrestre muito pesado parecia em curso, julgando-se pelo ruído e pelo número de traçantes que podíamos ver, voando em torno. Aquela fôra uma boa oportunidade de se ter Ste. Mere-Église. Era fatal um bom combate ali, tão pronto o 505.º R. Paraquedista aterrasse, e ele fôra antes que nós.

Eu aterrei com uma boa risada, caíndo sobre um pomar. Entre as árvores havia algumas vacas pastando. Elas se conservaram comendo ruidosamente, com satisfação — inteiramente desinteressadas do que para mim era a mais momentosa ocasião.

Meu ajudante aterrou perto de mim. Nós nos ajudamos mutuamente e cêdo, fomos ter ao canto de um extenso brejo. Os homens estavam ocupados, reparando ou experimentando reaver pacotes de equipamentos do fundo do pântano. De tempos em tempos, outras vagas de saltadores aterravam em torno de nós, ou um pouco fora, no brejo.

Os alemães não fizeram nenhuma tentativa para atacar. E nós somente ouvimos um tiroteio ocasional, não muito cerrado. Distante porém, para E., existiam todos os sintômas de um pesado combate terrestre. Cerca de 15 minutos apareceu uma luz vermelha. Deviam ser as luzes para reunião dos 507.º e 508.º R. Paraquedistas.

Mandei meu ajudante através do brejo, para tomar contacto com eles e eu fiquei tentando reunir equipamentos e assegurar uma organização, na confusão que tínhamos, na margem W. do brejo. Ele regressou em cerca de uma hora e relatou-me a existência de uma via férrea diretamente à E. de um rio que era transponível, porém com água pelos ombros. Pudemos então determinar que estávamos sobre a margem W. do rio Merderet, cerca de duas milhas ao N. de Fièrre.

O Cel. Lindquist cmt. do 508.º R. Paraq. movimentou-se para o S. com o objetivo de capturar a ponte de La Fiere e dirigir-se para sua área de operações.

De tôdas as partes, entre 100 e 150 combatentes, de diferentes unidades do 507.º, se foram juntando ao grupo em que me encontrava. Alguns dêles tinham sido feridos e outros tantos estavam machucados com a aterragem. Pacotes com equipamen-

tos nossos, contendo armamento automático, bazookas e rádios perderam-se no rio Merderet. Perto, onde nós estávamos, ele tinha cerca de mil jardas de largura, porque os alemães o tinham represado. Uma grande parte dos nossos equipamentos e alguns dos nossos homens perderam-se por descerem nessas águas.

PESADO COMBATE DA 82.ª DIVISÃO

Depois de alguma demora, após termos empregado o melhor dos nossos esforços para recuperar um planador que havia aterrado no pântano, a força em que eu estava movimentou-se para a aldeia de La Fiere. Ali o I Btl. do 505.º, comandado pelo maj. Kellam, estava engajado com uma pequena força alemã na ponte. Estabeleci um posto de comando temporário e fizemos contacto com o P. C. da Divisão, que já se estabelecera perto de Ste. Mere-Église. O Maj. Gen. Matt Ridgway, nosso cmt. da 82.ª Div., havia aterrado em paraquedas com o 505.º Regimento.

O combate para a conquista da ponte de La Fierre e das pistas de cimento evidenciou-se duro e custoso. Eu refleti que, não obstante ser a mesma de particular interesse para os alemães, que durante vários anos haviam ocupado a área, não tivessem eles colocado tropas naquela ponte. Puzeram lá um destacamento nos primeiros momentos da noite do dia D, noite de 5-6 de junho. Civis franceses inquiridos, depois do combate, adiantaram que, na noite de 5 de junho, os alemães colocaram um grupo de cerca de 18 soldados na ponte. Fôra a única oportunidade que acharam para fazer isso durante sua total ocupação da França.

A primeira cidade francesa libertada foi Ste. Mere-Église, tomada pelo III Btl. do 505.º R. Inf. Paraq., comandado pelo Ten. Cel. Edward Krause, um veterano da Sicília e Itália.

Antes da conquista, ele reuniu seus homens e erguendo uma bandeira americana na frente dos mesmos disse-lhes que aquela era a bandeira que havia por primeiro flutuado sobre Nápoles, em 1.º de outubro de 1943, quando o III Btl. capturara aquela cidade e que ia fazê-la tremular sobre Ste. Mere-Église com a luz do sol e que para isso necessitava de todos os que ali estavam. Não existia nenhuma importância onde haviam aterrado não obstante, se tivessem errado, por milhas, a planejada reunião, cabia agora marchar sobre Ste. Mere-Église. Ele mesmo aterrara várias milhas da cidade. Tomando todos os homens disponíveis, avançou e, justamente antes da luz do dia, ocupou a cidade. O combate mais pesado veio depois da sua captura. E, não obstante

Krause ter sido ferido por duas vezes, não foi evacuado, antes continuou comandando seu Btl. até ser este rendido, 33 dias mais tarde.

O cmt. do II Btl. do regimento, Ten. Cel. Benjamin Vandevort, tinha por missão bloquear todos os esforços do inimigo e marchar contra Ste. Mere-Église. Vandevort quebrou o tornozelo esquerdo quando aterrara. Ele porém improvisou uma bengala e, entre usando sua bengala e um carro de munição manobrou, conseguindo ir até D+3 ou 4, quando estava apto a ter um braço de aço e colocar sua perna quebrada, não perdera uma única hora de combate. Continuou comandando seu Btl. até que foi socorrido 33 dias após ter atingido o solo da França. Seu Btl. topara com o 1058 Reg. alemão, que se deslocava para o S. na direção de Ste. Mere-Église, e praticamente o destruiu em um contra-ataque.

O outro cmt. de Btl. do 505. °Reg., maj. Kellam, foi morto comandando sua unidade no ataque sobre a ponte de La Fiere, no dia D. O sub-cmt. de Kellam, maj. James Mc Ginity, foi também morto no mesmo lugar e na mesma missão.

Falo desses cmts. de Btl. porque é impossível apreciar a qualidade do combate efetuado por tropas aéro-transportadas sem se conhecer a qualidade da chefia que lhes foi dada por seus cmts. de btl. e pel. E' tomado como garantia nas tropas aéro-transportadas, que cada soldado é em si mesmo um chefe virtual. Cada combatente conduz em sua mochila um bastão de cmto. porém, mais do que isto, ele necessita e espera uma personalidade exemplar de comando de seus superiores imediatos.

Exceto 50 aeroplanos de carga aproximadamente, a força paraquedista da 82.ª Div. Aéro-transp. desembarcou em uma área de cerca de 5 por 7 milhas, cujo centro de impactos foi aproximadamente La Fiere. As aterragens noturnas dos planadores eram muito dispersas. Cerca de metade deles quebraram-se ao atingir o rio Merderet. Planadores rebocados em formação, com 300 pés de cabo, através denso nevoeiro e com fogo anti-aéreo e de noite é qualquer cousa fora do real deste mundo.

Seis canhões anti-tanques foram recuperados desses planadores e dispostos em série, ficaram em posição lutando próximo de Ste. Mere-Église, na tarde do dia D. No dia D e D+1 as aterragem dos planadores foram feitas com muito sucesso, por isso a Divisão esteve em exemplar forma, apoderando-se da cabeça de terra centralizada por Ste. Mere-Église na escuridão de D+1, não obstante terem sido as formações da Troop Carrier muito castigadas, eles entregavam suas cargas.

Estas operações, acredito, foram decisivas, habilitando a 82.^a Divisão a se apoderar da sua cabeça aérea e fazer contacto com as forças anfíbias de desembarque. Isso finalizou a fase genuinamente aéreo-transportada das operações da 82.^a Divisão Aéreo-transportada.

A Divisão continuou lutando em ações terrestres; atacou para W. e capturou Ste. Sauver-le-Vicomte,* dirigiu-se depois para o S. contra os subúrbios de La Haya du Puits, onde foi substituída, em 8 de julho.

A 82.^a Divisão tinha pelejado 33 dias em constantes ações sem socorro e substituições. Cumpriu tôdas as suas missões e nenhum terreno conquistado fôra perdido. Seus combates foram severos; 575 da sua Infantaria foram registrados como baixados, bem como aproximadamente 18% de suas demais tropas.

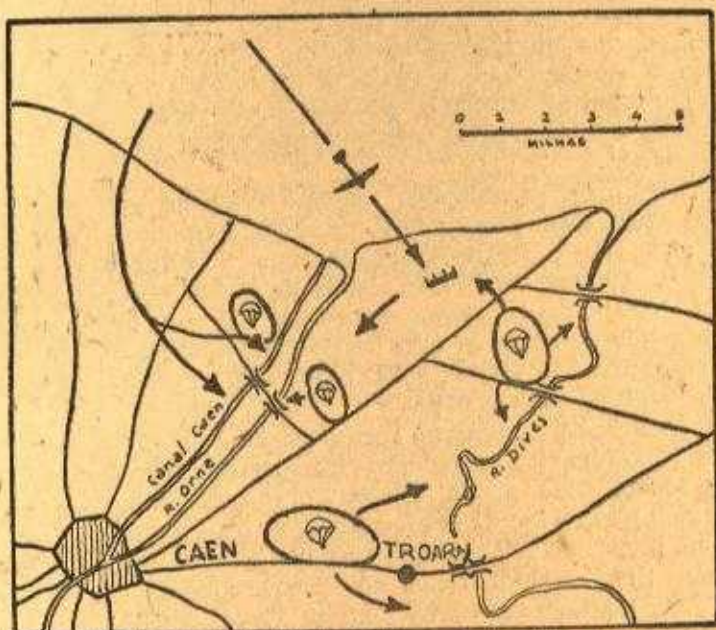
OPERAÇÕES DA 101.^a DIVISÃO

A 101.^a Divisão Aéreo-transportada, comandada pelo Maj. Gen. Maxwell Taylor, do princípio ao fim, experimentou idênticas condições de combate que a 82.^a De seus 432 aviões ou 6500 soldados lançados durante a noite de D-1, a 101.^a tinha aproximadamente 1100 sobre ou perto de seus objetivos na hora H. Conseguiu isso com a improvisação tanto de unidades como de cmdos. Pela meia noite do dia D, sua força aumentara de cerca de 2500. A despeito desse handicap inicial, a 101.^a também cumpriu tôdas as suas missões. Cêdo, no dia D, fizera contacto com a 4.^a D. I. das forças anfíbias desembarcadas, voltou-se então para o Sul. e, em um belo ataque, fez correr o 6.^o Reg. de Paraquedistas alemães, capturou Carentan; em três dias de combate tornou possível a junção dos V e VII Corpos dos Estados Unidos.

Mais distante, para W., a 6.^a Divisão Inglesa, comandada pelo Maj. Gen. Gale, conduziu suas operações muito mais de acôrdo com o plano, (esquema n.^o 6).

Seguindo na esteira de seus exploradores, que desceram 00.10 e 00.20 horas do dia D, uma força de seis pelotões de infantaria reforçados por engenheiros, aterrada por planadores, capturou as pontes sobre o canal de Caen e rio Orne. A aproximação técnica deste vôo foi invulgar. Justamente depois de iniciarem o vôo eles principiaram a subir de tal maneira que quando atingiram as costas da França estavam entre 5 e 6 mil pés. Os planadores foram soltos no momento em que cruzaram a costa, quando foram conduzidos para seus objetivos. Um relatório após a operação asseverou: isso foi feito de maneira que chegaram às pon-

tes sozinhos e sorrateiramente, como ladrões na sombra da noite". Esta técnica foi de grande sucesso e ambas as pontes foram capturadas intactas. Os restantes elementos de paraquedistas e planadoristas da 6.ª Divisão chegaram como planejado. Ao escurecer do dia D, a divisão tinha capturado seus objetivos depois de severo e custoso combate; parara em linha combatendo em uma ação terrestre, e finalmente constituiu-se em vanguarda no avanço para E. depois da ampliação da cabeça de ponte, até que foi rendida, em 26 de agosto.



ESQUEMA N. 6

ESTUDO DA ATITUDE INIMIGA

Na expectativa de mais operações aéreo-transportadas aliêmar, os sobreviventes destas, (3.ª operação aéreo-transportadas para a 82.ª Divisão), tornaram-se especialmente interessados na preparação psicológica e física do inimigo para enfrentar e cobrir-se contra tais ataques. Ela evidentemente fôra crescendo para todos nós visto que as nossas chances do nosso modo de viver e da nossa técnica de combater foram improvisadas em face do nosso conhecimento da atitude alemã com respeito aos

ataques aêro-transportados e dos meios e métodos que os alemães tinham revelado para frustra-los. Em consequência disto, em D+24, o cmt. da Divisão, Gen. Ridgway, orientou o G-2 da divisão na execução de um completo interrogatório a todos os prisioneiros disponíveis e contra os quais nós havíamos combatido. Estávamos nós especialmente interessados em saber o que o soldado alemão e o cmt. de pequenas unidades pensavam a respeito de um ataque aêro-transportado. Como se esforçariam para se cobrirem contra êle? Eramos esperados na Normandia? Que organizações foram feitas pelos combatentes individualmente e pela unidade? Que coisa fariam se outra vez tivessem que defender-se contra um ataque aêro-transportado? Disponíveis para esse questionário existiam aproximadamente mil prisioneiros, contra os quais a 82.ª Divisão tinha estado em contacto em suas ações aêro-transportadas, na primitiva fase de combate.

Em geral os soldados alemães estavam inteiramente bem preparados. Eles tinham recebido frequentes preleções sobre as tropas aêro-transportadas, suas possibilidades e limitações. Sentiam-se confiantes, certos de que às mesmas podiam-se opôr. Nos primeiros dias, sempre que um cmt. de pequena unidade pedia voluntários para as patrulhas contra os paraquedistas supostos nas vizinhanças, havia sempre abundância de homens prontos para a missão.

Exercícios no terreno foram executados, tomando um dos partidos o lugar da tropa aêro-transportada. Um soldado do 922 R. I., da 243 D. I. alemã, relatou um interessante exercício feito nas vizinhanças de Ste. Mere-Église, no qual um outro regimento da sua divisão, o 92.º, assumira o papel de uma força paraquedista que tinha desembarcado nas proximidades, com o objetivo de fazer contacto terrestre com as forças anfíbias.

A coisa divertida foi que o team aêro-transportado-anfíbio venceu a manobra.

A norma das medidas anti-aéreas-transportadas alemães incluíam postos estáticos em pontos chaves tais como pontes, cidades, cruzamentos de estradas. Estas eram aumentadas por patrulhas altamente móveis, lançadas tão pronto tivessem lugar os desembarques.

Na noite do ataque, a experiência dos defensores era tal que quando essas patrulhas saíram, se viram engajadas no mesmo lugar por causa da amplitude das nossas aterragens.

O alto Q. G. alemão enviou tropas para diferentes pontos baseado nas informações recebidas, mas aquelas se viram tam-

bém engajadas em marcha ou em seus objetivos. Cêdo as pequenas unidades estavam combatendo em volta de tudo e em tôdas as direções. Os cmts. de unidades aparentemente perderam o controle de tudo excepto das tropas próprias, em torno dos P. C.

MÉTODOS ALEMAES DE TREINAMENTO

O treinamento alemão ensaiado não tinha considerado verdadeiramente o assunto em face do nosso inesperado e amplo lançamento. A maior parte dos cmts. de unidades esperavam que nossas tropas aéro-transportadas aterrasssem em grupos ou no mínimo da grandeza de um batalhão. A atual situação evidenciou-se muito confusa especialmente para os cmts. de unidades que muitas vezes foram pobres de decisões táticas. A média do soldado, entretanto, não estava particularmente confusa; excluindo a história que tinham ouvido sôbre as barbaridades de paraquedistas e de sua recusa em fazer prisioneiros, êles aparentemente não apresentaram censuras quer estivessem combatendo contra paraquedistas quer contra outra infantaria. Estavam certos que seu mais alto Q. G. sabia o que estava fazendo. Isto, desgraçadamente para êles e felizmente para nós, estava longe da verdade.

Típicas foram as reações do Ten. Gen. Falley, cmt. da 91.^a D. I. alemã, recentemente chegada ao local. Fôra a chegada dessa G. U. que causou à 82.^a o deslocamento de sua área de aterragem mais para E. Em chegando à península estabeleceu o Gen. seu Q. G. em um castelo perto de Picauville. Imediatamente nessa primeira aterragem, saiu de seu Q. G. deslocou-se para baixo, pela estrada, em seu carro, na direção de Ste. Mère-Église sendo em seguida morto e seu motorista capturado poucos minutos depois, por um tenente do 508.^o R. I. Paraq.

O certo parecia ser que, em caso de um ataque aéro-transportado, o cmt. defensor faria melhor obra dirigindo de seu P. C., em lugar de experimentar influenciar o combate visitando suas unidades.

Naturalmente, se seu P. C. fôsse atacado êle certamente teria que investir como todos os demais.

O plano defensivo anti-aéro-transportado alemão previa o concurso de fogos de artilharia sôbre prováveis áreas de aterragem, previamente selecionadas. Todos os grandes campos apropriados foram registrados, dados de tiro e outras informações seriam fornecidas às posições dos canhões quando as aterragens tivessem lugar. Desgraçadamente para êles e felizmente para

nós, outra vez, as patrulhas anti-aéreas-transportados movimentam-se por toda a parte sem atender o plano da artilharia, que não poudé atirar com segurança. Officiais de artilharia capturados pareceram algum tanto aborrecidos e algo indignados com isso — provavelmente porque haviam perdido um certo número de baterias capturadas pelos paraquedistas sem que pudessem dar um único tiro. Parece contudo que, num plano anti-aéro-transportado eficiente, a Artilharia e a Infantaria deviam treinar juntas e coordenar suas ações planejadas para afrontar um desembarque. A prontidão com que as nossas forças aéro-transportadas foram acometidas fôra devido à completa preparação das tropas defensoras e aos seus meios de transmissões. Muitos dos prisioneiros de todas as graduações sentiram que o problema defensivo contra um ataque aéro-transportado, especialmente da magnitude do que elles se viram envolvidos, era uma ação sem esperanças. Um estudo da operação e uma cuidadosa avaliação de todos os fatores úteis tendem para consubstanciar esta opinião.

Um inimigo que tem em mente desencadear uma ação pode conduzir seu ataque aéro-transportado onde quer que seja dentro das possibilidades de seu equipamento, uma vez no ar. Para ser evitado deverá ser destruído antes de se ter tornado aéro-transportado. Falindo isso, terá de ser engajado no solo pátrio nas melhores condições possíveis. Não se lhe poderá negar a grande vantagem da iniciativa que é sua, a vasta escolha do território em que deseja bater-se, e a grande velocidade de assalto desde que consiga ganhar o ar. Não obstante se não tiver sido destruído antes de ganhar o céu, poderá ser ludibriado no que diz respeito ao melhor lugar para bater-se. Poderá ser ele desenganado em acreditando ser impraticável desembarcar em áreas onde o defensor não deseja que elle desembarque ou enganado em desembarcar em áreas dispondo de defesas preparadas e tropas alertadas com a missão de conter e destruir seu escalão de assalto e posteriormente o de ataque. Esses meios poderão estar ao alcance de qualquer defensor.

BATALHAS AÉRO-TRANSPORTADAS DO FUTURO

Creio que os exércitos nunca mais combaterão em massas cerreadas, características da 2.^a guerra mundial. Haverá mais dispersão e as operações aéro-transportadas serão em regiões mais vulgares. Posto que as tropas serão mais difundidas, o uso estratégico ou tático do aeroplano em missões de transporte de tropas tenderá para compensar essa dispersão.

Desde que a surpresa seja a essência do sucesso das operações aéro-transportadas e anti-transportadas, ambos os partidos devem esforçar-se ao extremo para conseguí-la.

Engajamentos interessando adversários de meios comparáveis, a vitória virá para o cmo. que melhor tiver executado seus planos de operação e cobertura. E, posto que ao atacante raramente se possa negar algumas condições de sucesso ao aterrar, poderá ser por fim destruído se os meios do defensor foram dispostos adequadamente. O uso perfeito das medidas defensivas estáticas, excelente serviço de transmissões e o emprêgo de tropas aéro-transportadas bem treinadas e equipadas para serem usadas em missões de contra-ataque oferecem a maior promessa defensiva dos tempos presentes.

AOS NOSSOS ASSINANTES DO NORTE

Continuando a esforçar-nos no sentido de encurtar o mais possível as demoras no transporte das nossas revistas destinadas aos assinantes do norte do país, temos o prazer de comunicar-lhes que, graças ao valioso apoio e cooperação do Exmo. Sr. Tenente Brigadeiro Eduardo Gomes, D. Diretor de Rotas Aéreas, a distribuição de "A Defesa Nacional" pelos Estados do norte se fará, de ora em diante, pelo Correio Aéreo Militar.

Renovamos aqui os elusivos agradecimentos, que já endereçamos em carta, ao chefe ilustre e prezado Camarada.

A DIRETORIA

**LOUCURAS DE MAIO
A FESTA DA CIDADE !!!
28 ANOS-O CAMIZEIRO**

CARTÃO MEMENTO DO INSTRUCTOR

Ten. Cel. Franco Ferreira
Instructor Chefe do C. C.

UMA ESCOLA VALE
POR SEUS INSTRUTORES.

Procure detalhes nas
FM 21-5 e TM 21-250

FASES DE INSTRUÇÃO.

<u>Fase</u>	<u>Atividades e Metodos.</u>
PREPARAÇÃO.	1 - Avalie a situação do treinamento. 2 - Escolha e organize o assunto a tratar. 3 - Faça o PLANO DA LIÇÃO. 4 - Faça a revisão da lição. 5 - Faça uma verificação final da lição.
APRESENTAÇÃO.	1 - Palestra. 2 - Conferência ou discussão. 3 - Demonstração.
APLICAÇÃO.	1 - TRABALHO INDIVIDUAL. a) Controle da habilidade pessoal. b) Desembaraço no trabalho em grupo. c) Método de MONITOR - INS- TRUENDO. 2 - TRABALHO DE EQUIPE. Espírito de cooperação.
EXAME.	1 - Testes orais. 2 - Testes escritos. 3 - Testes de rendimento. 4 - Observação.
CRÍTICA.	1 - Resuma e facilite a lição. 2 - Ressalte os pontos importantes. 3 - Corrija os erros observados nas fases anteriores.

SUGESTÕES PARA A INSTRUÇÃO O R A L.I N T R O D U Ç Ã O.

- 1 - RAZÃO: Salientar a importancia do assunto.
- 2 - CARACTERISTICAS: Breve, clara e convincente.
- 3 - ELEMENTOS DA INTRODUÇÃO:
 - a) Objetivo da lição:
 - Esclarecer os instruendos do que lhes vai ser ensinado.
 - b) Razões por que se ensina o assunto.
 - Ressaltar importancia para o combate.
 - c) Resultados esperados:
 - Devem os instruendos ficar sabendo exatamente o que d'elles se espera.
- 4 - PODE TAMBEM A INTRODUÇÃO INCLUIR:
 - a) Ligeira noticia sobre o processo a ser se guido.
 - b) Recordação dos assuntos correlatos dados em sessões de instrução anteriores.

SUGESTÕES PARA AS AULAS EM SALA.

- 1 - Antes de iniciar a aula, examine:
 - Luz, ventilação, material de instrução, equipamento, meios auxiliares e instrutores auxiliares.
- 2 - Ao iniciar a aula esclareça os instruendos a natureza e o objetivo da instrução; porque é ela importante para elles e, particularmente o que se espera de cada instruendo.
- 3 - Apresente os assuntos vigorosa e entusiasticamente.
- 4 - Esteja alerta para as reações da classe e mantenha a disciplina.
- 5 - Faça perguntas aos instruendos desatentos.
- 6 - Interrogue frequentemente a classe para ver ficar si os instruendos estão entendendo o assunto tratado. Saliente as respostas certas e corrija as erradas.
- 7 - Convide os instruendos sonolentos a assistir a aula de pé, no fundo ou nos lados da sala.

- 8 - Não consinta que os instruendos dispersem o tempo da aula com perguntas impertinentes.
- 9 - Estude os problemas difíceis por meio da instrução individual.
- 10 - Ilustre os pontos importantes com meios auxiliares que impressionem a vista ou com casos concretos bem selecionados.

PERGUNTAS E QUESTIONARIOS.

Faça perguntas que:

- Tenham um fim objetivo;
- Sejam claras e concisas;
- Focalizem um só ponto;
- Dêem lugar a respostas positivas;
- Evitem adivinhações
- Tenham relações com o "COMO" e o "PORQUE" dos assuntos.

Procedimento ao fazer perguntas:

- Faça a pergunta.
- Faça uma curta pausa.
- Chame um instruendo por seu nome.
- Receba com paciência e julgue com isenção a resposta do aluno.

PREPARO E EXECUÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES.

- 1 - Estude os detalhes da demonstração.
- 2 - Arrume convenientemente todos os instrumentos e equipamentos necessários.
- 3 - Siga uma ficha escrita da lição.
- 4 - Mostre uma operação de cada vez.
- 5 - Mostre e explique ao mesmo tempo, utilizando seus auxiliares para melhores resultados.
- 6 - Não perca tempo com informações desnecessárias.
- 7 - Saliente as precauções de segurança.
- 8 - Use meios auxiliares visuais para maior sucesso.
- 9 - Evite gíria.
- 10 - Verifique, frequentemente, por meio de perguntas, si seus alunos lhe entendem.
- 11 - Proporcione ocasiões para que seus instruídos façam perguntas.
- 12 - Saliente os pontos importantes.
- 13 - Organize cuidadosamente numerosas demonstrações, visando elevar cada vez mais o nível de seus alunos.
- 14 - Termine sempre com um resumo.

DIRIGINDO TRABALHOS PRATICOS.

- 1 - Forneça esclarecimentos detalhados aos alunos.
- 2 - Assegure-se de que os alunos conhecem o "CO MO" e o "PORQUE".
- 3 - Informe aos alunos quais os resultados desejados.
- 4 - Proporcione o tempo necessário para atingir os resultados.
- 5 - Peça contas primeiro, dos conhecimentos, e só depois, exija rendimento.
- 6 - Faça cerradas e constantes verificações.
- 7 - Verifique que cada aluno trabalhe corretamente.
- 8 - Ensine cada parte, antes de prosseguir à seguinte.
- 9 - Repita a lição ou demonstração, quando necessário.
- 10 - Force a velocidade e a perfeição, depois de haver ensinado o manejo.
- 11 - Torne realistas as aplicações.
- 12 - Faça perguntas adequadas, durante os trabalhos práticos.
- 13 - Seja paciente e estimulante.
- 14 - Verifique e exija a observância de todas as medidas de precaução e de segurança.
- 15 - Mostre real interesse no progresso dos alunos.
- 16 - Faça com que os bons alunos ajudem os menos desembaraçados.
- 17 - Ajude seus alunos a fazer seus próprios julgamentos.
- 18 - Organize o rodízio dos alunos pelas diferentes funções.

PARA UMA BOA DISSERTAÇÃO.

- 1 - Prenda a atenção do auditorio.
- 2 - Esteja seguro de que está sendo ouvido.
- 3 - Encare e fale diretamente a seus alunos.
- 4 - Enuncie claro e pronuncie corretamente.
- 5 - Exponha as ideias com naturalidade e em tom de conversação.
- 6 - Saliente os pontos importantes, utilizando a repetição, gestos, pausas, variação no ritmo do discurso e graduação no volume da voz.
- 7 - Adapte sua linguagem ao ambiente.
- 8 - Evite cacofonias, hiatos, colisões e ressonâncias.
- 9 - Não se desculpe.
- 10 - Nunca fale a um só aluno.
- 11 - Mostre legítimo interesse pelos alunos e no assunto tratado.
- 12 - Mantenha atitude e gestos discretos.



USO ADEQUADO DOS MEIOS AUXILIARES.

DOS MEIOS AUXILIARES EM GERAL.

- 1 - Faça preparar de antemão os desenhos ou resumos que consumam tempo.
- 2 - Mantenha cobertos os meios não utilizados.
- 3 - Faça surgir o meio no momento oportuno.
- 4 - Disponha os meios de forma tal, que toda a classe possa vê-los.
- 5 - Evite você mesmo obstruir a vista da classe.
- 6 - Utilize flexas e ponteiros para focalizar pontos importantes.
- 7 - Fale para os alunos e não para seus meios auxiliares.
- 8 - Desdobre e fixe os meios auxiliares completa, cuidadosa e habilmente.
- 9 - Exercite e utilize os ajudantes para dêles tirar o melhor partido.

FILMES DE TREINAMENTO.

Como utilizá-los:

- 1 - Faça previsão, pelo catálogo, e escolha objetivamente os filmes que interessem ao assunto focalizado.
- 2 - Faça apresentar o filme no momento oportuno. Diga sumariamente aos alunos de que trata o filme e focalize o que eles devem procurar vêr.
- 3 - Argúa os alunos sobre o filme.
- 4 - Faça a crítica do filme.

USO DO QUADRO NEGRO.

- 1 - Ensaie os desenhos antes de iniciar a aula.
- 2 - Escreva ou desenha rapidamente, de modo claro e legível.
- 3 - Use giz de cores para produzir contrastes e salientar pontos.
- 4 - Utilize uma ponteira.
- 5 - Dê tempo aos alunos para tomarem notas.
- 6 - Apague o escrito, quando não for mais necessário.

COMO CONDUZIR UMA CRITICA.

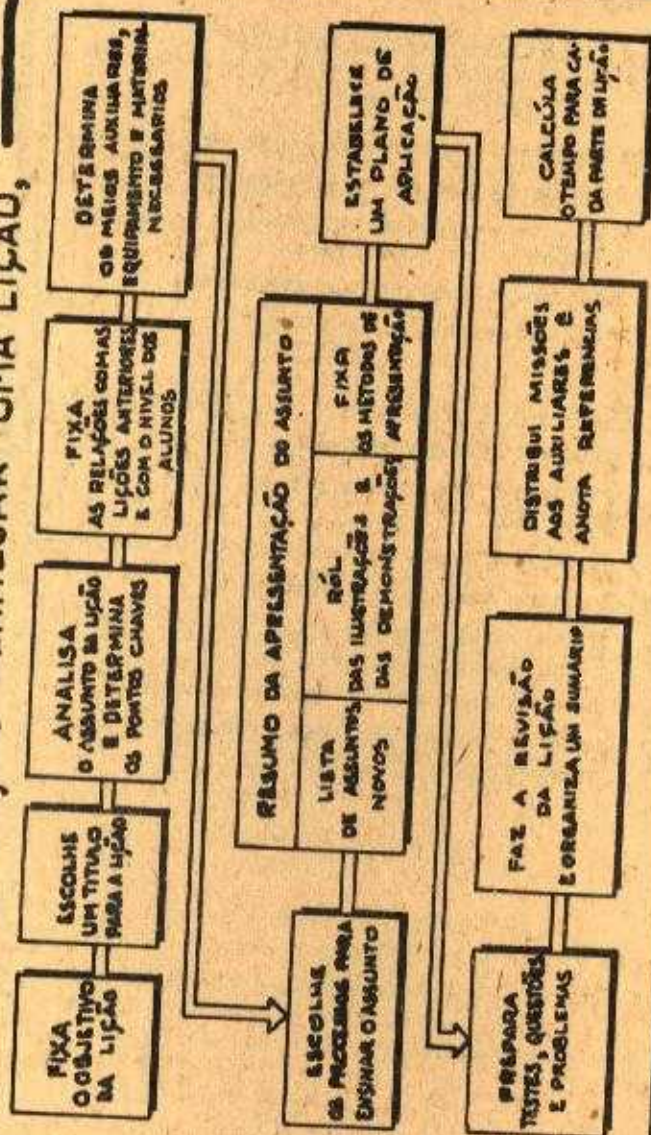
(Todos os exercicios de applicação devem terminar com uma critica)

- 1 - Focalize o objetivo da lição ou problema.
- 2 - Recorde os processos empregados.
- 3 - Saliente os pontos importantes e peça sugestões e melhoramentos.
- 4 - Mantenha o controle da discussão.
- 5 - Faça um resumo.

DIRIGIRDO A INSTRUÇÃO - UMA VISITA À AULA.

- 1 - Visitas normais não são anunciadas.
- 2 - Prolongue sua visita por um tempo de aula completo.
- 3 - Estude os aspectos específicos da instrução.
- 4 - Procure apreender a situação.
- 5 - Evite participar da aula, excepto para corrigir erros notórios.
- 6 - Faça um apanhado de suas observações.
- 7 - Discuta a instrução com o instrutor reservadamente.

O INSTRUTOR, AO PLANEJAR UMA LIÇÃO,



O PROBLEMA DO COMANDO

General TANANT

(Tradução do Cel. R. B. NUNES
da reserva de 1.ª classe)

Nota do tradutor. — Nada mais preciso que os conselhos da experiência adquirida durante uma existência inteira. Nada mais raro do que serem lidos, meditados e aceitos consciente e lealmente. Porque? Por vaidade? Por presunção dos que julgam que ter personalidade consiste em agir pela própria inspiração, embora na maior parte das vezes falta a quem assim procede a base essencial: compreensão nítida das cousas, bom senso, sentimento das realidades e a faculdade de raciocinar metódica e logicamente? Quando esta impermeabilidade pretenciosa às lições dos que têm toda a autoridade para dá-las se manifesta nos que já atingiram os mais altos postos da hierarquia dos comandos, os riscos decorrentes para a coletividade são grandes, embora o tempo que lhes resta seja limitado, e, conseqüentemente, também, as oportunidades de causarem malefícios. Mas, si essa ogeriza, ou incapacidade de apreensão, reponta nos primeiros postos, quando a mentalidade profissional de cada um está em pleno processo de formação, o desprezo pelas lições da experiência e da história conduz a resultados catastróficos.

Si a audácia e o cabotimismo podem muitas vezes levar ao triunfo na vida civil até mesmo na vida militar, e se as decepções que possam ocorrer não ferem senão o "artista", no tempo de guerra a incompetência pode custar a própria vida, a dos subordinados, e até a segurança da pátria, o que constitui um crime muito maior.

O homem é corpo e espírito. A vida animal depende da alimentação sã, cuja substância só a perfeita digestão permite assimilar. O espírito se nutre das boas leituras, e a meditação é que torna a leitura assimilável. As páginas que se seguem, e seria truismo pretender realçar a autoridade de um pensador militar como o General Tanant, são dessas que merecem leitura e meditação, e, por pensar assim, pareceu-me boa obra pô-las sob os olhos de nossos jovens camaradas. Elas foram escritas nas vésperas da segunda guerra mundial.

Saimos de um rebate, que foi sério, e corremos o risco ainda uma vez, de ser lançados na guerra. Que guerra?

Não profetizemos nem procuremos adivinhar o aspecto que as operações poderiam revestir. Perguntemos, simplesmente, si as lições da última guerra teriam conservado um justo valor. Certamente, haveria muitas mudanças e vários processos, outra efficazes, ter-se-iam revelado precários. Entretanto, no domínio da tática, como no da estratégia, há princípios imutáveis, e as experiências repetidas, de há vinte anos, podem, dentro de certos limites, ser muito úteis hoje, como amanhã.

Vinte anos, com efeito, escoaram-se desde o término da grande prova. Si a guerra se houvesse deflagrado, não se teria encontrado, em qualquer dos postos da hierarquia, nenhum chefe que houvesse participado da outra guerra, no posto que occupa presentemente. Quanto aos officiaes subalternos, todos, ou quase todos, são novatos.

Eis porque não será talvez inútil que todos quantos viram o combate de perto, que, depois dos acontecimentos, meditaram e refletiram, exponham aos seus jovens sucessores o resultado de suas meditações e de suas reflexões. Não se trata, aqui, de versar questões relativas à tática. Esta, todos sabem, varia em cada dez anos — a às vezes até mais —; nossas velhas experiências não apresentam mais que um interesse retrospectivo. Mas, no que concerne o problema do comando, seja qual for o escalão, há constatações primordiais que o tempo não pode alterar em nada, e cuja importância nos parece útil ressaltar. (1)

Todos os antigos combatentes encontraram dificuldades que, por vezes, lhes pareceram irremovíveis. Sofreram todos, na sua alma destemida de soldados altivos, até certas incompreensões da parte de seus chefes e de seus subordinados. Cumpre evitar, na medida do possível, que os futuros combatentes esbarrem com as mesmas dificuldades e experimentem os mesmos sofrimentos. Examinando aqui o problema do comando, tal como se apresenta na hora atual, talvez consigamos convencer nossos jovens camaradas de que se pode encontrar uma solução razoável. Experimentemos.

(1) — Exultamos por ver, agora, dito pelo General Tanant, aquilo que tão reiteradamente temos pedido aos nossos camaradas que participaram da última guerra, embora num sector particular. — *N. do T.*

A ALMA DO CHEFE

Quem tem a honra de exercer um comando desde o mais modesto tenente até ao General-Chefe, deve ter uma alma de rija ténpera, porque lhe cumpre dar o exemplo a seus subordinados.

Que, exemplo? O da bravura, antes de tudo, é evidente. Mas o Chefe é um homem como os outros, e afora raríssimas excepções, experimentará as angústias do medo e, em todo o caso, as do medo de ter medo. Somente a vontade lhe permitirá dominar o instinto. Quem não for capaz desta vontade, que desapareça. E' indigno de comandar. Passemos adiante.

Mas, ainda, de que espécie de bravura se trata? E' preciso, nesta matéria, ter a coragem de dizer qual é e qual deve ser a regra de conduta do Chefe, na era em que vivemos e que não é mais a do ferro e do bronze, nem mesmo (como dizíamos outrora) a da arma de fogo e, mais tarde, a da pólvora sem fumaça, — mas a da metralhadora diante da qual a bravura louca, como a mais ridícula temeridade, torna-se frequentemente uma falta e, por vezes, um crime, si arrasta à morte verdadeiramente inútil. O exemplo, eis o que o Chefe deve dar ao soldado, mas um exemplo que venha, não de um acesso de loucura heróica, e sim da reflexão e da razão. E' verdade que a velha teoria do ponto de honra conserva seu justo valor, mas, sob condição de que se saiba estabelecer esse ponto de honra no bom momento e no devido lugar. Aliás, a todos os Chefes que estão em contacto imediato com a tropa nunca faltará a oportunidade para mostrar aos seus soldados a fibra de que são feitos.

De vez que o ataque "é o fogo que avança", seu papel, na ofensiva, consiste, antes de tudo, em dirigir esse fogo a regulá-lo, a nutrí-lo e a combiná-lo com o das outras armas e com o dos vizinhos. Para fazer isto, é necessário calma, mesmo sob as rajadas adversas, raciocínio e reflexão. Hoje, será um bravo aquele que soube conservar o sangue-frio, e obter com um mínimo de perdas de homens e de material, o máximo de resultados.

Quanto aos outros chefes que não guardam contacto directo com a tropa, porque suas tarefas consistem em dirigir o conjunto das diferentes armas, serão bravos si souberem manter "o cérebro frio e o coração ardente".

Posta de parte a questão da bravura, o chefe dessa ordem deve estar e permanecer no local em que suas ligações e transmissões — que são as armas do comando — funcionem bem, e onde será informado, o que lhe permitirá tomar suas decisões com conhecimento de causa.

Decidir, ordenar, tal é seu papel, e si êle se ausenta, por uma razão qualquer, de seu posto, *em pleno combate*, é que não tem consciência de suas responsabilidades, ou procura fugir delas. Fóra dos momentos de crise, poderá escolher o momento em que poderá ir ver seu terreno, seus quadros, e preparar sua acção com conhecimento de causa.

O senso de suas responsabilidades, eis o que, para os chefes de qualquer grau, é tão necessário quanto a bravura. Um homem honesto não aceita um posto, nem uma dignidade, si não se sentir capaz de aceitar as responsabilidades deles decorrentes.

Digamos mais. O verdadeiro Chefe, não sòmente assume tôdas as responsabilidades, como ainda vai ao encontro delas. E' assim que o Chefe se revela e que mostra possuir a qualidade primordial do condutor de homens, a qual, mais do que a ciência, é o *carácter*.

Um homem pode ser dotado de ciência, de intelligência e de tôdas as qualidades do mundo; nada disso valerá cousa alguma si não tiver carácter, porque é o carácter que controla o espírito, e Deus sabe si, no combate, o melhor espírito dispensa o controle.

A alma do Chefe, ou melhor, dos Chefes, do menor ao mais elevado, é, portanto, o facto mais importante no combate, porque é dessa fonte que jorra o flúido que vai animar a alma dos combatentes, e criar essa confiança que gera a verdadeira disciplina intelligente e devotada, graças à qual se desenvolvem as iniciativas concordantes, que dão a quem comanda a segurança de que suas ordens serão compreendidas e executadas, no seu espírito e não unicamente na letra.

Assim, numa unidade bem ordenada, cada qual, desempenha a sua tarefa e deixa aos seus subordinados o cuidado de executar a que lhes cabe, sem sentir, muitas vezes, a necessidade de desviar as vistas do inimigo, para fixá-las no Chefe de quem dependem.

A FORMAÇÃO DO CHEFE

Temos, na França, numerosas Escolas chamadas "de formação" que, recrutando seus alunos, que directamente ao sairem dos estabelecimentos de instrução, quer pela selecção no quadro de sargentos, destinam-se a fornecer tenentes às diferentes armas. E' para atingir esse modesto objectivo que se estabelecem os diversos programas de instrução teórica, técnica, e prática.

Mas não se trata somente disso. Si nossas Escolas devem apenas chegar a resultados tão simples, é evidente que seria inútil exigir dos candidatos a soma verdadeiramente prodigiosa de conhecimentos científicos, históricos ou literários para que nelas pudessem ingressar.

Com efeito, si as Escolas têm o objectivo immediato de formar tenentes, é nelas, por outro lado, que se inicia a instalação e a educação dos que serão, em futuro mais ou menos remoto, os chefes de todos os escalões da hierarquia. Eis porque se faz mister que esses alunos possuam uma cultura geral suficientemente desenvolvida para que tirem proveito das lições que vão receber, e utilizá-la na sua formação profissional.

Sem tratar aqui do funcionamento nem do rendimento dessas Escolas no sentido que indicamos, diremos apenas que não terão correspondido bem ao fim a que se destinam si não tiverem proporcionado aos Chefes futuros, antes de tudo, uma boa base de trabalho, um método, uma primeira documentação e, sobretudo, o gosto pelo estudo. Isto ainda não será suficiente porque o primeiro instrumento que eles terão de manejar ao sair da Escola, é o homem, é o soldado, isto é, um indivíduo que não será mais o colega da escola, o companheiro de curso que até então foram os únicos que conheceram e com os quais se familiarizaram, pelo menos os que provieram do recrutamento directo. Para todos, esse homem não será mais o camarada da mesma categoria que a deles, mas um subordinado que deverão "estimar para compreendê-los e compreender para bem conduzir".

Sem abarrotar seus alunos com noções de alta filosofia ou de pura psicologia, os instrutores deverão, portanto, iniciá-los nos princípios elementares de condução dos homens.

Emfim, tanto quanto é possível fazer com os jovens, é preciso não tolher as manifestações de sua personalidade precoce, mas, ao contrário, encorajá-los ao máximo.

Eis que os tenentes chegam ao regimento. E' lá, verdadeiramente, e somente lá, que vão poder formar-se e desenvolver sua personalidade. E' lá que seu carácter se fortalecerá ou debilitará.

E' preciso confessar que, na sua maior parte, esses jovens necessitam de uma direcção e até de um auxílio. Encontrá-los-ão? Quase sempre, é uma questão de acaso. Classificam-no, sem discernimento, numa companhia, num esquadrão ou numa bateria onde é preciso preencher uma vaga. Tanto melhor para eles, si aí encontram no seu capitão um homem capaz de ser um bom guia prático, o melhor guia moral de que necessitam, no

momento em que vão ensaiar seus primeiros passos na carreira. Tanto pior, si nada encontram!

Em verdade, os Coronéis erram quando os distribuem ao acaso das vagas, e erram ainda mais quando se desinteressam pela formação dos jovens oficiais cujo futuro — e também o recrutamento dos futuros Chefes — depende da orientação que houverem recebido no início da carreira (2).

Mais tarde, — e cumpre que isto não se dê antes que os oficiais se tenham revelado bons comandantes de tropa — apresentam-se êles ao concurso para a Escola de Guerra (3). Si não conseguirem matricular-se, não terão, entretanto, perdido seu tempo porque, por si só, a preparação para esse concurso lhes terá ensinado muitas cousas que ignoravam, desenvolvendo-lhes, ao mesmo tempo, a faculdade de discernir, de julgar, e abrindo-lhes novos e mais largos horizontes. Si lograrem matricular-se, encontrarão na Escola, primeiro, um método perfeito, e, depois, em seus mestres, guias seguros e benevolentes, enfim, Chefes que se esforçarão por desenvolver, no bom sentido, suas personalidades porque, aí, não se trata mais de neófitos, mas de oficiais já amadurecidos pela experiência e que começaram a conhecer as responsabilidades do comando. Da Escola de Guerra (3) os oficiais capazes de exercer um comando superior passam para o Centro de altos estudos militares, criado a pedido do Marechal Foch, ao verificar que, entre nós, não se cogitava absolutamente de estudos estratégicos. Esta lacuna foi preenchida desde 1910.

Dessa maneira, o oficial em quem seus Chefes reconheceram aptidões para o comando de grandes unidades, dispõe de todos os meios para instruir-se. Facultam-se-lhe os instrumentos de trabalho, e, ao mesmo tempo, o melhor método para utilizá-los. Não lhe resta mais do que meditar longamente, experimentar, na prática, os ensinamentos que recebeu e, principalmente, fazer seu exame introspectivo a fim de conhecer bem a si mesmo, para aperfeiçoar-se e firmar seu caráter, porque tudo depende

(2) — Entre nós, esse mal tem sido, muitas vezes, maior. Não é raro que, em virtude das interinidades decorrentes da falta de oficiais nos corpos, um aspirante faça sua estréia comandando uma sub-unidade. — N. do T.

(3) — Escola de Estado-Maior, no Brasil. — N. do T.

disto no dia em que se defrontar com os grandes problemas que o combate lhe apresenta. (4)

Não se trata mais para o oficial, portanto, de confrontar a situação presente com os exemplos históricos, e aproximá-la dos exercícios tácticos executados nesta ou naquela Escola. Ele fez a análise, deve agora fazer a síntese, e, como o sábio que durante toda a sua vida estudou e aprofundou uma questão e que pode expô-la em poucas palavras, é preciso que seu espírito devidamente exercitado esclareça a situação e encontre rapidamente a solução.

Si tiver carácter, nela se firmará porque, na guerra, um plano embora medíocre, mas executado com tenacidade, dá resultados mais proveitosos do que um plano, talvez originariamente melhor, ao qual a hesitação, ou a mania de um eterno aperfeiçoamento, acabam sempre por dismantelar.

O LUGAR DO CHEFE

O lugar do Chefe é no posto de onde possa comandar, de onde deve comandar, e somente aí.

Tal foi sempre a regra. Mas a localização do posto de comando (para empregar a expressão hoje usual) varia e variou sempre com as condições segundo as guias se desenrola o combate.

Essa localização depende, acima de tudo, das possibilidades de comandar, e da segurança das ligações e das transmissões.

Entretanto, o Francês, amante de imagens brilhantes, custou muito a compreender que o Chefe de hoje não podia nem devia mais ocupar no campo de batalha o lugar — digamos teatral — onde costumávamos ver os Chefes, e até os altos Chefes, outróra.

Vamos reler o que dizia, pouco antes da grande guerra (1914), o General Cardot (o "cossaco do Kuban") cujos artigos ardentes e imaginosos tanta influência exerceram sobre numerosos oficiais:

"Quero Chefes que sejam bem justos, bem "chics", bem postos, para me conduzirem no combate; e iremos juntos, cabeça erguida, peito aberto... A' ausência calculada do estrategista nos campos de batalha, oponho a obrigação estreita, imperiosa,

(4) — Isto são causas sabidas, objectar-se-á; mas nem sempre as causas sabidas são as que se executam. O curso é um meio e não em fim. A aplicação prática é tudo. Um curso dura dois ou três anos, mas a formação profissional exige uma existência inteira. Ninguém se faz bom atirador pelo facto de possuir uma arma excelente guardada num estojo primoroso. — N. do Trad.

da presença real do soldado (bem entendido: do soldado "que ele é", esse estrategista) na batalha.

"Aos planos e batalha elaborados no silêncio do gabinete, oponho os planos de batalha arquitetados sob as balas e os obuzes, e a palavra do mestre: "Jamais elaborei um plano!"

"Ao comando de longe, mediante discursos estratégicos e académicos, mediante diretrizes sibilinas, esotéricas de um "Sprachkünstler", oponho o comando directo, em altos brados, claro, do soldado". (5)

Evidentemente! Eis aí a boa guerra "fresca e alegre", como diziam outrora certos alemães.

Foi exactamente assim que o Marechal Bazaine compreendeu seu papel em 1870; a 16 de Agosto, em Rezonville, estava ele, o comandante-chefe, no meio de suas tropas, na linha de combate. Ele próprio apontava um canhão e teve de empunhar a espada para defender-se de cavalarianos inimigos que chegaram até ele numa carga audaciosa. Era um bravo soldado, esse famoso Marechal! Mas, que pena que não houvesse sido aprisionado nesse dia. Sabe-se bem o que custou à França esse bravo soldado. Não teria sido muito melhor que houvesse permanecido no seu P. C. e dirigido dele sua batalha, como deve fazer quem tem o encargo e a responsabilidade do comando?...

No começo da última guerra (1914) muitos dos nossos chefes ter-se-iam considerado como desonrados si tivessem procurado o mais modesto abrigo. Viu-se, até, durante a corrida para o mar, um ardente comandante de Exército — sim, de um Exército — instalada à beira de um fosso, posto verdadeiramente indicado, de onde, rodeado de oficiais, julgava poder dirigir uma batalha que se desenrolava numa frente imensa.

E' preciso deixar o encantamento e ver, enfim, a realidade. A realidade muito menos brilhante, muito menos romanesca, muito menos artística e pitoresca que a de outrora, muito menos conforme ao espírito francês, mas realidade prosaica, científica, prática, numa palavra, realidade verdadeira!

Quanto é fácil compreendê-la! Outrora, o campo de batalha cabia, si se pode dizer, "num lenço".

Rocroy não é cousa nenhuma; *Turkheim*, menos ainda; *Valmy*, não é grande cousa; *Austerlitz* é muito pequeno; *Wa-*

(5) — O carácter do combate moderno torna semelhantes fanfarro-
nadas inúteis e até criminosas. Haverá ainda quem pense que
com elas se poderá remediar ou disfarçar a falta de prepara-
ção prévia para o exercício do comando na guerra?... —
N. do T.

gram vê-se numa mirada; de *Waterloo* nem falemos. E que é *Sadowa*, que é *Rezonville* e *Saint-Privat* ao lado das imensidades em que se travaram nossas batalhas das fronteiras e do Marne?

Uma divisão de 1870 operava quase em ordem unida. Suas reservas se aglomeravam a algumas centenas de metros da linha de fogo. Seu comandante, na maior parte dos casos, podia vê-la toda inteira, e era preciso que a visse, de vez que não podia receber informações por nenhum dos meios de que hoje dispomos (ótica, telefone, rádio). Suas ordens, só podiam ser transmitidas por estafetas ou ordenanças. A violência do fogo permitia, entretanto, a circulação no campo de combate. Enfim a sorte da batalha decidia-se quase sempre, em horas ou, no máximo, num dia. Era, portanto, absolutamente necessário que seu comandante se achasse no meio de sua tropa. Demais, que outra coisa poderia ele fazer mais do que prescrever os movimentos das reservas, que deviam intervir nas linhas com rapidez? Tinha que se ocupar com uma artilharia numerosa, de calibres vários, capaz de toda a espécie de possibilidades e de variedade de emprego? Tinha que repartir as missões por outras armas (aviação, carros, engenharia, cavalaria) que não a sua infantaria? Certamente que não. Precisava pensar em reaprovisionamento de víveres e munições? Para que, si seus soldados traziam, nas mochilas, cartuchos e víveres suficientes para a duração do combate e até mais? Remuniciamento para os canhões! Por que, de vez que os armões continham o necessário para toda a jornada? E a evacuação dos feridos? Inútil, porque, terminada a batalha, podia-se, com toda a tranquilidade, sob a proteção da bandeira da Cruz Vermelha — tempos felizes! — recolher os feridos e enterrar os mortos.

Não, esse general tinha que comandar apenas sua tropa. Si o canhoneio e a fuzilaria não fizessem tanto ruído, poderia, até, comandá-la à viva voz — como queria o “cossaco do Kuban” — pois que essa tropa estava reunida num espaço restrito.

Via as fileiras compactas dos batalhões inimigos como via as suas. Nenhum movimento, de uns ou de outros, lhe escapava, a não ser quando a fumaça era muito espessa. Os próprios artilheiros viam-se a olho nu. Em Froeschwiller, os dois comandantes de exército estavam tão perto um do outro que podiam reconhecer-se pelo binóculo.

Os generais, e forçosamente os outros oficiais uma vez engajada a peleja, não precisavam abrir nem consultar a carta. O terreno do combate estava debaixo dos olhos.

Aqueles que não viram as batalhas da última guerra (1914),

que me acreditem sob palavra. Não se trata mais de tudo isto. Os generais, os coronéis e, não raro, os comandantes de batalhão têm mais e melhor que fazer do que procurar resolver uma tarefa impossível, tentando ver com os próprios olhos o que ninguém pode ver mais por causa da severidade, a amplitude e a dispersão que caracterizam nossos combates.

Eles não vêem mais, e não são mais vistos! Estão longe, estão abrigados num buraco. Como os demais, servem-se, o mais possível, do disfarce, e têm razão. Que representam, nessas circunstâncias, as "proezas" e o "ponto de honra", quando o soldado não tem mais a suprema consolação de mostrar seu valor aos olhos do grande Chefe? E' assim! E ninguém pode modificar cousa nenhuma. Mas sabemos e afirmamos que o soldado actual precisa ter, não maior soma de coragem, mas uma coragem diferente da que bastava ao soldado de outrora, que combatia numa unidade fortemente enquadrada e sob as vistas de seus chefes, desde o menor ao mais elvado deles.

Que aqueles que duvidam ainda, imaginem bem o que representa, como efectivos, instrumentos de trabalho, de ligações, de transmissões, um P. C. de divisão e, até, de regimento. Onde acomodar tudo isto? Em pleno campo, à vista dos observatórios inimigos? Em poucos minutos tudo seria volatilizado e, entretanto, tudo isto é indispensável para a direcção do combate. (6)

Em 1918, um comandante de divisão gabava-se, em presença de alguns colegas, de haver conduzido um batalhão de primeira linha. Um deles perguntou-lhe, então: "Não havia mais, nessa unidade, um major, nem um coronel no regimento? — Sim. — Então por que não os mandou fuzilar ou, pelo menos, destituí-lo do posto no mesmo instante?"

E outro: "Quem, então, comandava sua divisão durante esse tempo? Seu Chefe de estado-maior?"

Não há mais razão para dúvidas: o lugar do Chefe é no local onde elle pode dispor de seus meios de ligação, que são as armas do comando, isto é, no ponto de onde pode comandar, e aí somente, sobretudo nos momentos de crise.

(Continúa)

(6) — Isto são cousas sabidas, dirão muitos. Sim, são sabidas, mas pensamos que estas devem ser repetidas de 5 em 5 anos, para as novas gerações de officiaes. Não vimos, na Itália, alguns officiaes e praças desembarcarem de um jeep, num P. C. da frente, como quem desembarca num quartel da Vila Militar? Cumpriam uma ordem? Cautela poderia parecer medo? Resultado: uma granada, em cheio, causa mortes e ferimentos, inutilizando, para o resto da campanha, dois jovens e ardorosos tenentes. — N. do T.

O EXÉRCITO FRANCÊS EM TRANSIÇÃO

General de Lattre de Tassigny

Tradução do Cap. AMAURY BENEVENUTO DE LIMA

N. do T. — No número de Novembro de 1946 de "La Revue Hommes et Mondes" aparece o artigo do General de Lattre, sob o título "L'Armée Française de Transition".

País relativamente pobre em fontes de energia e indústria, atravessando grave crise econômico-financeira, após haver sofrido duras alternativas na luta, colheu a França na própria carne e no próprio sangue os ensinamentos da guerra recém-finda.

Como sempre que termina uma guerra, surgiu para a defesa Nacional francesa, as Forças Armadas em particular, o problema de preparar-se para a guerra futura e não para a que findou.

Nesse ponto também nos encontramos.

Julgamos ser de interesse para os nossos camaradas o conhecimento da solução francesa, embora não seja ela totalmente adaptável ao nosso caso, como, aliás, acontece com todas as soluções que se pretende generalizar sem atender as condições particulares que individualizam os problemas.

I — OS DADOS

De todas as "reconversões" que o após-guerra acarreta, não é paradoxal dizer que a do Exército não é a mais fácil.

Em todas as circunstâncias, a passagem do estado de guerra ao estado de paz cria delicados problemas: a diminuição do volume do exército, a adaptação de suas missões às novas condições internacionais resultantes da conclusão do conflito, a utilização ordenada dos ensinamentos que este forneceu e dos materiais novos que fez nascer, impõe uma "mudança" que se prolonga geralmente durante vários anos.

Desta vez, a todas as causas clássicas vêm se ajuntar outras que contribuem para tornar particularmente difícil a rápida reconstrução de nosso sistema militar.

Com a vontade de retomar seu lugar na coalisão aliada, a França, com efeito, aproveitou, à medida que se ofereci-

am, tôdas as ocasiões para reconstituir suas forças. Resultaria disso, fatalmente, que estas apresentam, na hora da Vitória, caracteres heterogeneos: por suas origens, organização e armamento traduziam as fases sucessivas de uma progressão nascida das possibilidades e não de um plano preconcebido. E, se uma igual vontade de vencer, em comum fervor patriótico, criavam entre elas uma substancial unidade, cada uma delas possuía traços originaes assás dispares.

Por outro lado, o transtorno mundial foi de tal ordem que dezoito meses não bastaram ainda para estabelecer seguramente as linhas mestras da nova ordem internacional. A organização da segurança coletiva continua por fixar. As fronteiras não estão traçadas, nem é conhecido o regime dos estados vencidos, particularmente a Alemanha, em função da qual, em grande parte, nos será necessário continuar a conceber nossa defesa nacional.

Emfim, foi somente nos últimos dias da guerra que o esforço da pesquisa científica, suscitada por ela, deixou entrever seus resultados mais revolucionários. No passado, as armas novas intervinham antes do fim do conflito; só levavam à conclusão depois de um lapso de tempo suficiente para que ensinamentos fossem tirados sobre seu emprego. Em 1945, ao contrário, o clarão de Hiroshima, marcando o "cessar fogo", na mesma ocasião, encerrou uma época e tornou sem valor em um instante, a maior parte das lições que se poderiam tirar dos cinco anos de batalhas.

Verifica-se portanto que a contribuição do passado é pequena: a França só recolheu um fraco ativo material e o conjunto das potências bem pouca clareza sobre o futuro.

Este abandono forçado do método histórico ao menos tem a vantagem de interdizer a preguiça do espírito. Ele defende contra o risco muito conhecido de preparar, não a guerra de amanhã, mas a guerra de ontem. Resta apenas o método conjectural ao qual se é forçado a recorrer desde logo, mas é cheio de riscos que somente estudo aprofundado e constantemente renovado das perspectivas da guerra pode reduzir. Tal estudo não pode ser improvisado nem nunca dado por acabado. Suas conclusões não podem ser aplicadas imediatamente nem jamais consideradas como definitivas.

Enquanto dura a fase dos estudos, nos é necessário, pois, ter um Exército de transição. Quando esta fase tiver progredido suficientemente para autorizar maiores conclusões, veremos ainda ter um Exército em evolução incessante. Quer

dizer que o espírito dogmático que se satisfaz com regulamentos formais e organizações quase imutáveis deve definitivamente dar lugar a um espírito flexível, sempre disposto a se adaptar às fórmulas novas, quer na concepção da arte da guerra quer no emprêgo dos meios de combate.

* * *

Estas considerações gerais não são as únicas a entrar em linha de conta. Nossa atual situação financeira intervem imperativamente para fazer limites à busca das melhores soluções possíveis.

Em princípio, o bem fundamentado das compressões de crédito não pode ser discutido. Porque, em última análise, trata-se não somente de reduzir os encargos orçamentários pelo ligitimo desejo do equilíbrio financeiro, mas sobretudo de permitir à nossa economia tornar a encontrar a prosperidade, geradora de potência material e de equilíbrio social. Ora, estes são dois fatores da defesa nacional essenciais em toda guerra moderna.

Entretanto, realmente, esta compressão rigorosa acarreta repercussões graves porque impõe reduções de efetivos e limitações de materiais, não segundo previa análise das necessidades racionalmente apreciadas, mas como consequência de uma empreitada financeira determinada "a priori".

Logo, qualquer desejo que se tenha de aplicar uma reforma sistemática e adotar rapidamente meios modernos de guerra, este desejo é dominado pela obrigação de fazer face com prioridade às necessidades imediatas correspondentes às missões do Exército.

Ora, estas missões são pesadas. Em todos os territórios da União Francesa, a presença de nossas tropas permanece como símbolo necessário da unidade, a salvaguarda da independência, a garantia da evolução pacífica de populações autóctones. Na Indochina, ela é a condição de superação definitiva de um estado de anarquia provocado pela ocupação e propaganda japonesas. Na Alemanha, ela é o próprio símbolo de nossa Vitória e um dos penhores de nossa segurança futura.

Com toda evidência, a Metrópole deve manter forças suficientes para permanecer a diretora e animadora destes esforços centrifugos. Além disso, lhe é necessário preencher u'a missão própria, permanente e capital, que é a de instruir militarmente a Nação. Porque, por força das coisas, as diversas

tarefas que acabam de ser enunciadas só podem ser executadas por convocados em uma proporção restrita.

Para guardar e acentuar seu caracter nacional, como o querem nossa tradição e a experiência das guerras modernas, para conservar um recrutamento popular e preparar reservas, nosso Exército é forçado a manter no solo da França um número de unidades que permita incorporar a maior fração da classe.

Tais são os dados práticos fundamentais do problema a resolver. Eles não são simples e percebe-se que a conciliação deles acarreta por vezes escolhas ou renúncias penosas. E' bom não perder de vista estas realidades para apreciar os primeiros resultados obtidos.

II — O ESTAGIO ATUAL

Em Marco último, o Governo submeteu à Assembléa Nacional Constituinte um conjunto de projetos de leis sobre a organização geral, os quadros de efetivos e o recrutamento do Exército.

Apesar da vontade diversas vezes expressa, a Assembléa se viu na impossibilidade material de abordar o exame desses textos. A segunda Constituinte teve também de terminar seus trabalhos sem se pronunciar a respeito deles.

Talvez esse retardo involuntário haja evitado uma cristalização prematura da legislação. Mas suspendeu igualmente toda reforma profunda da estrutura, pois só o Parlamento é qualificado para decidir a esse respeito. Também as transformações realizadas até hoje são menos orgânicas que dinâmicas.

Todavia, por meio da lei de finanças e dos coletivos, a Assembléa tornou possível ou necessárias numerosas modificações no estado antigo. Fruto por vezes da amarga necessidade, sobre tudo quando tocavam ao estatuto das pessoas, elas tiveram entretanto o merito de contribuir em conjunto para abalar rotinas, para rever construções arcaicas ou superfluas, para discernir o que era vital e devia ser salvaguardado custasse o que custasse.

De qualquer modo, o esforço foi realizado principalmente sobre o que era da competência do Ministro dos Exércitos, da Comissão de Defesa Nacional ou do Comando. E' por isto que seus efeitos puderam ser particularmente sensíveis sobre a instrução dos quadros e da tropa.

A este respeito, a única solução impossível era recorrer novamente aos métodos em vigor antes de 1939. Seu insucesso fôra tão completo que teria sido criminoso continuar a aplicá-los aos jovens franceses de vinte anos chamados às armas.

Além de tudo, os países estrageiros, notadamente as grandes democracias forçadas a obter em alguns meses exercitos gigantescos, tinham, durante a guerra, aperfeiçoado processos de instrução cujo valôr a vitória sancionou.

O dever era pois não imitar servilmente essas experiências, mas procurar, no sentido indicado desse modo, soluções originais respondendo às condições próprias da França e conformes com nosso genio militar nacional.

Sem dúvida, a guerra demonstrou a importância primordial do material e da formação técnica, mas mostrou também a precariedade. Na incerteza científica em que estamos e em nosso estado de pobreza, que material apresenta uma garantia durável de eficacia, que técnica tem o futuro assegurado? Em realidade, quanto mais consideráveis são as revoluções científicas, mais sublinham a permanência de certas constantes em torno das quais se operam, em última análise, as adaptações reclamadas pelo progresso. Uma instrução que vise mais que resultados imediatos deve pois ser baseada antes de tudo nessas constantes.

A mais essencial dessas constantes, é o homem, o Homem que — segundo a forte expressão empregada em Agosto último pelo marechal Montgomery em Ottawa — continuará a ser "A primeira arma na guerra". Mas a missão do exército não é formar o homem em si, mas o combatente, quer dizer o homem possuindo o conjunto das qualidades físicas, intellectuais, morais e técnicas que a põe em jôgo, na guerra, a mais terrível, a mais exigente das atividades humanas.

Ora, uma formação tão completa não pode ser esperada de meios artificiais ou superficiais. Como se propõe ao mesmo tempo a ensinar uma profissão e marcar profundamente em todos os traços a personalidade dos rapazes, necessita ser dada em um quadro que tenha por si próprio um valor formador e cujo realismo se aproxima, tanto quanto possível, da vida em campanha.

Tal é a razão, estritamente militar, pela qual pareceu indispensável renunciar à caserna durante a primeira parte do serviço militar, ou seja durante os seis meses consagrados

à "fase de formação", e substituí-la pelo "campo ligeiro" de batalhão, de grupo ou de regimento.

Vê-se por este simples enunciado quanto seria erroneo supor que este regime assemelhe o exército a uma espécie de escotismo ou uma nova moldura de Estancia de Juventude. Uma tal crítica provém de um julgamento prematuro, insufficientemente informado das bases do sistema e, mais ainda, da maneira porque é aplicado.

Praticamente, do mesmo modo que o soldado vai para o combate nas fileiras de um pelotão, é no pelotão que ele recebe sua instrução e vive em permanência sob a direção de um chefe que o conduz e partilha de tôdas as suas atividades e o impregna profundamente de sua influência pessoal.

Nesta célula fundamental, nossos recrutas encontram uma ambiência excepcional de camaradagem e de emulação. Resulta disso um verdadeiro desabrochamento, um clima de juventude, de alegria, de saúde, que a prática dos esportes militares desenvolve. Mas seria grave erro imaginar por isso que a vida ao ar livre seja sinônimo de boemia ou de férias. A lei dos campos é a lei do esforço. A disciplina é estrita, sem excessos, mas sem negligência. O uniforme é objeto de constante vigilância. Quanto ao trabalho, é intenso e levado periodicamente até "pontas" que forcem o homem a se ultrapassar e lhe revelam possibilidades de que não suspeitava. Por isso o carácter se tempera e a confiança em si se afirma.

Em que consiste este trabalho? Colocado sob o signo do dinamismo e do realismo, elle não visa fazer executar atos extraordinários, mas a aprender a cumprir com perfeição e ardor os gestos normais da guerra.

O primeiro trimestre é consagrado a inculcar solidamente a todos os homens, qualquer que seja sua arma ou sua futura especialidade, do mesmo modo se se destinarem a um serviço, a formação militar de base comum a todos os soldados: sinais de disciplina, treinamento físico, ordem unida, manejo d'armas, tiro, primeiros exercícios de combate, topografia, conhecimento e utilização do terreno de dia e de noite, etc. (*)

Esta formação de base visa criar reflexos sólidos, mas também suscitar o interesse e excitar a inteligência dos recrutas, a fim de despertar sua "receptividade", sua faculda-

(*) — N. R. — O artigo "Instrução de combate para o Artilheiro", publicado no mesmo n.º de Abril de 1943, já preconizava esta orientação.

de de se adaptar rapidamente a situações imprevistas ou ao emprêgo de novos meios.

Este despertar da inteligência militar se afirma e se confirma no segundo trimestre. Trata-se então de conduzir todos nossos jovens soldados a serem combatentes qualificados e um grande número dentre eles a se tornarem graduados ou especialistas. Cada homem é iniciado, da maneira mais concreta, no conhecimento de um ou vários emprêgos de sua arma e na prática do material correspondente, mas de tal sorte que ele adquira com o conhecimento dos tipos em serviço o "sentido" do material. As aptidões reveladas são utilizadas para preparar a indicação dos mais idôneos às especialidades mais delicadas. Em pouco tempo, cada um é posto em condições para que ao fim dos seis primeiros meses de serviço a quase totalidade das funções previstas nos quadros de efetivos de guerra possa ser preenchido por novos soldados do contingente.

Os ceticos que fingem crer pejorativamente que nos campos "só se faz esporte" podem desde já meditar nas primeiras constatações recolhidas quando apenas o conjunto desses métodos começa a ser aplicado. Eis aqui uma prova entre muitas outras: Setembro último, dois regimentos de artilharia foram enviados ao campo de Bitché a fim de que os artilheiros incorporados em Maio aí realizassem suas escolas de fogo. A eles foram confiadas tôdas as funções nas peças, inclusive as de apontadores. Ora, segundo a opinião unânime de todos os seus chefes, eles fizeram prova de uma precisão, de uma regularidade, de uma disciplina de tiro muito superiores às de seus antecessores, e de tal ordem que manobras com tiros reais de artilharia puderam ser efetuadas em condições de audácia não habituais. A "receptividade" desses soldados, que contavam menos de quatro meses de serviço, fôra eficazmente cultivada.

* * *

Semelhantes observações permitiram julgar que, antes do fim dos seis meses da fase de formação, as unidades de recrutas serão utilizáveis em caso de necessidade.

Com efeito, a experiência final da guerra, sobretudo o emprêgo feito das F. F. I. (Fôrças Francesas do Interior N.T.) nas fileiras do I Exército Francês, mostraram que jovens soldados ardentes eram capazes de combater em funções de fileira depois de dois meses apenas de instrução intensa, com

a condição de serem integrados em um quadro de antigos aguerriados formando o assatura do especialistas e graduados. Por isso disposições foram tomadas para tornar possível uma tal amalgama se a necessidade a isso obrigasse. De um lado a percentagem dos militares de carreira foi prevista de maneira a fornecer, em todas as armas, o mínimo indispensável de enquadramento permanente. (*) De outro lado, é previsto que cada corpo receberá seus recrutas em dois contingentes desiguais cada seis meses, um, o principal, outro, o secundário, sendo este último em princípio igual ao terço do contingente principal. Por esse meio cada batalhão disporá sempre no mínimo de uma companhia de antigos que, com o pessoal que serve além da duração legal, estará em condições de assegurar as funções de especialistas. Desse modo, desde o fim do segundo mês de instrução do contingente principal (é, "a fortiori," do contingente reduzido, pois que nesse caso contar-se-á três companhias de antigos para uma de recrutas), as unidades poderão ser corretamente postas em pé de guerra.

Assim, contrariamente do que se passava com o serviço de um ano antes da guerra, em que se praticava a dupla incorporação, por fracções iguais, e no qual, desde logo, a metade somente dos efetivos era utilizável em permanência — qualquer co'ocação em pé de guerra de conjunto necessitando a convocação dos disponíveis — nossos regimentos serão praticamente empregáveis dez meses por ano quer dizer em permanência, salvo durante os dois meses que se seguirem à incorporação principal. Ora, mesmo durante esses dois meses, disporemos da metade de nossas unidades perfeitamente instruídas porque, para levar em conta o clima, a incorporação principal é fixada na primavera na metade da França situada ao norte do Loire e no outono nas regiões meridionais, bem como na Africa do Norte.

Não é excessivo dizer que no plano da instrução, é uma verdadeira revolução que em algumas semanas nosso Exército acaba de realizar. A boa vontade dos jôvens e o ardor dos oficiais esub-oficiais — ardor tanto mais notável quanto coincidia com a crise moral provocada pela amplitude e rapidez do licenciamento dos quadros — permitiram levar a bom êxito. O serviço militar não se arrisca mais a ser um "hiatus" na vida do jôvem francês. E' de ora em diante para êle um momento de atividade real e atraente em que seu corpo se

(*) — N. R. — O grifo é nosso.

fortifica e sua personalidade se enriquece. Além de tudo, assegura ao país um sério penhor de segurança, o melhor que o serviço de um ano pode permitir atualmente.

III — O FUTURO

Paralelamente a esse esforço, outros foram empreendidos, menos anarentes sem dúvida e de um rendimento mais lento, mas cujo conjunto orienta o esboço de nosso Exército futuro.

A redução considerável dos efetivos, sobretudo metropolitanos, acarretou obrigatoriamente uma diminuição correlativa do número de nossas divisões. Dispersar as que subsistem sobre vastos territórios teria conduzido a tornar illusória sua homogeneidade, sua eficácia e sobretudo a ação de comando.

Por outro lado, a lição de nossas últimas campanhas tinha destacado a importância da flexibilidade e da mobilidade. A divisão tradicional revelou-se muito pesada para ser empenhada sistematicamente como grande unidade centralizada e muita vez se foi obrigado, no campo de batalha moderno, a modificar a organização pelo emprêgo de grupamentos táticos com uma composição quase constante, em que se fazia normalmente a combinação das armas.

O enorme crescimento da potência de fogo resultante da utilização de toda uma série de novos meios, tais como as bombas atômicas, os projéteis de reação, etc., demonstra que no futuro a dispersão se imporá como uma lei inexorável, não somente no campo de batalha, mas sobre todo o território, agora suscetível de ser submetido aos bombardeios.

Estas considerações conduziram a procurar um novo tipo de Grande Unidade mais ligeira que a antiga Divisão, embora potente, graças a um material de combate de muito alto rendimento. Estudos estão sendo empreendidos para definir o tipo dessa Grande Unidade elementar que, nas concepções modernas da "guerra do grande espaço", deveria sem dúvida, ser aéreo-transportável.

Aguardando a conclusão, uma etapa para o aligeiramento das Grandes Unidades foi realizado efetivamente pelo fracionamento das Divisões antigas em Grupamentos táticos independentes, correspondentes sensivelmente ao terço dessas divisões. Naturalmente foram conservados órgãos divisionários (Estados-Maiores e elementos) prontos em permanên-

cia a permitirem a ação coordenada de vários grupamentos táticos. Esta organização, que apresenta, além de outras, a vantagem de formar nas responsabilidades do comando um grande número de chefes jovens, não pretende absolutamente trazer uma fórmula definitiva, mas indica o sentido para o qual estão orientados atualmente nossos esforços.

Ao lado dessas unidades, destinadas em princípio às intervenções eventuais, unidades regionais foram constituídas. Lá, ainda, é necessário ver algo mais que uma reforma de circunstância. Esta distinção traz o germe de uma reforma profunda que toca o próprio fundo da concepção da Defesa Nacional. Já abalada pela intrusão maciça dos blindados, a noção linear da proteção do território está definitivamente condenada pelas próximas possibilidades das tropas aéro-transportadas. Em caso de conflito, a batalha não será evidentemente apenas no "front"; seus riscos estarão em toda a parte. E' pois provável que a articulação das forças deverá prever por um lado um corpo de batalha extremamente móvel e potente, susceptível seja de levar a guerra aos territórios adversários, seja esmagar uma operação inimiga de grande envergadura em um ponto qualquer de nosso solo — e, de outro lado, unidades territoriais sólidas, facilmente mobilizáveis e dotadas de meios suficientes para deter incursões estrangeiras ou para limitar seu desenvolvimento.

A fim de estudar de maneira prática e aprofundada certas tas perspectivas do futuro nesse domínio, nossa Divisão Aéro-transportada está atualmente em curso de reorganização. Sua maior parte continuará a ser estacionada na Africa do Norte, mas um grupamento e uma escola de paraquedismo que servirá de centro de estudos e de experimentação achar-se-ão na França, em contacto estreito com o Comando.

Nessa ordem de idéias, o Exército de Terra e o Exército do Ar são evidentemente chamados a colaborar da maneira mais franca, sem superposição de autoridade, mas sem compartimentações estanques.

Alias, de maneira geral, os habitos de cooperação regular, dos quais a guerra estabeleceu a imperiosa necessidade, começaram a se criar entre os três exércitos: a esse respeito e sem pretender uma unificação que teria pelo menos ultrapassado a época complicado ainda as reformas de que cada exército necessitava, a atual estrutura ministerial tem felizmente multiplicado as ocasiões de contacto entre os Estados-Maiores.

Desde agora as aproximações operadas ajudam, em particular, a melhor tomar consciência do carácter imperativo de nossos problemas militares. Os grandes teatros de operações que a geografia desenha deixaram de ser autônomos. Nossa Defesa Nacional não pode ser concebida senão na escala da União Francesa, evidencia que sublinha ainda a utilidade de ligações orgânicas entre tôdas nossas forças de Terra, Mar e Ar.

* * *

Esta cooperação amistosa está em vésperas de dar um passo decisivo na ordem do ensino superior militar.

Foi, com efeito, decidido pela Comissão de Defesa Nacional que a Escola Superior de Guerra seria doravante única para os três Exércitos — cada um conservando um curso especial, mas todos os alunos, marinheiros, aviadores e terrestres, recebendo uma formação comum e estudando em conjunto, sob uma direção central, os problemas de tática geral. No escalão estratégico, um Colégio de Altos Estudos de Defesa Nacional não se contetará em associar os melhores espíritos dos três exércitos: po-los-á em contacto com personalidades civis, grandes funcionários, sociólogos, diplomatas, etc., cujo lugar é logicamente marcado nessa espécie de universidade aberta a todos os problemas que nossa Defesa Nacional propõe, entendida esta no sentido mais largo da palavra o único exato.

Deve-se esperar muito dessas inovações. Elas estabelecem, graças a trocas liberais, confrontos e pesquisas prosseguidas sem estreiteza de espírito, uma unidade de doutrina geradora de unidade de ação.

No plano mais modesto da formação de nossos jovens oficiais, uma tendência semelhante é seguida. A compartimentação do Exército em um certo número de armas não tem mais o rigor de antanho em uma época em que um chefe de carro deve possuir as qualidades do cavaleiro e do artilheiro e por vezes, a do sapador e do infante. Antes de seguir os cursos das escolas de aplicação de sua arma, todos oficiais recebem a mesma instrução de base em uma escola interarmas.

Esta semelhança na formação é o complemento duma grande diversidade no recrutamento. É absolutamente falso que jâmais se houvesse cogitado de suprimir os grandes concursos e, por exemplo, de privar o Exército do capital secular que a tradição de Saint-Cyr representa. Mas, ao lado

dos candidatos provenientes dos tetos, parece bom dar oportunidades a jovens rapazes selecionados entre os do contingente, sendo tomadas tôdas as disposições para que o nível intelectual do conjunto não baixe, mas ao contrário. Porque a era do "belo soldado", que era apenas um heróico esgrimista, está encerrada.

O belo soldado não se concebe, em nosso século, sem uma forte cultura.

* * *

E' que a ciência, a dos homens e a das coisas, que ontem já representava um papel decisivo na evolução da guerra, não mais cessará de ver aumentar este papel.

Precedentemente dissemos uma palavra sobre a influência evidente do material. Indicando que a cadência das invenções acarreta um rápido envelhecimento, não quizemos apenas acentuar o valor das constantes, mas também marcar a importância da Pesquisa Científica: uma nação ultrapassada nesse domínio está previamente derrotada no campo de batalha.

Ora, é inegável que a França deve recobrar um retardo considerável que se agrava ainda. País da inteligência e terra das invenções ela é capaz de fazê-lo pela qualidade de seus sábios, desde que estes sejam dotados de créditos convenientes e instalações adequadas.

Trata-se aqui de um problema que interessa à nação inteira, mas que interessa antes de tudo ao Exército, por que ele é o primeiro utilizador, para a salvaguarda do país, de seu potencial económico e de suas descobertas suscetíveis de aplicações militares. Se bem que a organização presente não confira ao Comando responsabilidades diretas nessa matéria, não se poderia ele manter afastado das pesquisas atômicas, biológicas, electromagnéticas, balísticas, químicas, etc., cujos resultados condicionam todo renascimento profundo dos Exércitos e a determinação de suas formas futuras.

Por isso é altamente desejável que o orçamento dos Exércitos destine à Pesquisa créditos razoáveis e que um Conselho científico preveja a repartição e fiscalize o emprêgo com a assistência de um estado-maior técnico. Economizar nesse assunto é comer o grão reservado para a sementeira. (*)

(*) — N. R. — O grifo é nosso.

De maneira geral, o conjunto, infinitamente complexo, dos problemas propostos pela organização geral do Exército, tanto em suas doutrinas de emprego quanto em sua estrutura e em sua administração, é atualmente objeto de estudos sistemáticos e aprofundados pela "Comissão de Reorganização do Exército de Terra". Nada autoriza a antecipar suas conclusões. Mas quando o Parlamento estudar a questão, disporá, para definir a concepção francesa da guerra futura, de elementos numerosos e seriamente amadurecidos.

* * *

O assunto é imenso e estas poucas páginas não têm a pretensão de havê-lo examinado todo. Elas calaram o grande trabalho de reposição em ordem realizado sem ruído desde o início deste ano e silenciaram o drama dos licenciamentos dos quadros. Elas não definiram as bases futuras da mobilização nem examinaram o papel das reservas. Não que esses problemas sejam negligenciáveis pois enquanto os primeiros são normalmente tão graves, os últimos são técnica e politicamente primordiais. Finalmente, somente quando o tempo houver permitido reconstituir nossas reservas e instruí-las, nosso Exército ter-se-á tornado integralmente "nacional", como é necessário que o seja. Esta exposição não é também um relatório, ainda menos uma soma. É apenas um esboço rápido, destinado a resumir os esforços compreendidos pelo Exército de Terra sob o impulso do Ministro dos Exércitos, a libertar o espírito e indicar a orientação.

Acrescem a isso tudo as impaciências de uns conjugadas com a timidez de outros para criticar estes esforços, a maioria das vezes mal conhecidos ainda ou julgados fragmentariamente. Mas, tudo estava por fazer. E se é bem verdadeiro que tudo não está feito, justiça se faça, o que foi realizado pode ser tido como considerável.

Se bem que seus efetivos hajam sido fortemente reduzidos desde o início de 1946 e que seu material seja limitado, o Exército de Terra conserva uma força sempre apreciável. O Exército Frances está engajado na Indochina e ocupa a Alemanha. É um conjunto representando o valor de mais de seis divisões que se acha empregado nesses dois teatros. A reorganização em curso vai nos dar, na metrópole e na África do Norte, desde a próxima incorporação, um segundo escalão de forças importantes comparável, sinão superior — e, neste

inverno, exercícios de conjunto farão aparecer o grau de formação e as possibilidades de emprego desta parte de nosso exército.

Mas sobretudo, esta força não está estagnada: espiritual e tecnicamente, está em busca de tudo o que possa assegurar sua renovação.

Assim, no imenso labor que a França se impôs para reconstituir tôdas as suas forças, o Exército não é o menos ativo. Apesar das circunstâncias excepcionalmente desfavoráveis, ele se poz em obra. Como os exércitos estrangeiros — que a Vitória encontrara no apogeu — ele se choca com incertezas temíveis, mas que não considera como excusa para a passividade. Reduzido muito mais que seus congeneres a um estado de pobreza que toca aos serviços e a cada um de seus membros, ele se recusa a perder a fé. Porque tem por fonte a fidelidade às lembranças gloriosas do passado e o orgulho que tomou na Vitória e a consciência de seus constantes deveres para com a Nação.

SRS. REPRESENTANTES

Vejam a nova tabela de preços para assinaturas desta revista; estará em vigor a partir das assinaturas do
 ---- 2.º semestre do corrente ano. ----

PULMAN-STANDARD CAR EXPORT CORPORATION

Carros e Vagões
 para Estradas de Ferro

Rua Debret, 79

— Rio de Janeiro

HISTÓRIA E GEOGRAFIA MILITAR

"Não ha unidade politica alguma no mundo a qual não se fundam ente em certos factores naturais predominantes. O homem ajusta-se a qualquer area automaticamente e procura os limites naturais do paiz que pretende habitar. Isto leva, ás vezes, a uma extensão exagerada mesmo antes do povo ter tido tempo de explorar a area que occupava preliminarmente. Tal fenomeno tambem se pode produzir pela preocupação de obter accesso facil ao mar".

GEORGE T. RENNER.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TEORIA E A PRÁTICA DA DEMOCRACIA E DAS FORÇAS ARMADAS

Cel. J. B. MAGALHÃES (1)

"E' preciso saber aliar a politica aos conselhos da prudência".

DANTON.

P R E A M B U L O

"La raison nous commande bien plus impérieusement qu'un maître: car en désobeissant à l'un, on est malheureux en désobeissant à l'autre, on est sot".

(PASCAL — *Pensées*).

Emil de Faria, em bem elaborado artigo publicado no "Jornal do Brasil", ainda na época da ditadura getuliana, disse com acerto que a democracia era uma experiência. Sem dúvida que o é de longa data, desde mesmo a origem da civilização ocidental, e várias vezes repetida, adquirindo ora maior extensão, ora sendo até fortemente recalcada, quer passageiramente quer durante séculos, na histórica evolução da sociedade humana. E' uma experiência, que ora parece dar satisfação às necessidades do governo da sociedade, ora mos-

(1) — A Redação pede excusas ao autor pela adulteração de seu nome por ocasião da revisão de provas dos 2 últimos numeros. Compromete-se a evitá-la.

tra-se terrivelmente insuficiente e até catastrófica, si apesar das necessidades em contrário persiste, sem querer se transformar ou adaptar às circunstâncias de um momento especial, abrindo mão dos seus princípios essenciais.

Emiel referia-se, porém, à nossa era e confinava o campo de suas cogitações aos factos destes dois últimos séculos, para deter sua atenção sobre a necessidade dos povos e indivíduos compreenderem a luta que então se travava, entre as mentalidades chamadas totalitárias e as liberais. Não, limitado, porém, o campo de cogitação do assunto, nós preferimos dizer que a **democracia atual**, como uma resultante imediata do pensamento filosófico dominante no século XVIII é uma **transação** e uma **transição**. **Transação**, entre a necessidade de um poder estável e forte e a impossibilidade de permanência do princípio de legitimidade da monarquia, assentado no puro e primitivo direito divino; **transição**, para um regime de governo de natureza científica, consequente do reconhecimento e aceitação generalizados das leis da sociologia positiva, o que parece depender ainda, evidentemente, de progressos a se realizarem na evolução geral da humanidade e de melhores conhecimentos relativos às leis científicas da sociedade.

No momento atual, a fórmula democrática parece vitoriosa, em toda parte, mas os inconvenientes do sistema podem ainda motivar reações para o restabelecimento dos poderes absolutos de governo, mais ou menos disfarçados e sob pretextos de necessidades urgentes, ou prementes, da política a atender, e isto porque a **democracia** tem sérios inconvenientes, teóricos e práticos.

Muito embora o dogma metafísico da **soberania do povo** tenha sua aplicação atual atenuada por uma compreensão mais objetiva do problema político, e as fórmulas demagógicas, tais como "**o governo do povo, pelo e para o povo**" não mais produzem os efeitos subversivos de outrora, a marcha evolutiva para um sistema de governo cientificamente organizado não está ainda isenta de perturbações.

O dogma do poder de origem divina está definitivamente eliminado, mas surgiram as ameaças dos chamados **totalitarismos**, os estados novos sob as duas formas extremas e opostas: — uma, a da Itália, Alemanha e Japão, **reacionária**, que pretende subodinar o **povo soberano a um chefe**, o guia, o duque, o iluminado, e todos os países a este **povo soberano** por motivo da sua **superioridade racial**; para a qual a guerra é

fenômeno social perenemente destinado a renovar e apurar as qualidades seletas da humanidade; outra, a da Rússia, ultra avançada, revolucionária, que substituiu a demagogia da **seberania do povo** pela a do regime das massas; não admite como aquela o ideal da guerra mas tanto quanto aquela é adversária da **liberdade individual**, da idéia central dos sistemas democráticos. A luta entre as três correntes de opinião **totalitarismo e democracia** tornou-se inevitável, desde que aquelas duas — a retrograda e a revolucionária — conseguiram dominar em certos Estados.

Travou-se entre as democracias, aliadas com a Rússia, e o racismo, luta tremenda na qual este foi abatido mas já uma outra luta se esboça no seio da corrente vitoriosa, renovando as contendas que se vinham desde antes travando, para o predomínio universal. A luta foi travada em nome das **democracias**, classificação que a Rússia julgou merecer desde que adotou sua constituição política de 1936. De facto, se aplicada esta, seria o sistema político moscovita dos mais democratas do mundo. Na realidade, porém, a **democracia russa**, é um eufemismo, pois falta por lá o essencial que é a liberdade de opinião, o direito de oposição e discussão política.

As democracias atuais, surgidas no século XIX e dominadoras no mundo ocidental, depois da tremenda convulsão que agitou a França e repercutiu em todo o Ocidente, são hoje a corrente **conservadora**, mas de um conservantismo que assegura a possibilidade do progresso pela evolução.

A diferença principal entre elas e os regimes **totalitários** está no grau de respeito à liberdade individual. Para os totalitários, nazistas ou marxistas, o indivíduo serve ao Estado, para as democracias o Estado serve para assegurar melhor vida social ou humana aos indivíduos.

Nos regimes não democráticos o homem é tratado como material; é o **material humano**, na horrível expressão germânica. Tudo se faz visando os progressos materiais, facilmente realizáveis por efeito de uma forte direção centralizadora do poder e da subordinação total do indivíduo ao Estado. O que, porém, dá prazer à vida, que é a dignidade humana caracterizada no — **je pense, donc je suis** — do admirável Descartes, neles não existe: — o pensamento, as idéias, os sentimentos, tudo o Estado centraliza, subordina e modela.

No momento atual, persistem ainda e naturalmente remanescentes nazistas em toda parte, forcejando por sobreviverem, mas a disputa essencial se trava agora entre a **menta-**

lidade marxista e a liberal, não parecendo, no entanto, impossível que se possa evitar uma luta armada.

Na argumentação de alguns marxistas, que fecham os olhos ao que se passa na Rússia e no mundo, cheia ainda dos costumeiros slogans contra o capitalismo e a burguesia, parece que a situação mundial é a mesma do tempo em que iniciaram a sua propaganda revolucionária organizada, sistemática e intensiva. Continuam a falar do predomínio da burguesia, como se ainda estivessemos nos idos da Revolução Francesa e mostram não haver percebido a transformação profunda criada pelo sufrágio universal, fortemente influenciado pelo voto feminino. Investem contra os males do capitalismo, tal como se ainda estivessemos no tempo afanoso da criação das grandes indústrias, quando o trabalho não era ainda legal e universalmente reconhecido como fator de produção tão importante como o capital. Continuam a falar de governo burguês, tal como si o sufrágio universal não desse predominância ao voto das massas, para orientação geral da política.

Isto significa perder tempo e perturbar a ordem, impedindo ou retardando o progresso normal.

Na situação atual uma tal linguagem é demasiado *démocratie* e já não pode exercer nenhuma influência sensível. De um lado, as reformas efetuadas nas democracias mais evoluídas, notadamente França, Inglaterra e Estados Unidos e principalmente nestas duas últimas, mostram que a conciliação entre o capital e o trabalho, com o reajustamento da organização da estrutura social, pode ser conseguida sem os sofrimentos das convulsões revolucionárias violentas; de outro lado, a experiência russa que conseguiu progressos materiais a custa da escravização do povo, faz temer o capitalismo de Estado e o regime das polícias políticas opressoras, que tiram o gosto de viver. (1)

- (1) — A experiência nos mostra mais. Ela dá-nos o espetáculo atual das resistências e dificuldades que o seu regime cria para um entendimento pacificador do mundo. Muito embora a doutrina política marxista não seja guerreira e o povo russo não seja agressivo, o governo atual da Rússia cria obstáculos à paz, como é evidente. Nas suas atitudes de política exterior dominam duas fortes influências: — a geográfica, impulsionando-a à busca de *ice-free-ports* e a de política interna vedando a penetração no seu território da liberdade de pensar e exprimir o pensamento. No momento atual, este aspecto é predominante. No momento atual, este aspecto é predominante. Sem a opressão destas liberdades elementares, o regime não se poderia talvez manter. (Ver Jornal do Comércio — de 22 12-946 — "Sobre a Política Exterior da Rússia").

Ha ainda, por toda a parte, não mais **capitalismo opressor**, mas **corruptor**, cujos **detentores** indignamente exploram a ignominia ou a incapacidade dos governos, sacrificando as populações. Mas isto, é uma questão que pode ser resolvida ou melhorada, por processos legais e reações moralizadoras da opinião pública.

Ao passo que a Inglaterra êsse museu de "anachronismes et modernités" nos mostra quanto é forte uma democracia legítima, cuja eficácia ficou provada por uma "**pluie de bombes et de feu, tombée subitement sur elle de tous les coins du ciel**" (2), ela e os Estados Unidos oferecem-nos modelos da capacidade de evolução dos povos e de transformações políticas e sociais, ao abrigo de sistemas opressivos ou despóticos de governo. Nós mesmos oferecemos algo que meditar em tal matéria.

A franqueza dos sistemas democráticos reside no facto de que o governo, seja na fórmula presidencialista seja na parlamentar, é realmente exercido, no escalão supremo, por um grande número de pessoas e na sua maior permeabilidade às sutis influências deletérias contrárias aos interesses nacionais.

Tanto num caso como noutro, a suprema autoridade, que é a legislativa, reside nos congressos ou parlamentos, susceptíveis ainda do vício que Leibnitz acusava, na citação de Bainville (3) na primeira assembléia alemã, a de Ratsbonne; criada pelo tratado de Westphalen: "**Qu'y fait-on sinon contredire et chicaner?** As assembléias, cujas decisões resultam da média das opiniões, inteligências, caracteres vontades e civismos dos que a constituem, adotam soluções obtidas pelo abaixamento do nível mais alto dessas cousas.

Os interesses do estrangeiro, ou de filhos do país corrompidos, encontram muitos caminhos para se imporem sobrepiamente aos nacionais, mas a êsse respeito o sistema democrático é superior ao ditatorial, porque permite discutir e alertar a opinião pública, o que não acontece naquele, quando é de baixa classe.

Além disto, e apesar dos seus defeitos, o sistema democrático é melhor que o do poder absoluto de um só, porque raramente se encontrará quem este exerça com verdadeira superioridade e dignidade, sem engodo ou terror. De resto, o

(2) — Pouvoir — Guglielmo Ferrero — Brentano's — N. York — 1942.

(3) — Histoire de deux peuples — Flammarion — 1933.

poder despótico só se mantém enquanto a opinião pública o apoia ostensivamente ou por sua passividade. Assim, no fundo, é sempre o número que prevalece...

Ora, quando estudamos este assunto, pesando-o e collocando-nos um pouco fora do mundo, para vermos melhormente a sociedade humana, parece-nos que toda a questão se reduz a um problema único: — a conciliação da **liberdade pessoal** com as necessidades da ordem e da segurança co'etiva para consecussão do progresso individual. A sociedade existe para facilitar a vida dos que a constituem e felicitá-los, sem o que seria ilógica, mas isto só é conseguido quando nela todos se sentem livres. Decorre então, que as limitações da liberdade individual, sob os vários aspectos da vida humana, só têm legitimidade quando necessárias à sua própria segurança e ao seu próprio progresso, deixando, portanto de atentar contra a felicidade, por serem reconhecidas necessárias e livremente aceitas pelo indivíduo.

Mas o ser humano é sempre um complexo de **egoismo**, resultante das necessidades físicas de sua existência biológica, e de **altruismo**, manifestação de suas tendências **gregárias**, necessariamente muito menos enérgicas que aquelas. Expon-taneamente, êle tende a se considerar o elemento central do orbe, a tudo referir a si e somente a contragosto, em virtude de uma prolongada ou forte ação educativa, consente, mais ou menos, em subordinar permanentemente o **egoismo** ao **altruismo**. Desde que se grupá em sociedade para melhor e mais facilmente viver, surge o problema grave, que dura até hoje, dessa **subordinação**. E' difficilimo, tão difficil que somente as naturezas de elite a tem conseguido em grau e'evado; tão difficil que se fosse obtida por **excesso de altruismo**, místico ou quichotescamente, a própria sociedade correria o risco de se dissolver, tal como não poderia subsistir com a preposderância exclusiva do **egoismo**. Mas um simples golpe de vista nas cousas da vida corrente mostra quanto o **egoismo** prejudica a todos e os próprios indivíduos que se deixam insensivelmente conduzir por êle. A grosseria que se nota em nossa cidade atualmente; o afã, sem razão de ser e até contraproducente, que se observa por toda parte, querendo uns passar a frente dos outros nas mínimas cousas e sem a mínima necessidade, o nenhum acatamento pela idade, a cultura, os mais fracos etc.; todas essas manifestações egoistas que nos aviltam a vida e criam um ambiente desagradável, prejudicam a todos e dificultam a vida de todos. Suponho que aí está uma das maiores evidências de incultura, maior que o analfabetismo, que

um povo pode dar. Tudo seria mais fácil e os espertos e trantantes teriam menos oportunidades de lucrar e proliferar, se houvesse mais calma, menos egoísmo dos que se julgando mais vivos, são afinal os mais tolos. As vantagens que adquirirem, se as adquirem, só valem **naquele momento**. Custaram-lhes esforços e fadigas dispensáveis e criaram-lhes dificuldades para o futuro, tornando pesada e grosseira a mentalidade colectiva. De resto, conseguidas essas vantagens que uso fazer delas? Mesmo nos casos de menor cultura, o homem não é só animal. Tem necessidades que ultrapassam as da nutrição e do sexualismo, cuja insatisfação torna a vida insípida, desde que já não há excitação das vísceras ou glândulas...

O atual momento brasileiro, momento em que se vae aqui percebendo e sentindo a nossa realidade nacional e se vão desfazendo as miragens de nossas **imensas possibilidades**, criadas pelas lendas de uma riqueza natural ilimitada cujo aproveitamento era só o que faltava para fazer-nos um povo forte rico e feliz, convida a meditar o assunto de que hoje nos ocupamos, para evitar novas miragens as de que com um **bom governo** tudo aqui será próspero, próspero como nos países cujo progresso nos estasia. Sem dúvida, que boa forma de governo e, mais ainda, governantes capazes e dignos, são garantia de prosperidade, mas esta somente existirá no quadro da natureza em que o povo vive.

Os factos históricos de nossa vida, em presença de uma melhor consciência das condições de terra, permitem agora apreciar de modo justo o nosso homem, vendo-lhe as virtudes e os defeitos, os seus méritos e as suas insuficiências, para medir-se o valor relativo do nosso progresso estabelecer as condições necessárias à nossa ordem.

O momento essencialmente político em que vivemos, é tanto mais oportuno para isto quanto o movimento impresso ao Brasil, pela impulsão de uma ditadura de quinze anos, sem Deus nem Lei, tipicamente inflacionista e demagógica, sem rumo firme e sem nenhuma cogitação preponderante dos interesses nacionais, impõe-se reflita sobre as virtudes e defeitos do sistema democrático a que retornamos. A mocidade dos **vinete anos** só conheceu o regime ditatorial. As pessoas que exerciam funções oficiais na ditadura e com ela colaboraram de várias formas, ficaram impregnadas de seus métodos, processos e costumes, foram habituadas a um sistema tal que não suportava nenhum contróle, nenhuma advertência, nenhuma critica, como acontece em todos os regimes em que

os salvadores, em regra, julgam-se detentores únicos dos conhecimentos certos, super-homens, cabeças pensantes privilegiadas. Grande número portanto dos que exercem funções públicas, não pode sem graves dificuldades praticar a democracia.

Na opinião pública, porém, como é lógico e natural, processava-se durante a ditadura uma reação crescente que mercê dos acontecimentos mundiais e dos escandalos dos que a exerciam e se aproveitavam dela, mal encobertos pelos processos de contensão das expansões da opinião discordante, acabou por predominar. Criou-se um movimento em prol da regeneração política, cujos esforços principais redundaram na formação da U. D. N. e na experiência eleitoral que o Brasil acaba de fazer, com promessas fecundas.

Assim posta a questão, vamos examinar, para fazermos uma idéia justa do problema, as soluções adotadas através dos tempos, sobre os sistemas de governo, para chegarmos destarte, a compreender melhor o sentido da democracia atual e, então, veremos o que corresponde às forças da guerra nesse sistema.

Fugiremos, porém, ao exame dos *menus détails* da matéria por duas razões principais: — uma, a natureza deste trabalho que não comporta demasiada extensão; outra, porque, como exprimiu Joseph de Maistre, “si je m'enfonçais dans ces détails il m'arriverait un petit malheur que je voudrais cependant éviter s'il était possible, celui de n'être pas lu”.

AS ORIGENS DA DEMOCRACIA

“A moral governamental, originária das necessidades da guerra, modela-se por elas e daí só pode se afastar quando as exigências da prevenção ou da execução da guerra diminuem”. (H. Spencer — O Indivíduo contra o Estado).

O mundo, dizia Descartes, é composto de duas espécies de espíritos: — os que se creem mais habéis do que são, os quais não podem evitar a precipitação dos seus julgamentos, nem tem paciência para pensar metódicamente, pelo que, quando se afastam do bom caminho, nunca mais podem retomá-lo; os que, sendo razoáveis, ou modestos, sabem que são incapazes de distinguir o verdadeiro do falso e, por isto, se

contentam em seguir os que julgam que o podem fazer, sem procurar por si mesmos cousa melhor (4). Estes dois espiritos, enquadram naturalmente um terceiro, o dos que são capazes de formular opiniões certas por conta própria, o reduzidíssimo número dos homens de escol, de cujas idéias os primeiros se apoderam para as deformar ou se lhes oporem tumultuariamente sem as haverem compreendido. Isto tem sido causa das maiores perturbações na marcha evolutiva da sociedade e tem criado para a outra espécie de espiritos, os modestos, grandes dificuldades de escolha das atitudes a adotar em presença dos acontecimentos em que tomam parte.

Resulta daí o êxito da **demagogia**, dos pedantes e dos mal intencionados, nas épocas de ansiedade, todo calcado na ignorância petulante de uns, explorando a ignorância ingênua de outros, a cujo propósito se pode recordar a observação de Condorcet ressurgindo Sócrates: "é singular que os homens julguem impertinente pretender alguém saber física, astronomia etc., sem as ter estudado, mas admitam ser possível ter uma opinião política sem o prévio trabalho de estudar esta ciência."

As **origens da democracia** se encontram na origem mesma do problema do governo das sociedades e nas tentativas feitas para achar a fórmula mais conveniente às necessidades predominantes da vida social. E' um problema este, cuja essência foi definida por Joseph de Maistre como consistindo em se saber "como limitar o poder soberano sem o destruir", o que se casa com a constatação de Guilherme, o Taciturno: "é da experiência dos tempos que todo homem poderoso tende a buscar do seu poder. A própria virtude tem necessidade de ser limitada".

Esta tendência a abusar do poder, que forma o pecado original de todas as ditaduras, é, porém, acompanhada sempre de dois fenômenos paralelos, a submissão forçada dos governados e a sua revolta, tanto mais enérgica esta, quanto mais brutal é a opressão, sendo difícil prevêr qual dos dois aspectos prevalecerá definitivamente, si a opressão si a revolta. A quietação aparente, mesmo o aplauso ostensivo que recebem certas ditaduras dos que oprime, quando bem aparelhadas para a **propaganda** e a **contensão**, apenas significam a eficácia momentânea de tais recursos, e de nenhum modo

(4) — Discours de la méthode.

o concurso firme dos governados, o qual desaparece quando desmascarados os engodos.

As origens da **democracia** são profundas e, a bem dizer, encontramos-las desde que vemos surgir as necessidades de governo. E', porém, na Grécia e em Roma que se esboçam os primeiros sistemas de governo democráticos, tal como o entendemos hoje, mas sob formas e aspectos bem diversos.

Nas éras primitivas da humanidade a **fôrça física** é o principal fator determinante da superioridade dos homens, sendo, portanto, o direito do mais forte a lei suprema. Só a **fôrça** dá prestígio e é ela que serve de base à repartição proporcional dos espólios dos inimigos vencidos ou dos produtos da caça. Resulta daí a maior riqueza de uns sobre outros em armas, utensílios, gados e escravos e também a maior pompa na vida dos que se vão fazendo chefes.

Estes, a princípio, apenas reconhecidos como tal para determinadas lutas, acabam por ser admitidos em função permanente. Surgem das necessidades impostas pela guerra e da própria superioridade de sua **fôrça pessoal**. A anarquia, ausência total de governo, nunca existiu, pois mesmo nas sociedades mais primitivas o mais forte sempre se fez respeitar e obedecer.

Desde, porém, que surge a necessidade de um chefe permanente para governar a paz em vista da guerra, estabelece-se nas tribus um processo de escolha, o qual, em algumas delas, comporta provas tão severas para o candidato, que este perde até a vida se nelas fracassa, vacilando, demonstrando sofrer etc.. Mas, para o governo da sociedade não tardam aqueles homens primitivos a perceber que a mera existência desses chefes não é suficiente. Não tardam a sentir a importância da experiência da vida e dos conhecimentos já adquiridos sobre os homens e o mundo. Desde então, o governo não é mais somente exercido pelos **chefes**. Formam-se **assembléias deliberativas de todo o povo masculino**, dos guerreiros, nas quais predominam os **velhos**, natural e logicamente.

Mas já aí não é só a **fôrça** que prevalece, porque a **inteligência** vai conquistando certa proeminência. Cabe desde então, o maior poder, à aliança das duas qualidades, ou à **inteligência** se esta se avanta muito sobre a dos outros homens. Surge, assim, uma classe nova de homens, os **mágicos ou feiticeiros**, dotados de faculdades divinatórias e da capacidade aparente de domínio das **fôrças sobrenaturais**.

Não têm eles dificuldades em impressionar, explorando

o medo, para se fazerem obedecer e não demoram em se fazer respeitar e até adorar permanentemente. E' o surto espontâneo da instituição sacerdotal, e também a origem da **monarquia absoluta**, que é a primeira forma de governo **civilizado**. Nela o chefe do governo tem poderes de divindade: — os súditos são como que propriedade sua e sobre êle só podem influir, por agradados, oferendas e lisonjas.

Não obstante, êsse poder não é tão absoluto quanto possa parecer a primeira vista. Ele desde que surge, já a evolução social ascendeu acima das tribus e formou-se uma opinião pública, que as vezes se manifesta, como diz Joseph de Maistre, sob a forma de um punhal. Tem deveres a cumprir, donde depende o seu prestígio. Se não sabe prover à segurança externa, como supremo chefe da guerra; se não sabe manter a ordem interna, castigando os contraventores e os que prejudicam a harmonia da sociedade, notadamente, no que entende com o direito de propriedade, seu prestígio decai, chega a fazer-se odiado e é eliminado.

A maneira de aquisição dêsse poder, apresenta modalidades diversas, desde a escolha por eleição até a sua conquista pela força, mas por sua própria natureza e o carácter divino que adquire não tarda em se fazer hereditário, segundo a ordem lógica da transmissão da propriedade.

Resultam daí os **Estados** que se desenvolvem e consolidam, pela organização para a guerra. Desde que surge o primeiro tipo de organização, para a valorização da força coletiva, as vantagens obtidas e o aperfeiçoamento das armas ou criação de novas, levam a modificações sucessivas destinadas ao acréscimo de sua eficiência. Já, então, aparecem a tática e a estratégia, esta aliada da política, e os Estados ou senhores, que sabem ou podem fazer-se poderosos, desenvolvem suas conquistas.

Mas a necessidade da organização imposta pela guerra e a eficiência aí demonstrada, induzem naturalmente a organizar a vida civil ou pacífica dos povos, em moldes analogos.

Vai-se, destarte, desenvolvendo a vida social civilizada cujas características essenciais são a **definição dos deveres** individuais e a formação consequente de uma **opinião pública** — essa "**regina del mondo**". Mas desde que a **opinião pública**, toma forma e adquire meios de se manifestar, nenhum governo mais subsiste sem contar com o seu apóio, (**seja o mais despótico ou militar, seja o mais popular ou livre**", diz Hume, na citação de E. Corra.

Daí em diante, o problema do Governo consiste em saber satisfazer o bem público, como o define a sabedoria chinesa, pela manutenção do **equilíbrio dos diversos elementos que influem na vida social**, o que, no dizer de um filósofo, consiste em realizar "uma obra prima que o acaso raramente admite apareça e a sabedoria raramente consegue levar a cabo".

A DEMOCRACIA ANTIGA

(Grecia e Roma)

"C'est quasi le même de converser avec ceux des autres siècles que de voyager".

(Descartes — Discours de la Methode).

A terra mãe da democracia, tal como hoje a entendemos, e donde deriva a própria denominação do sistema de governo assim chamado (5), é a Grécia. Mas um tal sistema é próprio também de Roma e, tanto num caso como noutro, apresenta formas e desenvolvimentos diversos, que se estabelecem e modificam no decurso de longa evolução, a medida que a sociedade se transforma e que a civilização evolue, ou melhor, que as populações crescem e os Estados se ampliam.

As manifestações do sistema democrático notam-se em Sparta, caracterizadas pela participação da **assembléia do povo** no governo, o qual era efetivamente exercido por uma **dupla realza e pelo Senado**. Era este último, formado pelos anciões, que governava de facto. Os reis presidiam as cerimônias religiosas e comandavam nas guerras, não raro virtualmente. A assembléia do povo, não discutia as leis nem as decisões que os reis lhe apresentavam. Aceitava-as ou não, mas quasi sempre as aprovava, se estavam de acôrdo com o **Senado** e quando as rejeitava é porque era a isso induzida por uma preparação dos agentes dêsse poder.

Era fraco, portanto, o sistema democrático de Sparta e nem podia deixar de o ser porque aí tudo existia em tórno da idéia predominante da guerra que requer uma autoridade hierárquica bastante forte. E' em Atenas que o sistema democrático evolue por excelência, depois que as reformas político

(5) — Demo — povo e kratos — poder, fôrça.

ociais de Solon harmonizam as relações entre os ricos e os pobres.

Aí o poder soberano era exercido pela **assembléia do povo**, isto é, por todos os habitantes qualificados do Artico, mas o govêrno efetivo, como em Sparta, cabia ao Senado ou Areópago, uma **assembléia aristocrática** ou dos mais ricos.

O poder supremo era de facto, ao contrário de Sparta, exercido pela **assembléia do povo** porque esta é que votava as leis, elegia os generais e os chefes da administração e julgava os magistrados. O que, porém, se chamava **povo**, aí, eram certas categorias sociais.

O Areópago constituia-se com os ricos, que tendo desempenhado funções administrativas, viram seus atos aprovados pela a **assembléia**. Era principalmente uma côrte de justiça, um elaborador das leis a serem votadas pela **assembléia** e um fiscal da administração.

Esta era já a democracia resultante da reforma de Solon, feita para evitar a revolta do povo oprimido pela aristocracia plutocrática até então dominante. Por ela ficou a população, afóra os escravos e estrangeiros, organizada numa sociedade de quatro classes definidas pela respectiva riqueza, hierarquizando ainda o **povo** mas tornando as situações sociais intermutáveis, pela simples variação das posses de cada qual.

Esse sistema foi depois desenvolvido por Clístenes, que instituiu o **ostracismo** (6), aumentou o número das classes sociais, ampliou o Senado para 500 membros e adotou outras modificações, visando minorar as possibilidades do surto de ditaduras ou volta à aristocracia. Foram modificações ditadas pelas necessidades de evitar a **tiranía** e minorar os abusos dos poderosos, possíveis no sistema de Solon, mercê das correntes partidárias que se formavam.

A democracia ainda se desenvolveu mais tarde, no tempo de Péricles. Então, tôdas as magistraturas tornaram-se letivas e os magistrados eram, não raro, escolhidos nas classes populares. Criaram-se óbulos para remunerar todos os empregos públicos, o comparecimento do povo à **assembléia** e até aos jogos públicos. Os cargos da administração, para aumentar a coparticipação do povo na direção dos negócios do Es-

(6) — O ostracismo — a condenação ao desterro por dez anos de quem parecesse perigoso à democracia por sua influência política. Esse nome vem do ostraca, pedaço ou caco de telha, onde o votante inscrevia o nome do proscrito. (Dos dicionários).

tado, já estimulada pelo óbulo dado pelo comparecimento às assembleias, só podiam ser exercidos uma vez e por um ano.

Muito embora as leis atenienses sobre os estrangeiros e os escravos, fossem liberais, (7) a **democracia** não era ainda um regime de igualdade e tinha naturalmente uma significação restrita. Mas mesmo assim esse regime, porque a civilização era ainda caracteristicamente guerreira, não poudo se manter, sempre incólume.

A guerra com Siracusa e o ascendente dos Macedônios, forçaram a reforma que implicavam no retorno aos princípios oligárquicos, deixando o governo de ser acessível a todos. De novo os abusos do poder provocaram revoltas e conduziram outra vez ao sistema democrático, caracterizado principalmente pelo **poder supremo** exercido pela **assembleia do povo**, até que ainda mais uma vez se atenuou esse regime com a preponderância macedônica instituída por Felipe e seu filho Alexandre. Tudo influência das necessidades da guerra e dos interesses da paz.

Seja como fôr, conforme o julgamento de Aristóteles, a democracia ateniense "no decurso de sua carreira foi as vezes turbulenta, leviana e até iníqua e imprudente, mas assim mesmo representa o que houve de melhor e mais humano no espírito da própria Grécia".

A democracia em Roma apresenta aspectos diversos da evolução grega mas teve surto também em razão de causas puramente de política interna para cair em virtude de necessidades de ordem externa.

Quando o povo romano se formou pela reunião das tribus que habitavam o Tibre elle se constituiu espontaneamente em duas classes; a aristocracia (**patricii**) e o proletariado (**plebes**), incomunicáveis entre si. Os matrimônios eram vedados entre aristocrata se plebeus, sendo morgnáticos os filhos das alianças, que apesar disto se verificaram. A plebe não tinha direitos políticos. O Estado e a nobreza, eram uma cousa só.

O governo era exclusivamente exercido pelos aristocratas, reunidos em Senado, aos quais pertenciam os bens do Estado.

(7) — Ao passo que em Sparta o estrangeiro era olhado como inimigo e repellido, em Atenas podia viver, negociar, exercer profissões e até fazer-se ateniense, tirar sair livremente. Os escravos maltratados podiam refugiar-se no templo de Teseo ou no santuário de Semnal, perto do Arcópago, onde ficavam invioláveis, e podiam também reclamar a própria venda a outro senhor. A pena de morte contra elles era dada por sentença judiciária.

A incomunicabilidade entre as duas classes redundando em enfraquecimento crescente da aristocracia, cujo crescimento era menos rápido do que o da plebe que aumentava com a incorporação de novos povos, o Senado sentiu-se forçado a admitir na aristocracia, algumas famílias plebeias. Com isto abriu-se a primeira brecha no sistema.

Ademais, a propriedade passou a ser individual e separada esta da do Estado. Assim, além dos plebeus e os senadores, surgiram os **patronus** e os seus **clientes**, isto é, os proprietários e os que para eles trabalhavam e por eles eram protegidos.

O governo, porém, exercido colectivamente pelos aristocratas, reunidos em Senado, não tardou em se evidenciar ineficaz e foi substituído pela monarquia, isto é, pelo de um rei, eleito pelos chefes das famílias patricias, por um processo um tanto complexo, com interferência final do Senado. Escolhido o rei, todas as responsabilidades e poderes lhe cabiam, passando o Senado a ser órgão apenas consultivo e somente deliberante por convocação daquele.

Depois, os etruscos penetram em Roma e os reis tornam-se demasiado fortes e despóticos. Abre-se luta entre eles e o patriciado, e a realeza, para se manter poderosa, apoia-se na plebe cujos direitos amplia. Não obstante, os patricios juntos com a plebe — tal é a força da tradição — eliminam a realeza, mas já não se restabelece mais tal qual era o antigo regime. A plebe que adquirira força, não abdica dos direitos que conquistara.

Surge daí, a democracia ou República Romana. O governo voltou a ser exercido pelo Senado, mas a plebe em virtude da lei das doze taboas, passou a influir na direção do Estado. Animada ou estimulada pelos êxitos que obtem, sentindo-se cada vez mais forte, reclama novos direitos. Os patricios cedem. Os casamentos mistos — patricios e plebeus — são reconhecidos válidos; certos cargos públicos, mesmo cônsules e tribunos militares, tornam-se acessíveis aos plebeus e por essa via adquirem estes até acesso ao próprio Senado.

A nobreza se transforma por completo. Nela a pureza das origens passa a valer menos que a riqueza. Roma se democratiza cada vez mais; as deliberações da plebe reunida em assembleias, passam a preponderar sobre as decisões do Senado. Desde, então mais vale conquistar o seu apoio ou simpatia, com lisonjas, dádivas e intrigas, guerreando os antigos aristocratas, do que defender o sistema do predomínio destes.

Sila tenta um grande esforço para reabilitar e fortalecer a nobreza mas não consegue deter o movimento de democratização, pois este resultava do próprio crescimento da população, do poder de Roma e da sua urbes.

Assim, o Senado perdeu a sua função administrativa que passou a ser exercida pelos consules e em caso de calamidade pública ou perigo externo por um ditador que enfeixava em suas mãos o máximo poder. Passou a ser câmara legislativa e consultiva e quando houve o advento dos Imperadores, ficou-lhes inteiramente sujeito.

A tentativa de Sila para reabilitar o poderio da nobreza, aproveitando ainda a força da tradição e o prestígio público dos senadores, ficou completamente perdida quando os nobres tentaram submeter Cesar e o levaram à guerra civil. Augusto organizou o Império, que se manteve próspero durante algum tempo.

Depois foi o declínio. Os imperadores, apoiados na força militar, instituíram um novo regime.

Do que acabamos de recordar em linhas muito gerais sobre o que se chamou democracia na Grécia e República em Roma, ressalta suficientemente que essas noções relativas aquela época eram concernentes apenas a uma parte dos povos. A outra parte, a mais numerosa, de que faziam parte os escravos e as infimas camadas da plebe, não tinha nenhum direito a coparticipar da direcção da coisa pública. E' como se não fizessem parte da humanidade. E dos que tinham direitos, alguns eram privilegiados. Não havia igualmente legal entre os cidadãos.

A nossa democracia, durante muito tempo, até o presente, quando começa a se transformar, com o considerável aumento das populações urbanas e a formação de um operariado industrial, participa dos caracteres principais da democracia grêga. E' um regime relativo à parte mínima da população.

O SURTO DA DEMOCRACIA MODERNA

"On ne saurait rayer l'histoire d'un trait de plume".

A. Dubost. (8)

Da queda de Roma e sob a égide do catolicismo, surgiram as monarquias feudais, calcadas no direito divino dos

(8) — Danton et la Politique Contemporaine.

reis, feito o título único de legitimidade do poder. O cristianismo servindo de laço de união entre os povos e ligando-os espiritualmente entre si, deu lugar à reconstituição do poder que a invasão dos bárbaros destruiu, mas a sociedade adquiriu nova forma. Formou-se de numerosos feudos.

No regime feudal, havia desaparecido a classe dos escravos mas a sociedade se constituía de senhores e servos. Notavelmente nobreza e povo, riqueza e pobreza, os senhores possuindo direitos soberanos sobre os seus servos. Eram seus donos absolutos, de vida e de morte.

Formou-se naturalmente uma hierarquia de nobres, toda a calçada no direito da força e da riqueza. As rixas e rivalidades, as lutas que se travaram entre eles, o ascendente que foram adquirindo os mais poderosos, conduziram novamente à **monarquia absoluta**, cujo protótipo nos é dado por Luiz XIV com a sua fórmula do "l'Etat c'est moi". Mas já então a organização social avançada e o pensamento filosófico voltara a influir quase como no tempo grego.

As populações haviam crescido, a instrução se desenvolvera, as indústrias progrediram, as artes se refinaram e os interesses restritos dos senhores feudais e dos próprios reis, que procuram apóio no povo e fortalecer-se contra os nobres, deram lugar a formação de uma burguezia, de certo modo independente e que se foi tornando dia a dia mais poderosa, pelas riquezas acumuladas na prática do comércio e na produção agrícola e industrial.

Desde que as descobertas científicas, o ressurgimento das artes leigas, e o surto de uma nova filosofia, puseram em cheque o **direito divino** em que assentavam o poder das velhas monarquias e da sua nobreza, foi sendo preparada a **revolução do sistema político social**.

A explosão se deu em França. O dogma político do direito divino foi substituído pelo novo dogma metafísico da soberania do povo. E, então, surgiu uma grande dificuldade, achar-se o modo prático deste novo soberano exercer, sem tudo destruir, a sua soberania. Voltar às assembleias populares de Roma ou Grécia? Já não mais era possível... Viu-se, nos dias apocalípticos da revolução o que era a plebe deliberando diretamente...

A França, que serviu de laboratório para uma tal pesquisa, sofreu enormemente, dando lugar a judiciosa observação do muito judicioso Joseph de Maistre: "les révolutions

commencées par les hommes les plus sages sont toujours terminées par les plus fous".

O mito milenar, diz Emile Corra, da divindade dos reis já terrivelmente atingido pela execução de Carlos I de Inglaterra, caiu definitivamente com a decapitação de Luiz XVI de França, em 21 de janeiro de 1793. Mas o mito político continuou a existir sob nova forma. No fundo, a política sagrada, de que Boussuet foi o panegirista, foi apenas substituída pela nova mística da soberania popular, tão falsa quanto aquela, em princípio, e mais perigosa na prática.

A revolução francesa, como assinala Guglielmo Ferrero, em seu "Pouvoir", que se comemora a 14 de julho, começou pelo fenômeno nunca visto do contágio febril que contaminou toda a França, todas as classes e organizações sociais, de súbito, levando-as à mais completa desobediência aos poderes constituídos. Essa desordem durou seis semanas, durante as quais se inaugurou no mundo; definitivamente o regime da preponderância das massas. Mas foram seis semanas, ao fim das quais todos estavam aterrorizados pelo seu próprio êxito, tais foram as consequências da desordem. "Quelle leçon pour tous les révolutionnaires de foi ou d'action!" E porque se deu tão formidável explosão? E' que a monarquia, escorchando o povo de tributos, tornara a vida tão difícil e cara que o povo, sem distinção de classe, nobres, sacerdotes e soldados, todos excitados pela centelha que jorrara no dia da Bastilha, deixaram-se inflamar e entraram em delírio.

Foi esse entusiasmo, cujo êxito assustou, que fez dizer ao eminente Condorcet, a mais nobre vítima desses terríveis acontecimentos (9) : — "... toute vérité reçue par enthousiasme, comme un préjugé et non pour elle-même, ou d'après les preuves que l'établissent, continuera d'être adoptée, même sous des fausses interprétations, avec une extension dont elle n'est pas susceptible, et pour des applications auxquelles elle se refuse, en un mot, lorsque ce ne sera plus qu'une erreur".

E como não pode subsistir sociedade alguma sem governo, — bem o mostram as seis semanas de que fala Ferrero — isto é, sem um poder soberano organizado, a derrubada violenta do poder emanado do direito divino, deu surto ao que se estejava na soberania do povo, noção aceita com entusias-

(9) — Esquisse d'un tableau historiques des progrès de l'esprit humain — Xe Epoque.

mo. Mas para alcançar um ponto de equilíbrio estavel levaram-se anos. A França precisou de mais de meio século, até que adquirisse nova estabilidade política sob a forma suficiente da III República. Sofreu grandes convulsões e imensos sacrificios de toda ordem, notadamente, de vidas humanas as mais preciosas. Foi vitima de demagogos e de inexperientes. Quiz resolver seus problemas a golpes de lei e decretos. Sempre em nome do novo soberano — o povo — começou por proceder com um despotismo tal, que deu lugar a esta observação de Burke, o famoso parlamentar inglês (10) : — “Os franceses mostram-se os mais hábeis artífices de sua própria ruína como jámais houve no mundo... Se nós os houvessemos vencido e feito dobrar os joelhos diante nosso poder, teríamos tido vergonha de enviar à França, para dirigir seus negócios, uma comissão que lhes impusesse uma lei tão dura, tão fatal à sua grandeza nacional como a que eles mesmos fizeram”.

E isto porque? “Quem se poderia iludir de que homens saídos rapidamente e como por encanto das categorias mais humildes não se haveriam de embriagar com sua grandeza inesperada?” “E’ da natureza das cousas que homens inexperientes levados de súbito às responsabilidades do poder, adiram a todos projetos que lhes possam favorecer os desígnios pessoais, por isso que eles entendem dos próprios negócios e nada sabem dos do Estado”.

No fundo, como assinala Ferrero (11), todo o problema constituiu, em achar-se a devida forma porque o **novo soberano** — o povo — exerceria a sua soberania, tornada agora o princípio da legitimidade do poder, sem satisfação do qual não ha governo estável ou suficientemente durável. Podem alguns manter-se mais tempo que outros, mas fazem-se pela exploração do medo dos governados e caem pelas próprias medidas que adotam pelo medo que têm de não se poderem manter.

A estabilidade relativa do poder político só foi conseguida quando a legislação adotou a fórmula do sufrágio universal masculino, abrangendo todos os homens de **maioridade** e foi aberto o direito à existência das **oposições**, com a representação da minorias.

(10) — Textos políticos — Versão espanhola de Vicente Herrera — México — 1942.

(11) — Op. cit.

Ficou então bem claro que o poder que é "exercido sempre por uma minoria organizada — diz Ferrero — o que nada tem a ver com indivíduos isolados, ou pequenos grupos", só se poderia manter apoiado no prestígio que lhe dava a aceitação da maioria dos votos populares e isto porque **nenhum governo é forte sem o apoio da opinião** e nenhum mantém-se, simplesmente, os governados se negam a obedecer, de cuja eficácia temos recentemente exemplo eloquente na revolução indú, pela desobediência civil.

Achada a fórmula da expressão suficientemente aproximada da **soberania do povo**, no sufrágio universal — com o consequente reconhecimento do direito de manifestação das minorias **em oposição** — foi possível atingir-se a uma estabilidade relativa do novo sistema do governo, temporal.

E' isto o que diz Ferrero, apreciando o fenómeno político elaborado em França para uso de toda Europa, muito embora a democracia tipo, se haja instalado desde antes, a pouco e pouco, na Inglaterra sem os horrores das fortes convulsões revolucionárias, com a subversão total e súbita da ordem existente: "as condições de eficácia e realidade para o princípio da delegação da soberania nacional resumem-se na existência do **direito de oposição** e na liberdade do sufrágio, os dois pilares centrais sobre que repousa a ordem do mundo ocidental".

Mas a ordem política assim conseguida pela França com a instituição definitiva da democracia não foi evidentemente completa. A opinião organizando-se em numerosas correntes, oscilou muitas vezes na sua orientação e perturbou com isto a marcha natural da administração, por que "para uma democracia, observa Ferrero, nada é mais perigoso que os pequenos grupos exasperados por um ódio inconciliável, que não aceitam o regime e cuja oposição só pode alcançar uma subversão total da legalidade: a história da terceira república fornece a respeito uma prova decisiva".

Todavia, se a dispersão da opinião é um mal e pode produzir vários inconvenientes, estes, no dizer de Georges Deherme (12), embora lastimáveis, "são muito atenuados quando uma livre exposição nos convence logo que a maior parte dos princípios são comuns e que, afinal, as aspirações profundas da humanidade, sob símbolos diferentes, foram sempre convergentes".

(12) — *Démocratie et Sociocratie* — Ed. Prométhé — Paris 1930.

Seja como fôr, o facto importante a registrar aqui é o êxito relativo do **sufrágio universal**, cujo maior defeito é o aparente absurdo de fazer pesar tanto na balança da legitimidade para escolha dos governantes, os votos dos indivíduos sem distinção de sua capacidade intelectual e moral, para bem discernir a escolha dos que melhor podem governar. A resposta, porém, a êste inconveniente foi dada, conforme assinala Ferrero, por Alberto I, da Bélgica. Arguido a propósito do seu respeito ao sufrágio universal, assinalou que êsse inconveniente era compensado pelo facto de poderem os de maior capacidade influir nos negócios do Estado, por outros meios além do voto eleitoral.

A democracia inglesa, o tipo mais completo do sistema de govêrno assentado no princípio do respeito à opinião pública, e cujo funcionamento tem permitido enfrentar as mais graves crises com eficiência manifesta, não é também sem sérios inconvenientes, nem sua estabilidade atual foi conseguida de um golpe.

O sistema democrático inglês formou-se por sucessivas etapas, sendo as liberdades públicas conquistadas, sem ruptura do quadro do regime monárquico. Nem o seu govêrno parlamentar se instituiu com a autoridade que hoje desfruta em virtude de um decreto ou lei: "a modesta casa dos Comuns, armada da faculdade de votar o orçamento foi, pouco e pouco, forçando a Corôa deixá-la participar decisivamente da formação do Govêrno". (13)

Passou por visssitudes diversas e sofreu dificuldades numerosas, muitas das quais ainda hoje não foram eliminadas. Tudo se cifra no exercício do papel do **parlamento**, o qual deve sempre fugir ao sistema de apôio incondicional ao poder executivo, por que isto suprime o seu papel de controlador do poder e implica em sancionar sempre os maus govêrnos, e qual deve cuidar atentamente de tudo que assegure a liberdade das eleições porque, se o não fizer, contribuirá para a diminuição de sua própria autoridade legal.

Muitas vezes a autoridade do Parlamento vacilou pelos motivos de ordem científica ou filosófica que Spencer acusa contra êle e também pelos de ordem moral que Burke (14) assinala como dificuldades do homem público: "é empresa muito delicada assinalar as causas de perturbação pública.

(13) — História do Primeiro Reinado — I Vol. — Tobias Monteiro.

(14) — Textos políticos.

Se ha fracasso na investigação que se faça a respeito, fica-se taxado de débil ou de visionário. Consegue-se, porém, achar a sua verdadeira razão, corre-se o risco de chocar pessoas de prôl que mais ficarão irritadas do que agradecidas, em vista da oportunidade que se lhes dá de os corrigir, pela revelação dos seus êrros. Censura-se um favorito do povo, é—se acoimado de instrumento de poder. Censura-se o governo, é-se accusado de facioso.

Mas é preciso, sempre que se exerce um dever não temer os riscos que se correm. Quando ha tumulto ou desordem, em nosso direito, qualquer homem possui algo de juiz”.

Uma das incongruências da democracia, baseada no sufrágio universal, o que alguns povos levam ao exagêro, é a instabilidade real do poder, condição necessária à ordem e ao progresso. Sem governo estável e sufficientemente durável, substituido por eleições frequentes causa, no dizer de Burke, de terríveis desordens, não ha base bastante para um progresso real. Foi o reconhecimento dêsse mal que levou, a Inglaterra, a aumentar o periodo de duração de cada legislatura, dada a “necessidade de conciliar a liberdade com a força externa e a segurança interna”, diz o mencionado politico britânico.

Não apresenta, portanto, a substituição do regime monárquico, deduzido do direito divino pelo democrático, calçado no mito da soberania do povo, um aspecto de solução definitiva do problema politico, seja sob a fórmula republicana, seja sob a de adaptação da monarquia. E’ um regime de transição, para uma fórmula deduzida dos conhecimentos científicos que Augusto Comte, por exemplo já definiu, sem lograr, porém, nenhuma aceitação fora do ciclo dos que aceitam a sua doutrina filosófica sem restrições.

Para Spencer, que opõe negativas ao sistema integral de Comte, nenhum dos inconvenientes que se notam nos sistemas de governo modernos haverá “se êste fosse apenas encarado como um **Comité de administração da sociedade** e não como seu diretor. Sua autoridade que é uma delegação do povo, deve ser exercida dentro da justos limites. As leis que formula só tem valor intangível se forem moralmente sancionadas por derivarem das leis naturais da vida. O direito das maiorias não é absoluto e só prevalece nos termos da delegação recebida e do consenso de todos”. E Spencer justifica seu modo de vêr, lembrando que um governo eleito por uma maioria para determinados fins ou programas, não tem autoridade

de para legislar, fora da matéria da delegação que lhe foi dada. As restrições que Spencer opõe à autoridade dos governos, baseam-se ainda na idéia de que "o político que blasona ter vistas práticas, prevê ainda menos (que os teóricos) as consequências indiretas das providências que adota".

A fórmula democrática, republicana ou não, tendo sido incapaz de obter o consenso universal como solução definitiva para o problema do governo das sociedades humanas dá naturalmente lugar, ao surto, entre as de menor vulto, das duas tendências opostas a que nos referimos no preâmbulo; uma retrograda outra que se diz avançada.

A primeira, agarra-se principalmente ao interesse da ordem que é real, mas insuficiente e se conforma em respeitar o poder estabelecido sem examinar o modo porque é exercido, conforme assinala A. Comte, em seu "Apêlo aos Conservadores". O inconveniente maior desse conservantismo extremo ou de todas as tendências retrogradadas que se opoem ou desconhecem a teoria da evolução, é que um governo assim fundado não poderá obter outro resultado mais do que exercer "une action de désordre et de trouble, sans pouvoir jamais en attandre une modification sensible des opinions". (15)

A segunda, baseando-se no que se chamou o **materialismo histórico**, sistema filosófico que apenas encara como verdadeiramente influentes os fenômenos cósmicos, sem dar valor aos relativos à natureza moral do homem, pretende que a solução definitiva do problema resida num sistema social de propriedade comum e organizado sem a célula familiar como elemento básico da sociedade. Nesse sistema a personalidade individual nada vale, ou vale apenas como cousa pertencente ao Estado.

Criticando essa corrente de opinião, diz Guglielmo Ferrero: (16) "O materialismo histórico é uma falsa interpretação da história do século XIX. Os socialistas que acreditavam tudo explicar, nada compreenderam do estado de cousas, que pretendiam transformar. Daí, os enormes erros que cometeram sempre que exerceram o poder (em França) sós ou em colaboração com outros partidos e daí a dificuldade que tem tido em conservar o poder depois de o haver conquistado". Para esse autor, enquanto que a democracia se esforça por dar aos

(15) — Danton et la Politique Contemporaine — Antonin Dubost — Paris — 1880.

(16) — Pouvoir.

interesses coletivos da sociedade uma solução média, o socialismo pretende substituir a sociedade por outra”.

O que se passa na Rússia, há cerca de 30 anos comprova o acerto desse modo de ver. Em tão largo período, o governo foi forçado a se afastar de sua forma ideológica primitiva e, apesar das concessões que fez, não se pode manter sem opressão. Não suporta nenhuma liberdade de opinião, não admite oposição e se sustenta por uma hipertrófica política. Mas a **fôrça da opinião**, mesmo assim comprimida, tem imposto reformas...

* * *

A vantagem principal que a democracia oferece é garantir a **liberdade**, permitindo de algum modo que todos participem do poder, condição que S. Tomás de Aquino reconhecia ser necessário à boa ordem da nação ou da sociedade.

Mas, para que um governo democrático, seja qual for a nuance nacional que revista, dê os resultados almejados, a condição essencial, como para qualquer outro governo, é que ele seja altamente **moralizado**. De modo algum se justifica que sob o pretexto de garantir a liberdade, se abra a porta e dê caminho livre à imoralidade. “Faut-il — disse um dia Clemenceau quando resistia à pressão de certos politíqueiros, mais preocupados com sua reeleição que com a Pátria — entendre par démocratie les vices de quelques uns mis à portée du plus grand nombre?”

Ela também não exclue a autoridade suprema do governo, garantindo a ordem e impedindo as suas perturbações, por abuso da liberdade e os excessos demagógicos de alguns, em prejuízo do progresso. Não é incompatível com a disciplina, não é ausência de governo, não exclue a subordinação. “Le plus démocrate des imbéciles s'il voyage, accepte volontiers la dictature du mécanicien de la locomotive ou du commandant du paquebot”.

ARMAZEM CENTRAL — CASA FUNDADA EM 1894

Completo sortimento de vinhos, portugueses, franceses, italianos, cognac e champagnes, licores finos, biscoitos e frutas nacionais e estrangeiras.

Entrega-se a domicilio com a máxima presteza

MACHADO & CIA.

Av. 15 de Novembro, 657 -- Tels. 2206 e 3659

A INVASÃO DA EUROPA

OPERAÇÕES NO NOROESTE DA EUROPA, DE 6 DE JUNHO
DE 1944 A 5 DE MAIO DE 1945

Relatório apresentado ao Ministro da Guerra da *Grã-Bretanha*, a 1 de junho de 1946, pelo Marechal de Campo Visconde MONTGOMERY de ALAMEIN, G. C. B., D. S. O. (1).

Publicado no Suplemento de 4 de Setembro de 1946, da "The London Gazette" órgão da Imprensa Oficial Britânica.

Tradução, adaptação e notas (*) do Capitão OCTÁVIO ALVES VELHO, com autorização especial da Embaixada da *Grã-Bretanha* junto ao Governo Brasileiro à "A Defesa Nacional".

INTRODUÇÃO

Cheguei à Inglaterra a 2 de Janeiro de 1944, após deixar o comando do VIII Exército, iniciando imediatamente o estudo minucioso dos planos para o assalto ao Continente: — Operação OVERLORD (2).

O Comando-Chefe da Força Expedicionária Naval Aliada era o Almirante Sir BERTRAM RAMSAY, e o da Força Expedicionária Aérea Aliada o Marechal do Ar Sir TRAFFORD LEIGH-MALLORY. Ninguém fora designado para o cargo de Comandante-Chefe das Forças Terrestres Aliadas, mas o General EISENHOWER (3) decidiu que eu agiria nessa qualidade no assalto e posteriormente, até que o desenrolar dos acontecimentos permitisse o desdobramento completo de um Grupo de Exércitos Americano no Continente (4). Nenhum prazo definido foi fixado para tanto, porém o Quartel General do 12.º Grupo de Exér-

(*) — As notas serão publicadas no final da tradução.

bitos Americano foi constituído em *Londres* e aí preparou-se para assumir o comando dos I e III Exércitos Americanos na ocasião azada. Este Grupo de Exércitos, após organizado, permaneceu sob meu comando operacional até 1 de Setembro, data em que o Comandante Supremo assumiu o controle directo de toda a batalha terrestre.

O assalto era uma operação que requeria um único plano coordenado de acção supervisionado por um único comandante; eu, por conseguinte, tornei-me o comandante de todas as forças terrestres, responsável perante o Comandante Supremo pelo planeamento e execução da parte militar do assalto e pela subsequente conquista da cabeça de praia.

A finalidade inicial da operação OVERLORD consistia em montar e realizar uma acção destinada a assegurar uma cabeça de ponte no Continente da qual se pudesse, mais tarde, desfechar outras operações ofensivas.

As tropas sob meu controle operacional compreendiam:

- O 12.º Grupo de Exércitos, composto do I Exército Canadense (Tenente-General CREER), o II Exército Britânico (Tenente-General DEMPSEY), as Tropas Aero-terrestres Britânicas (Tenente-General BROWNING), e varios contingentes Aliados.
- O I Exército Norte-americano (General OMAR BRADLEY), a que se achavam adidas as 82.ª e 101.ª Divisões Aero-terrestres Americanas.

A IX Força Aérea Americana elaborou seus planos em coordenação com o I Exército Americano, enquanto o II Exército Britânico trabalhou com a II Força Aérea-Táctica da R. A. F.

* *

O PLANO DE MANOBRA

Ideia Geral de Manobra

A intenção era assaltar, simultâneamente, as praias da costa da *Normandia* imediatamente ao N do estuário de *Carentan* e entre este e o *Rio Orne*, com a finalidade de assegurar, como base de partida para futuras operações, uma zona de desdobramento inicial; esta deveria incluir locais para campos de aviação e o porto de *Cherburgo*, e o seu limite esquerdo ou oriental deveria abranger o nó de comunicações de *Caen*.

Uma vez realizado o desembarque e consolidadas as posições, meu plano previa:

- Fintar o inimigo no meu flanco *E* isto é, no sector de *Caen* — e com esta ameaça atrair as suas reservas principais, enfrentá-las e aí fixá-las. Isto seria realizado com os Exércitos Britânico e Canadense.
- Em seguida, lançar-me à ruptura do flanco *W*, empregando o Exército Americano do General BRADLEY e fazendo charneira em *Caen*. Prosseguir na direção do *S* até atingir o *Rio Loire*, e aí inflectir para *E* numa ampla corrida sobre o *Sena* até perto de *Paris*. Assim, seriam cortadas as comunicações de todas as forças inimigas ao *S* do *Sena*, cujas pontes deveriam ser destruídas pela Aeronáutica.

* *

Este plano geral foi por mim enviado aos Oficiais Generais dos Exércitos de operações em *Londres*, a 7 de Abril de 1944. As operações realizaram-se em Junho, Julho e Agosto exactamente de acordo com as previsões; eu marcara *D + 90* como a data de transposição do *Sena* e, na realidade, a primeira tropa a atravessá-lo conseguiu fazê-lo a *D + 75*.

A escolha recaiu nas praias da *Normandia* porque ofereciam melhor abrigo às embarcações e por estarem menos poderosamente defendidas que outras possíveis praias de desembarque ao longo da costa do *Canal* (5). Por outro lado, satisfaziam às exigências mínimas da Força Aérea quanto à distância das bases metropolitanas, para o provimento de cobertura aérea.

A ausência de grandes portos foi sanada pelo gigantesco feito de engenharia que consistiu na construção de dois portos artificiais no *Reino Unido* (6); eles foram rebocados através o *Canal*, fraccionados em secções, e depois instalados, um no sector Norte-americano e outro no Britânico. A despeito dos consideráveis danos causados pelo inaudito temporal de Junho, particularmente o porto montado em *Arromanches* resultou num grande sucesso.

Pode-se dizer que as operações da invasão começaram com a actuação das Forças Aéreas. A primeira fase foi a conquista da superioridade aérea, uma preliminar essencial a qualquer operação ofensiva importante; esta tarefa foi admiravelmente executada. Quando chegou perto do dia *D*, foram atacadas as defesas de costa em toda a extensão da *Muralha do Atlântico*. En-

trementes, durante o período de concentração das forças de invasão, obteve-se o mais absoluto êxito na prevenção contra os reconhecimentos aéreos inimigos, o que contribuiu altamente para a consecução da surpresa táctica. Ao mesmo tempo, intensificaram-se as acções navais e aéreas contra submarinos, lanchas-torpedeiras e caças-submarinos.

* *

O INIMIGO

O Comandante Alemão na *França e Países Baixos* era o Marechal de Campo VON RUNDSTEDT; seu título era Comandante em Chefe de Oeste. Sob suas ordens se achavam dois Grupos de Exércitos: o maior, compreendendo mais de 2/3 das tropas combatentes disponíveis, era o 12.º Grupo de Exércitos, comandado pelo Marechal de Campo ROMMEL, e composto dos VII Exército (*Normandia e Bretanha*), XV Exército (*Passo de Calais e Flandres*), e 88.º Corpo de Exército (*Holanda*).

ROMMEL fora nomeado para este cargo em Fevereiro de 1944, por insistência pessoal de HITLER; era o seu primeiro comando de operações desde que deixara a *Tunisia* cerca de um ano antes.

O outro era o 7.º Grupo de Exércitos, comandado por BLASKOWITZ e abrangendo os I e XIX Exércitos, estacionados respectivamente na costa de *Biscaia* e na *Riviera*.

Havia um terceiro grande comando na *França*, do escalão Grupo de Exércitos, denominado Grupo "Panzer" (7), Ocidental sob as ordens do General SCHWEPPENBURG. Competiam-lhe a administração e o treinamento das formações "panzer", conquanto estas estivessem tãcticamente subordinadas aos Grupos de Exércitos; inicialmente chegara-se a pensar em deixá-las também sob o seu comando operacional, o que não se concretizou. Este sistema deu lugar, posteriormente, a certa confusão no emprego dos blindados pelo inimigo.

Estes Grupos de Exércitos no dia D totalizavam 60 Divisões, ou cerca de 1/4 da força combatente do Exército Alemão. Seu potencial fora conservado, e mesmo aumentado, desde fins de 1943, na previsão da 2.ª Frente e maugrado as perdas sofridas na *Rússia* e na *Itália*. A única tropa que abandonou o teatro de operações em 1944 foi um Corpo de Exército "S. S." (9) enviado para a *Rússia* em Abril, mas que regressou à *Normandia* dali a dois meses.

O valor das Divisões alemãs no Teatro Ocidental era muito variável. O material, treinamento e moral das Divisões "S. S." e "Panzer" era do mais alto grau; quanto às Divisões de Infantaria iam desde as da defesa fixa de costa, de baixo padrão, até as perfeitamente organizadas do tipo normal.

Havia varios anos os Alemães vinham aperfeiçoando a organização defensiva conhecida genêricamente como *Muralha do Atlântico*. O inimigo presumia que um invasor desejaria assegurar-se a posse de um porto qualquer, logo no assalto inicial ou o mais breve possível, de sorte a poder desembarcar os materiais mais pesados e a estabelecer sua manutenção e seu reaprovisionamento. Por conseguinte, foi atribuída às áreas portuárias a prioridade n.º 1 para a defesa, e em 1944 elas haviam-se tornado virtualmente inexpugnáveis face a um ataque marítimo. Depois dos portos, as atenções volveram-se para o *Passo de Calais*, que balizava o trecho mais estreito do *Canal* e era considerado a região que mais probabilidades oferecia de ser por nós preferida para o ataque. Nas demais partes a defesa apresentava-se com menor desenvolvimento, pois até os princípios de 1944 o inimigo não dispusera de recursos ou transportes para fortificar uniformemente todo o litoral. Desde Março de 1944, todavia, houve um recrudescimento mais acentuado nos trabalhos da *Normandia*, como consequência imediata de uma viagem de inspeção feita por ROMMEL.

A defesa de costa da *Baía do Sena* baseava-se em um sistema defensivo linear, constituído em pontos fortes guarnecidos sobretudo por tropas da defesa fixa de costa, de valor reduzido. As posições de bateria e as localidades eram protegidas com concreto e blindagem contra os ataques aéreos e o bombardeio naval; para reforçar o dispositivo recorreu-se amplamente à utilização de campos de minas, redes de arame e outros obstáculos. Inundaram-se em grandes extensões as zonas baixas do litoral, mórmente os terrenos alagadiços em torno do estuário de *Ca-arentan*. As muralhas já existentes ao longo do mar foram reforçadas e prolongadas para o interior a fim de formar obstáculos anti-carro logo em seguida às praias, que, por sua vez, foram abundantemente minadas. Nas praias, e até distâncias variáveis para dentro do mar, havia séries de obstáculos submarinos, abaixo do nível da preamar, destinados a deter e imobilizar os engenhos de desembarque e a destruí-los ou inutilizá-los por meio de cargas explosivas instaladas em cada obstáculo. Os tipos de obstáculos submarinos compreendiam: — "Elemento C" (9) com "Tellermines" (10) na face anterior; obstáculo de madeira em

forma de rampa com "Tellermines" no topo desta; abatisses com "Tellermines"; ouriços e tetraedros de aço.

A artilharia da defesa inimiga compunha-se de artilharia de costa longa e artilharia de campanha. A primeira estava bem avançada, batendo em particular as entradas de *Cherburgo*, do estuário de *Carentan* e do *Sena*. Baterias pesadas localizadas na região de *Cherburgo* e em torno do *Havre*, quase recobriam suas trajetórias em alcance, e ofereciam o mais sério perigo à aproximação de todos os navios de maior porte das zonas de reunião nas praias da *Normandia*. Atrás da artilharia de costa, a umas 2 ou 3 milhas do litoral, estavam as unidades leves e médias das A D dos respectivos sectores de costa; sua missão era fazer tiro directo sobre as embarcações que se aproximassem das praias e sobre estas. Ao todo havia umas 32 posições de bateria em condições de actuar contra a região das praias escolhidas para o assalto.

Após a inspecção de ROMMEL foi acelerada a construção de obstáculos submarinos, e estes foram prolongados mais para o interior do mar, sempre abaixo do nível da preamar; o número de baterias de costa foi aumentado; tomou maior impulso a construção de casamatas e abrigos enterrados; as inundações foram ampliadas. Começaram a surgir em nossas fotografias aéreas, obstáculos contra desembarques aéreos colocados nas melhores zonas de lançamento (11) e aterragem; eles consistiam de varas e estacas verticais, algumas vezes providas de armadilhas (12).

* *

ROMMEL e VON RUNDSTEDT não estavam de acordo quanto à maneira pela qual as forças invasoras deveriam ser combatidas.

ROMMEL, que não era estrategista, optava por um plano para repelir totalmente os invasores ainda nas praias; sua ideia era deter as forças adversárias na região imediata às praias, concentrando um grande volume de fogo nestas e no mar junto delas. Ele batia-se pelo adensamento das defesas costeiras e pela localização de todas as reservas disponíveis próximo ao litoral.

VON RUNDSTEDT, pelo contrário, preferia o plano da "crosta — almofada — martelo". Isto implicava em uma "crosta" de infantaria guarnecendo o litoral, com uma "almofada" de Divisões de Infantaria, como reserva táctica, mais à reta-

guarda, e um "martelo" de forças blindadas, como reserva estratégica, mais para o interior. A "almofada" estava consignada a missão de conter as forças inimigas que penetrassem através a "crosta", e o "martelo" ficava disponível para lançar contra-ataques decisivos consoante as necessidades.

Esta diversidade de concepções deu lugar a uma contradição: as reservas blindadas estavam, de um modo geral, bem para a retaguarda, enquanto a maior parte das Divisões de Infantaria ficou reforçando a "crosta". Daí resultou que, no momento oportuno, as Divisões "Panzer" viram-se forçadas a engajar-se prematuramente, ficando depois incapazes de se concentrarem para desencadear uma acção de força coordenada antes que fosse tarde de mais.

No sector NEPTUNO (13) soube-se com antecedência que a guarnição inimiga consistia de 3 Divisões de Defesa de Costa apoiadas por 4 Divisões da Reserva, uma das quais era do tipo "Panzer". Nas últimas semanas anteriores ao dia D, entretanto, houve indicações de que estava ocorrendo alguma redistribuição das forças inimigas na *França*, mas na ocasião do ataque constatou-se que a nossa impressão sobre a resistência inimiga estava realmente certa.

A estimativa sobre as organizações do adversário e sobre a evolução provável de sua estratégia defensiva foi constantemente revista durante o período de planeamento. A rapidez de concentração das reservas inimigas dependeria grandemente do sucesso de nossas operações aéreas destinadas a reduzir sua mobilidade, bem como dos resultados das actividades de sabotagem da organização da Resistência Francesa. Os acontecimentos evidenciaram que o êxito alcançado superou de muito as expectativas. Nesta fase do planeamento calculou-se que o inimigo poderia concentrar mais de vinte Divisões (inclusive oito Divisões "Panzer") na região da *Normandia* até o dia D + 6, o que contrariava as previsões anteriores de doze Divisões. Até D + 20, nas piores condições para nós, poderíamos temer a oposição de umas vinte e cinco a trinta Divisões, das quais nove ou dez seriam do tipo blindado. Era necessário contar desde logo com a possibilidade do inimigo ter em acção mais de cinquenta Divisões a D + 60.

* *

Era nossa impressão que os Alemães poderiam ser alertados na área NEPTUNO ainda na noite de D-1 quando as nossas forças de desembarque se aproximassem da costa da *Normandia*,

e que até o fim do dia D poderiam concluir que a OVERLORD era uma importante acção de força. De acordo com a sua prevista política de bater-nos nas praias, era provável que o adversário convoca-se as Divisões blindadas e motorizadas mais próximas para se nos oporem, e que desde as primeiras acções deveríamos enfrentar contra-ataques destinados a jogar-nos sobre o mar. Caso falhasse neste propósito, imaginávamos que o inimigo concentraria suas forças para contra-ataques preparados de maior vulto em regiões seleccionadas; isto poderia ocorrer a D + 4 ou D + 5, porquanto avaliava-se que ele podia ter contra nós umas seis Divisões "Panzer". A D + 8, era razoável supor que, não tendo logrado desalojar-nos das praias, o adversário começaria a adoptar a tática de espera, para cercar nossas forças e impedir a ampliação da cabeça de ponte. Para isto, ele necessitaria trazer infantaria em condições de substituir suas formações blindadas, que seriam então concentradas para uma contra-ofensiva de grande envergadura. Era de se esperar, pois, que houvesse uma concentração inicial de Divisões blindadas e motorizadas contra a cabeça de ponte, seguida da chegada de unidades de infantaria.

* *

Nas estimativas da 2.^a Secção, de Abril e Maio, surgiram factos animadores. Enquanto que em Janeiro de 1944 se julgara que, dois meses após o desencadeamento da operação OVERLORD, o inimigo estaria apto a trazer 15 Divisões de outros teatros para o da *Europa Ocidental*, já em Abril essa estimativa reduzia a 6 Divisões: — isso devido às vantagens crescentes das forças Soviéticas na Frente Oriental e aos acontecimentos na *Itália*.

Realmente, no dia D os Aliados já haviam capturado Roma e as forças de KESSELRING se achavam em retirada na *Itália*, enquanto a *Rússia* e a *Crimeia* tinham sido evacuadas pelos Alemães que então prediziam, com indisfarçável nervosismo, uma ofensiva geral dos Russos. Identificações feitas na *Frente Oriental* e na *Itália*, e recebidas no período imediatamente anterior ao dia D, patenteavam, de forma cada vez mais encorajadora, a absorção dos blindados Alemães pelas outras frentes que não a nossa.

* *

O TERRENO

As inundações praticadas atrás da região das praias por nós escolhidas, e particularmente no sector de *Varreville*, na base

da península de *Cotentin*, criaram um grave problema ao exigir a construção de saídas adequadas das praias para o interior. No sector citado, era da máxima importância para nós a posse das estradas através das zonas inundadas, se quizéssemos evitar sermos empalados por forças relativamente inferiores na estreita faixa praieira. No sector *Vieville — Caen* as saídas da praia convergiam para as pequenas cidades costeiras que se achavam defendidas e largamente bloqueadas, o que demandaria de nossas tropas de assalto uma limpeza apressada. O conjunto de canais de irrigação, inundações e pântanos, atrás do estuário do *Carentan*, era vasto, e havia poucas estradas utilizáveis através essas barreiras; a conquista de tais estradas, intactas, era de extrema importância.

O terreno logo em seguida às praias, de um modo geral favorecia a defesa e era absolutamente impróprio ao emprego das forças blindadas.

Exceptuando a planície aberta e ondulada a *SE* de *Caen*, o revestimento da região, até umas 40 milhas para o interior, era constituído pelo chamado "bocage" — pastio dividido por sebes muito altas, ribanceiras e fossos em inúmeros e minúsculos campos e prados. Em tais condições, a observação era acentuadamente limitada e o movimento através campo bastante precário, não apenas para as viaturas de rodas, como frequentemente para os próprios carros de combate. Por outro lado, era um terreno ideal para a Infantaria; havia excelentes cobertas para atiradores e para patrulhas, ao mesmo passo que as posições defensivas organizadas nas ribanceiras ficavam bem protegidas contra carros e artilharia.

As montanhas da *Normandia* corriam de *SE* para *NW* através a frente de ataque, numa profundidade de mais de 25 milhas para o interior. O terreno era em certas partes cortado e irregular, com elevações íngremes e vales estreitos. O ponto culminante da cadeia do norte era o *Monte Pinçon*, a umas 18 milhas (14) a *SE* de *Caen*.

* *

OPERAÇÕES PRELIMINARES

Na mais lata e estratégica aceção, a preparação para o assalto ao Noroeste da *Europa* começou, no ar e no mar, muitos meses antes do dia D.

Vencer a *Batalha do Atlântico* era uma premissa indispensável para permitir a passagem do imenso volume de pessoal e

material da *América* (15) e do *Canadá* para a frente de batalha. A ofensiva aérea estratégica contra a *Alemanha*, outrossim, foi de vital importância por seus efeitos no quadro geral da guerra, estrangulando toda a estrutura económica do país.

Uma preliminar essencial ao assalto era a redução da Força Alemã no grau requerido para garantir-nos o domínio do ar sobre nossas forças de desembarque no *Canal* e sobre as praias no litoral atacado. A segunda necessidade, para o Exército, vinha a ser a interdição das comunicações rodó e ferroviárias, com o objetivo de retardar o deslocamento para a batalha das reservas e reaprovisionamentos do inimigo. Era desejável, ainda, atrair a atenção do adversário para outras regiões que não o sector escolhido para o assalto, e, depois, preparar o caminho para nossa operação de desembarque por meio de ataques aéreos, antes do dia D, contra as defesas e instalações da costa. Outras missões preliminares da Aeronáutica, de interesse directo para o Exército, eram as de reconhecimento aéreo de uma enorme zona, bem como as de defesa contra o reconhecimento aéreo do inimigo sobre nossos centros de concentração e embarque.

Tão magnificamente foram levadas a termo tais tarefas pelas Forças Aéreas que desfrutamos de imunidade contra o reconhecimento aéreo inimigo durante o período vital — factor de importância transcendente para a obtenção da surpresa táctica em nossa operação de assalto. E, ainda mais, houve apenas um ou dois ataques da Força Aérea Alemã contra o escalão de assalto durante a travessia marítima e nas praias no decorrer do dia D.

A interdição das comunicações ferroviárias resultou de um plano minucioso de destruição do equipamento de serviço e de manutenção essencial ao funcionamento das ferrovias na *França setentrional e ocidental*, nos *Países Baixos* e na *Alemanha*. Em plena execução a D-60, o programa incluiu ataques cada vez mais próximos do sector NEPTUNO à proporção que o tempo passava, e a consequência foi uma notável redução de locomotivas e material rodante, oficinas de reparação e carvão, numa extensa área, enquanto 74 pontes e túneis, nas estradas que se dirigiam para o campo de batalha, ficaram intransponíveis no dia D. A 7 de Junho os relatórios demonstraram que todas as pontes ferroviárias sobre o *Sena*, entre *Paris* e o mar, estavam intransitáveis, assim como uma das do baixo curso do *Loire*. Também foram atacadas pontes rodoviárias com os melhores resultados; as 13 pontes entre *Paris* e o *Canal* e as 5 principais entre *Orléans* e *Nantes* foram destruídas ou danificadas.

Os ataques às baterias da defesa de costa na área NEPTUNO, que precederam o dia D, foram efectuados dentro de um plano geral de acção contra toda a extensão da costa de desembarque, de maneira a confundir o inimigo sobre nossas intenções. Estas operações atrasaram a construção de abrigos enterados para as baterias primárias encarregadas da defesa da *Baía do Sena*, e, ao mesmo tempo, serviram para consolidar as suspeitas do adversário de que era nossa intenção desencadear o assalto ao *Passo de Calais*, a cavaleiro do *Cabo Gris Nez*: esta, aliás, foi uma das cogitações que mais pesaram em nosso planeamento.

As operações navais preliminares abarcavam o vasculhamento do mar particularmente contra submarinos, caças-submarinos e lanchas torpedeiras, bem como o lançamento de minas tendo em vista fornecer protecção à travessia do *Canal*.

* *

O ASSALTO

Meu plano de assalto, aprovado pelo Comandante Supremo, previa o desembarque simultâneo de oito brigadas de assalto (16) equivalentes, das quais três eram Brigadas Britânicas, duas Brigadas Canadenses e três Grupamentos tácticos Americanos. Dois batalhões de "Rangers" (16) Americanos e fracções de duas Brigadas de "Commandos" (16) Britânicas foram reunidos às brigadas de assalto. Os Americanos atacaram no flanco direito porque desejavam receber pessoal e material directamente do *Atlântico*.

Empregaram-se forças aero-terrestres em ambos os flancos. À direita, as 82.^a e 101.^a Divisões Aero-terrestres Americanas lançaram-se na base da *península de Cotentin* para auxiliar na conquista das praias e no isolamento de *Cherburgo*. A 6.^a Divisão Aero-terrestre Britânica coube a missão de assenhorear-se das passagens do *Canal de Caen* e operar em nossa extrema esquerda.

O I Exército Americano devia atacar a cavaleiro do estuário do *Carentan* com um grupamento táctico regimental entre *Varreville* e o estuário [praia de *Utah* (17)] e dois grupamentos idênticos entre *Vierville* e *Colleville* [praia de *Omaha* (17)]. Sua missão inicial era: — Capturar *Cherburgo* o mais rapidamente possível e lançar-se para o S na direcção de *St. Lô*, em progressão coordenada com a do II Exército Britânico.

O ataque do II Exército Britânico devia ser executado com cinco brigadas, entre *Asnelles* e *Ouisterham* [praías *Gold*, *Junco* e *Sword* (17)], com a missão inicial de alargar a cabeça de ponte para o S da linha *St. Lô-Caen* e *SE de Caen*, de modo a conquistar regiões favoráveis ao estabelecimento de campos de aviação e a proteger o flanco *E* do I Exército Americano enquanto este estivesse empenhado na conquista de *Cherburgo*.

Durante a noite de D-1|D, enquanto as forças navais de assalto realizavam a travessia marítima, o programa de acção aérea intensiva contra as defesas inimigas devia começar com as operações do Comando de Bombardeio, ao mesmo tempo em que seriam lançadas as forças aero-terrestres nos flancos da zona de ataque. À hora H, apoiada pelo bombardeio naval e pela actuação da aeronáutica bem como por canhões, lança-foguetões e morteiros das embarcações de apoio imediato, a primeira vaga deveria desembarcar e forçar a passagem para o interior.

O efectivo total transportado na primeira viagem pelas forças navais de assalto ascendia a 130 000 homens e 20 000 veículos, a serem desembarcados todos nos três primeiros tempos da operação. Além das oito brigadas de assalto e dos grupamentos tácticos regimentais — elementos fundamentais — era necessária para o assalto uma imensa gama de tropas, abrangendo engenharia de assalto, carros de combate anfíbios e outros elementos independentes variáveis de uma praia para outra, de acordo com o respectivo "menu" (isto é, a composição do escalão de assalto) escolhido pelas unidades subordinadas.

Foi concedida prioridade de saídas aéreas às forças aero-terrestres Americanas a quem cabiam as missões vitais de manter a posse as saídas da praia e facilitar o desembocar da praia de *Utah*. Os grossos das 82.^a e 101.^a Divisões Aero-terrestres Americanas deviam aterrar na região geral de *Ste. Mère Église* na noite de D-1|D, a última para auxiliar o assalto por mar ao sector de *Utah* e a primeira para cobrir o flanco e impedir o deslocamento de reservas inimigas para o interior da península de *Cotentin*. As saídas restantes foram creditadas ao II Exército Britânico, em favor da 6.^a Divisão Aero-terrestre (menos 1 Brigada), que devia aterrar antes da hora H a *E* de *Caen*, com os encargos de manter as passagens sobre o *Orne* em *Bénouville* e *Ranville*, e, em coordenação com as tropas de "Commandos", dominar a região a *E* de *Caen*, de forma a retardar o deslocamento de forças do adversário para além da cidade.

As unidades de "Rangers" Americanas deviam desembarcar com o escalão de ataque na parte ocidental da praia de *Omaha*,

e sua missão era atacar as defesas inimigas da margem *E* do estuário de *Carentan*. Uma Brigada Britânica de dois "Commandos" devia estabelecer a ligação entre as forças engajadas nos sectores *Juno* e *Sword*. Uma segunda Brigada de "Commandos" desembarcaria atrás da Divisão de 1.º escalão no sector *Sword*, e ao mesmo passo que um "Commando" se ocupasse com *Ouis-treham*, o restante da brigada transporta o *Orne* em *Bénouville* e atacaria as defesas de costa do inimigo, rio acima, até *Cabourg* inclusive.

* *

A TÉCNICA DO ASSALTO

Um estudo prolongado e numerosas experiências foram dedicados ao aperfeiçoamento da técnica de assalto a uma praia defendida. Como resultado, no dia D dispunha-se de um sem-número de tipos de material bélico especializado, entre os quais contavam-se: — carros de combate para a engenharia de assalto, pontes transportadas sobre os carros de combate para a transposição de fossos anti-carros, carros lança-esteira para cobrir com esta os trechos de areia muito solta nas praias, carros-rampa sobre os quais os outros veículos poderiam escalar as muralhas do litoral, carros-mangual com um dispositivo de correntes destinadas a malhar o solo e fazer detonar as minas, carros de assalto anfíbios. Estes engenhos faziam parte dos grupamentos especializados de assalto que integravam a primeira vaga do primeiro escalão.

Já houve referência, linhas atrás, ao desenvolvimento dado aos obstáculos submarinos na costa atacada, e foi imperioso incluir no escalão de assalto algumas turmas de sapadores e unidades navais treinadas na limpeza deste tipo de obstrução (18). Estes obstáculos também influíram na decisão, na parte relativa às condições de maré necessárias ao início do ataque, pois não era possível realizar uma limpeza efectiva enquanto eles permanecessem encobertos pelas águas da preamar.

O PLANO DE FOGOS COMBINADO (19)

A finalidade do Plano de Fogos Combinado era distribuir as missões pelos meios das três Forças Armadas, de maneira a auxiliar o Exército a conseguir firmar-se em terra. As necessidades primordiais consistiam em destruir ou neutralizar as baterias de costa inimigas capazes de interferir na aproximação

dos comboios navais ou a fazer tiro directo sobre os ancoradouros, neutralizar os pontos fortes inimigos e localidades defendidas situados fora do sistema da defesa immediata das nossas praias de assalto. Ficou dito acima que os ataques aéreos preliminares seriam lançados contra as baterias da defesa de costa inimiga nas operações preliminares antes do dia D.

O Plano de Fogos propriamente dito devia começar a partir da noite immediatamente anterior ao assalto, quando os bombardeiros pesados do Comando de Bombardeio atacariam em grande escala as dez baterias mais importantes; esta acção deveria ser feita tão tardiamente quanto o permitissem as possibilidades dos aviões regressarem à Inglaterra ainda com dia. Seguindo-se às actividades do Comando de Bombardeio, estavam previstos ataques com bombardeiros médios, utilizando dispositivos especiais de navegação, contra seis outros objectivos da defesa de costa; esta fase devia começar na hora do crepúsculo civil, mais ou menos ao mesmo tempo que teria início o bombardeio naval dirigido por aviões de observação, e culminaria com o fogo de apoio immediato das embarcações de assalto dotadas de varios tipos de armamento. Cerca de H-30 (*) os bombardeiros pesados da VIII Força Aérea Americana, e bombardeiros médios da IX Força Aérea Americana, deviam desencadear a intervenção contra a artilharia da defesa de costa, defesas de praias e localidades.

Nas forças navais de assalto estavam incluídos: — uma modalidade de embarcação especialmente equipada, transportando canhões de 4"7 (120mm.), morteiros de 4" (101,6mm.) e lança-foguetões conjugados de 5" (127mm.); carros de combate Centauro dotados de obuseiros de 75mm; canhões anti-carro de 17 libras (20); e ainda canhões de campanha comuns, auto-propulsados, das A D de ataque, que deviam ser transportados nos pranchões de desembarque de carros de combate e empregados como meios orgânicos de fogo dos RI.

O Plano de Fogos visava levar o apoio de fogos num terrível "crescendo" que atingisse o auge tão próximo quanto possível do momento em que a primeira vaga poria o pé na praia, de forma a dar um mínimo de tempo para que os defensores se pudessem refazer antes de ser assaltados. O bombardeio aéreo pesado estava programado de maneira a bater toda a frente das praias até H-10, e a partir desta hora caças e caças-bombardeiros

(*) — No dia D a hora H escolhida, em definitivo variou entre 0630 para a Força Operativa de Oeste e 0745 para os sectores de Este.

tomariam a seu cargo a ofensiva aérea e, particularmente, a tarefa de neutralização das baterias de campanha inimigas localizadas mais para o interior. Verdadeiros tentáculos de apoio aéreo deveriam acompanhar as tropas atacantes, e Grupos de caças-bombardeiros ficariam em condições de atender aos pedidos de apoio imediato; enquanto isso, os bombardeiros médios e pesados regressariam às bases para se reabastecerem e remunicia-rem, prontos para missões ulteriores. Nada menos de 171 Esquadrões de caça Aliados deviam ser empregados na fase de ataque geral, e, de facto, as Forças Aéreas Aliadas fizeram 11 000 saídas no dia D.

* *

APOIO IMEDIATO AÉREO

A organização combinada do Exército e Forças Aéreas, para o apoio imediato aéreo torna-se um complexo maquinismo nas operações anfíbias de grande vulto. Impôs-se a adopção de medidas especiais para o período crítico anterior àquele em que os Quartéis Gerais e Estados-Maiores de controle do Exército e das Forças Aéreas, instalados nas praias distantes, dirigissem as formações aéreas vindas de além-mar.

Para o assalto, o problema complicou-se com a localização do Quartel General das Forças Aéreas Táticas Aliadas em *Uxbridge*, enquanto os Quartéis Gerais da Esquadra e do Grupo de Exércitos permaneciam em *Portsmouth* durante o mesmo. Foi mister, por isso, instalar o elemento terrestre do Controle do Apoio Aéreo em *Uxbridge*, junto com um estado-maior especial de informações encarregado de suprir o Estado-Maior da Aeronáutica de informações relativas ao andamento da batalha. O Estado-Maior Anglo-Americano do Exército, em *Uxbridge*, era controlado pelo meu Quartel General principal de *Portsmouth*, e lidava com os assuntos pertinentes ao apoio imediato aéreo por meio de directrizes gerais que precisavam o plano de operações terrestres e as prioridades para o emprêgo do apoio imediato aéreo disponível. Tendo em vista as condições da fase inicial das operações anfíbias, era imprescindível deslocar o foco do controle das operações combinadas do Exército e Forças Aéreas para o escalão Grupo de Exércitos; isso devido à centralização necessária às Forças Aéreas e também porque o centro de controle que seria normal (Quartel General de Exército) não tinha um escalão correspondente nas Forças Aéreas nem tampouco unidades aéreas com que se pudesse ligar.

Todas as brigadas de assalto foram dotadas de "tentáculos" especiais para o ataque, que lhes deviam fornecer os meios para atender aos pedidos de apoio aéreo durante o desembarque dos destacamentos normais. Estes "tentáculos" trabalhavam até *Uzbridge*, sendo que na mesma rede de serviço estavam incluídos os navios-QG de Divisões e Corpos de Exército, bem como os Quartéis Gerais de Exércitos e Grupo de Exércitos. Os Quartéis Gerais de Exército deviam examinar os pedidos de apoio, mas a responsabilidade de seu encaminhamento às Forças Aéreas Tácticas cabia ao destacamento do Grupo de Exércitos em *Uzbridge*.

A fim de fornecer meios para atender imediatamente aos pedidos eventuais de auxílio aéreo, durante o assalto, alguns Grupos ficaram em permanência no ar, ao alcance do rádio dos navios-Q G de Divisões.

Quanto aos pedidos de apoio aéreo previsto, durante a fase do assalto, eram coordenados no Quartel General principal do Grupo de Exércitos e retransmitidos às Forças Aéreas através do estado-maior de *Uzbridge*. Este tratava igualmente da coordenação das linhas de segurança de bombardeio, mantendo todos os interessados constantemente informados a respeito.

* *

A CONCENTRAÇÃO

Os princípios gerais nos quais se baseou a concentração de nossas forças e material foram: — 1.º — A colocação do maior número possível de unidades de combate, no Continente, nos cinco primeiros dias. 2.º — A introdução, o mais breve possível, no sistema de concentração, do máximo grau de flexibilidade capaz de permitir modificações na prioridade de tropas, serviços, escalões, transportes e materiais, segundo as exigências da situação.

Tudo foi organizado para que, no fim do dia D e incluindo as forças aero-terrestres, os Aliados tivessem oito Divisões em terra, junto com os "Commandos", batalhões de "Rangers" e uns quatorze regimentos de Carros. A D + 6, o total das forças ascenderia a umas 13 Divisões, excluindo as unidades aero-terrestres, com cinco Brigadas blindadas Britânicas e um número proporcional de unidades de carros Americanas. Precisava-se de vinte e três a vinte e quatro Divisões na *Normandia* a D + 20.

Era difícil estabelecer uma comparação com a força estimada do adversário. Algumas tipos de suas Divisões eram organi-

zados com efectivos bem inferiores aos das nossas; outras estavam em pleno curso de transformação de unidades de instrução em combatentes, e eram sabidamente mal equipadas. Além disso, nossa própria organização continha uma proporção considerável de unidades combatentes classificadas como corpos de tropa e que, entretanto, não figuravam nas cifras do quadro de organização.

Os quadros de efectivos de uma concentração planejada são inevitavelmente suspeitos; era impossível prejudicar da acção retardadora de nossa ofensiva aérea sobre a concentração do inimigo. Em nossas estimativas, o efeito das condições meteorológicas sobre os deslocamentos através o Canal e as praias, aparecia como um imponderável de primeira grandeza.

Para tornar flexível nossa concentração, foi organizado um estado-maior combinado a que se deu o nome de "Controle da [BUCO (21)]. Resultado da experiência no *Mediterrâneo*, ele foi formado para organizar o carregamento e a expedição de navios e embarcações dos portos na *Grã-Bretanha*, e em o órgão por meio do qual se operavam as modificações nas prioridades.

E' interessante notar que, com o fito de distribuir a força de ataque pelos navios e embarcações disponíveis, as Divisões Britânicas tiveram seu número de veículos limitado a 1450 na primeira viagem, cabendo às Brigadas Blindadas apenas 320. Nenhuma unidade devia receber dotação superior a 75% de seus efectivos de guerra antes de D + 14. Limitações análogas foram impostas às unidades Americanas.

* *

EVOLUÇÃO PLANEJADA DAS OPERAÇÕES

Uma vez as tropas em terra, ser-lhes-ia preciso "espalhar-se"; a necessidade de conservação da energia e impulsão era soberana, porquanto impunha-se unir as nossas cabeças de praia e penetrar rapidamente pelo território inimigo antes que a sua resistência se cristalizasse. Ordenei às unidades de primeiro escalão para que ultrapassassem os centros de resistência principais do adversário de modo a "deitar as unhas" bem para o interior. Frizei aos comandantes de todos os escalões que seriam exigidas qualidades firmes de chefe para sustentar o choque dos cinco primeiros dias, conservando a iniciativa e impedindo qualquer recuo.

Durante o planeamento de uma operação de vulto, é costume fornecer uma estimativa da evolução das operações, para orientação dos comandantes subordinados e seus estados-maiores. Tal estimativa apresenta-se normalmente sob o aspecto de uma série de "linhas de fase" desenhadas numa carta de operações, indicando as posições a serem atingidas pelas tropas do primeiro escalão com intervalos de alguns dias. Eu não estava muito satisfeito com as linhas de fase fixadas, porque, em uma operação da magnitude da OVERLORD, os factores imponderáveis tornam tal previsão excessivamente académica. Conquanto tivesse em mente a necessidade de atingir o *Sena* e o *Loire* a D + 90, qualquer impressão sobre a marcha dos acontecimentos nesse momento não podia ter, eu o sentia, nenhum cunho de realidade.

As previsões eram particularmente dificultadas por duas exigências principais e contraditórias. De um lado, o plano estratégico de conjunto preconizava a ruptura no flanco W, fazendo charneira da frente na região de *Caen*, onde o grosso das reservas inimigas deveria engajar-se. Por outro lado, as Forças Aéreas insistiam na importância de capturar rapidamente o esplêndido terreno para campo de aviação a SE de *Caen*. Embora jamais houvesse falhado em minhas operações anteriores por empenhar meu máximo esforço para satisfazer as necessidades das Forças Aéreas, ao planejar estas operações verifiquei que a necessidade primordial era ganhar terreno a oeste. Por esta razão, embora aceitando uma estimativa sobre a conquista do terreno descampado além de *Caen*, dentro de um prazo relativamente curto após o desembarque, precisei frizar que a progressão nesse sector dependeria do evoluir satisfatório do plano estratégico geral.

* *

SERVIÇOS

O problema de Serviços com que se defrontavam as forças Britânicas era essencialmente diferente do dos Americanos. O plano de operação acarretava o desenvolvimento extremamente rápido das linhas de comunicação à retaguarda das forças Americanas, e as necessidades dos Serviços exigiam grandemente a abertura de ferrovias e rodovias a partir de *Cherburgo* e dos portos da *Bretanha*. Não havia problema semelhante previsto no flanco Britânico.

O factor restritivo da concentração das tropas combatentes, mostrava-se igualmente como a medida segundo a qual os recur-

sos de manutenção (22) poderiam ser desembarcados. O problema, por conseguinte, estava em elevar ao máximo grau a capacidade das praias. Considerando que não haveria recursos portuários de espécie alguma até que *Cherburgo* fosse ocupado e reaberto, e que em qualquer caso esse porto não poderia dar vazão a mais do que uma parte do serviço, ideou-se construir dois ancoradouros artificiais, juntamente com um certo número de quebra-mares, na *Baía do Sena*. Os elementos componentes de tais ancoradouros artificiais seriam rebocados através o *Canal* por passagens especiais abertas nos campos de minas; embora se estimasse o tempo necessário para sua construção em 14 a 42 dias, providenciou-se para que, tanto quanto possível, se utilizasse o abrigo fornecido pelos quebra-mares exteriores logo que estes estivessem prontos. Os quebra-mares complementares seriam formados pelo afundamento de 60 navios cheios de pedras e cimento, grupados por 12, em pontos convenientes ao longo do litoral.

As forças Britânicas deveriam ter sua manutenção organizada nas praias até que um número suficiente de portos fosse capturado e posto em funcionamento, e presumiu-se que isso poderia ocorrer quando se abrissem os portos do *Sena*. No sector Americano estabeleceram-se planos para abrir *Cherburgo* e subsequentemente os portos principais da península da *Bretanha*, e isso iria reduzindo progressivamente a necessidade do serviço nas praias.

Foram criadas organizações especiais para agir nas praias Britânicas, compreendendo "Beach Bricks" (23), Grupos de Praia e Sub-zonas de Praia. Estas unidades e comandos especiais foram constituídos num sistema combinado e compreendiam destacamentos de várias armas. Destarte, cada praia foi explorada por uma organização própria.

Projetou-se organizar a manutenção do II Exército Britânico nos cinco primeiros dias por meio das Zonas de Manutenção de Praia, e posteriormente empregando duas terminais rodoviárias, uma das quais devia depois ser entregue ao I Exército Canadense; tão cedo as condições o permitissem deveria ser estabelecida uma Zona de Manutenção da Retaguarda. Devido aos estragos produzidos pelo nosso próprio bombardeio, foi considerado necessário não contar com as ferrovias durante os três primeiros meses da operação; as linhas de comunicação, durante este tempo, deveriam ser inteiramente rodoviárias.

O planeamento dos Serviços para a operação baseou-se na expectativa de condições meteorológicas razoáveis durante Ju-

lho e Agosto. Deu-se algum desconto ao planejar o ritmo da concentração dos Serviços, tendo em vista os dias em que as praias trabalhariam com baixo rendimento. De qualquer forma, porém, tinha-se sempre que correr o risco de uma mudança séria ou prolongada no tempo, particularmente durante os dois primeiros meses, o que teria graves repercussões sobre a manutenção da tropa e, por conseguinte, em suas possibilidades táticas.

* *

ASSUNTOS CIVIS

Inicialmente o planejamento relativo aos assuntos civis teve como objectivos:

- Assegurar que a população civil não impedisse os movimentos das tropas;
- Preparar a organização do trabalho e dos transportes locais;
- Preparar o controle e a exploração dos recursos locais;
- Prover a substituição dos funcionários públicos locais que não fossem julgados aproveitáveis.

Desde logo se previu a existência de um grande número de refugiados e feridos civis, e destacamentos mistos especiais do pessoal de Assuntos Cíveis foram organizados em condições de cuidar do problema. Ao mesmo passo, providenciaram-se alimentos e medicamentos para os habitantes da cabeça de ponte a partir de D + 1.

(Continúa)

No próximo número:

- *A Batalha da Normandia*
- *O avanço através o Passo de Calais até Antuérpia e o Reno.*

A LUZITANIA

CALÇADOS DE TODAS
— AS QUALIDADES —

Couros e miudezas, Arreios, sapateiros e automóveis. Malas para viagem. Sortimento completo para Sapateiro e Correio. Calçados sob medida. Vendas por atacado e a varejo.

José de Sá Ramos

Av. 15 de Novembro, 822 — Tel. 3294

PETRÓPOLIS — Estado do Rio

A HISTORIA MILITAR E A PREPARAÇÃO PROFISSIONAL DO OFICIAL

II --- ONDE, O QÕE E COMO ENSINAR A HISTORIA MILITAR

Major OSMAR EMIR CHAVES

Inst. Adj. da E. E. M.

Como tivemos oportunidade de fazer no artigo anterior, quando situamos a História Militar na formação profissional do Oficial, tentaremos agora fazê-lo quanto ao objetivo do ensino desta disciplina nos diferentes cursos da formação do oficial e do Chefe, dentro da atual estruturação do ensino no nosso Exército. Abordaremos aqui, porém, somente os três grandes estágios da aprendizagem do oficial nas escolas, mesmo porque eles marcam grandes pórticos de entrada em ciclos distintos da carreira.

O curso de formação, ministrado nas Escolas Militares, constitui, para a cultura geral do futuro profissional, o prolongamento do curso de humanidade, com um cunho acentuado de especialização na carreira das armas. Este curso, segundo os regulamentos em vigor, visa colocar o candidato, não só em condições de assimilar os assuntos a serem ministrados nos cursos dos escalões superiores, mas também de desempenharem as funções de comando até ao posto de capitão.

O Curso de Aperfeiçoamento ou de Formação do Oficial Superior, com um cunho eminentemente prático, visa atualizar os conhecimentos aprendidos até aquele momento e ensinar novos processos de combate, rigorosamente dentro da idéia de Arma, ensinando ainda a combinação das Armas no seu aspecto mais geral que se traduz pela combinação dos diferentes armamentos peculiares a cada uma. Assim sendo, a Tática será ensinada não somente no quadro das unidades

típicas, mas também tendo em vista o emprego conjunto dos diferentes meios em organização eventual, Grupamento Tático, até mesmo no âmbito da Divisão de Infantaria, objetivando a escolha e formação do futuro Chefe.

Finalmente o Curso de Estado Maior, aonde o oficial vem completar o seu preparo profissional e aprimorar os seus conhecimentos para o exercício futuro do mando, praticando, dentro de uma perfeita Unidade de Doutrina e Disciplina Intelectual absoluta, a maneira de conceber, de preparar e executar tôdas as decisões até o escalão Corpo de Exército por força de dispositivo regulamentar, mas em verdade até ao escalão Alto Comando, porque o estágio superior previsto — Curso de Alto Comando — não tem um funcionamento regular. De qualquer forma, o curso de E. M. constitue a condição indispensável ao generalato e, por isso mesmo, deve constituir o centro e o crivo cuidadoso para o preparo e o selecionamento do Chefe.

Já que dissemos onde ensinar a História Militar, poderemos abordar, agora, o que e como devemos ensinar.

Totalizado o tempo dispendido na realização dos diferentes cursos, vemos quão curta é a duração dos mesmos em relação a vida ativa do oficial. Poderemos mesmo achá-lo insuficiente, se considerarmos as necessidades em conhecimentos indispensáveis ao bom desempenho da função nos diferentes graus hierárquicos e o volume da matéria a ministrar. Assim, desde logo fica criado uma dificuldade que nos conduziria ao ensino deficiente do assunto, acarretando consequentemente um preparo imperfeito do oficial, mas que se nos impõe resolvê-lo por forma a permitir, na vida prática, o emprêgo total dos conhecimentos auridos nos cursos, em proveito e no aprimoramento da capacidade e das qualidades de Chefe, em qualquer dos escalões da hierarquia.

Ante a impossibilidade de ensinar em condições satisfatórias a matéria indispensável a formação profissional do oficial, resta-nos pois orientá-lo e conduzi-lo de maneira que, pela aquisição de métodos de estudo, possa aproveitar a totalidade do tempo de serviço ativo na aprendizagem e estudo da História Militar, tão necessária a sua formação e preparação profissional.

Pelo que acima acabamos de dizer, pensamos ter resolvido satisfatoriamente o problema proposto — o que ensinar — que se traduz a nosso vêr por — como estudar — de maneira a podermos, como dissemos no nosso artigo anterior, verifi-

car as leis, princípios e regras já adotadas, o estabelecimento de novas e a coleta de ensinamentos para a Tática em presença das invenções que vão surgindo.

Dentro, porém, das próprias normas pedagógicas, para o ensino impõe-se a adoção de processos que melhor condigam com o nível intelectual do grupo a instruir, bem assim com o tipo médio cultural desse mesmo grupo. O processo de ensino do método de estudo visa permitir ao oficial abordar de futuro qualquer problema de História Militar por forma construtiva, tendo em vista uma sistematização e disciplinamento de conduta, capazes de estabelecer conclusões satisfatórias para o assunto focalizado.

Assim sendo, para objetivar os Métodos de estudo estabelecidos — Método Histórico Comparativo e Método Histórico Analítico — resta-nos estabelecer processos de ensino, que visando a aprendizagem dos métodos, melhor se adaptem as condições intelectuais dos grupos a ensinar, enquadrados certamente nos métodos pedagógicos em uso no nosso Exército, senão por aí, ao menos pelo respeito a Unidade de Doutrina e Disciplina Intelectual.

Vejamos para cada um dos métodos indicados o processo ou os processos que aconselhamos:

Método Histórico Comparativo

Baseia-se na comparação de factos históricos cujas conclusões e ensinamentos foram estabelecidos. Compará-los, porém, dois a dois ou três a três, o que em determinadas ocasiões seria mais aconselhável para o estudo, seríamos conduzidos ao estabelecimento de numerosos arranjos indispensáveis, sem os quais não ficaria suficientemente explanado o ensino do método, embora as relações de comparação fossem levadas a um grau mais íntimo e extenso.

Como, porém, ensinar a comparar os factos históricos dentro do prazo de tempo estipulado e encarando o problema armamento, organização, tática e estratégica? Certamente que o processo que nos permitirá assim proceder nas condições impostas, conduz-nos ao processo evolutivo e a uma compartimentação vertical dos fenômenos, embora existam entre eles correlações estreitas. Esse processo, além de adaptar-se ao método pedagógico adotado no nosso Exército, também condiz satisfatoriamente com o nível intelectual do nosso quadro de oficiais e com as características raciais do nosso homem médio.

Assim pois, temos estabelecido um processo para o ensino do Método Histórico Comparativo de Estudo e que chamaremos de PROCESSO HISTÓRICO EVOLUTIVO.

Método Histórico Analítico

Baseia-se no exame do facto histórico tomado isoladamente, por forma a determinar o maior número possível de fatores que concorreram e assim estabelecer o papel que cada um representou nas ocorrências, seja tendo em visto a concepção, seja objetivando a preparação das ações e operações, seja ainda encarando a execução de cada um dos conteúdos e as reações criadas.

Assim pois, as necessidades do ensino do método, levam-nos a adoção de um processo experimental, no qual, pelo restabelecimento tão completo quanto possível da Situação Geral vivida, possamos analisar as leis, os princípios e os processos empregados, as causas e os efeitos, os erros e os acertos, finalmente e sobretudo os ensinamentos.

Este processo, também perfeitamente enquadrado no quadro pedagógico regulamentar, satisfaz ao padrão intelectual dos nossos oficiais e as condições éticas dos nossos homens, particularmente críticos e imaginosos.

Assim sendo, chamaremos para o processo experimental de ensino — ESTUDO DO CASO VIVIDO — e com ele pretendemos ensinar a estudar a História Militar pelo Método Histórico Analítico.

Como já tivemos oportunidade de dizer, o estudo e o ensino da História Militar visam particularmente a aplicação dos dois métodos já expostos e o objetivo desejado, reside na resultante desses métodos e processos, pela conveniente repartição e dosagem dos diferentes assuntos pelos cursos indicados, desde que aplicados conjugadamente por forma a se completarem.

Agora que estabelecemos processos de ensino para o estudo da História Militar, passaremos a verificar a repartição e dosagem dos assuntos pelos diferentes cursos do ensino profissional. Antes, porém, impõe-se-nos chamar a atenção dos camaradas para os dois objetivos a alcançar com a aprendizagem desta disciplina, seja no campo puramente profissional do "metier" de cada um, seja na criação das forças morais, como cooperante de outros assuntos que são indispensáveis ao fortalecimento moral dos comandos e das tropas.

No presente artigo, apenas abordaremos o aspecto puramente profissional da questão, deixando para em outra oportunidade apresentar a História Militar como coparticipante da preparação moral dos comandos e dos combatentes.

Passamos assim, a apresentar uma sugestão para o ensino da História Militar nos diferentes cursos, tendo em vista ensinar como estudar de acordo com os dois métodos que expuzemos e pelos processos que apresentamos linhas atrás, mas integrado no plano de conjunto das diferentes disciplinas e particularmente com a Tática.

Vejamos, pois, dentro de cada curso, o que ministrar:

CURSO DE FORMAÇÃO (Escola Militar):

Processo Histórico Evolutivo

- Evolução do armamento
- Evolução da organização, particularmente tendo em vista as instituições militares, o recrutamento e as unidades básicas de cada arma,
- Síntese da evolução da guerra na América do Sul e especialmente do Brasil.

Processo Histórico Experimental (Estudo do caso vivido)

- No escalão Cia. Fzo, Btl. I, R. I. e correspondentes nas outras armas e especializações, em todas as fases do combate.

Este primeiro estágio visa principalmente familiarizar os candidatos com o armamento e suas possibilidades futuras, bem assim ambientá-los com o clima dos combates de cada arma, em que sobressai a ação pessoal do Chefe executor, solucionando os problemas diretamente relacionados com a aplicação do fogo.

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO (E A O)

Processo Histórico Evolutivo

- Evolução da organização, particularmente tendo por escopo a organização tática dos meios.

Estudo do caso vivido

- Até o escalão GT e DI, ressaltados sobretudo os ensinamentos decorrentes do combate, relativos a combinação das Armas.

Este curso, com cunho eminentemente prático, deve permitir contudo uma perfeita conexão dos cursos de tática com o curso de História Militar, num perfeito entrosamento do estudo do Caso Vivido com o do Caso Concreto.

CURSO DE EESTADO MAIOR

Processo Histórico Evolutivo

- Evolução da Tática e da Estratégia, visando sobretudo comparar os diferentes processos de combater e de operar. Estabelecimento da frequência e afirmação dos princípios e regras de emprego dos meios na variação do tempo.

Estudo do Caso Vivido

- Desde o escalão RI e correspondentes em outras armas até o estudo do escalão TO, Campanhas Modernas e Contemporâneas, não excluindo as operações combinadas.

Ressaltar sobretudo a concepção do Chefe, trabalho preparador dos E M e os processos de combinar os elementos.

Neste curso, o entrosamento do estudo da Tática com o estudo cuidadosamente escolhido da História Militar, deve ser conseguido no mais alto grau, afim de que os ensinamentos colhidos possam ter uma aplicação imediata no próprio curso.

Para o Curso de Alto Comando, quando em funcionamento, poderemos prevêr sómente o Estudo do Caso Vivido no escalão Cmt. em Chefe, Operações Combinadas, visando sobretudo a ação do Chefe, no grande escalão, concepção e coordenação, as relações e conexões indispensáveis aos E M combinados ou mistos e as operações condizentes com a conduta da guerra.

Agora que acabamos de apresentar uma sugestão para a repartição do ensino da História Militar nos diferentes cursos de formação profissional e cultural do Chefe, esperamos, a guiza de exemplos dos processos de ensino que aqui citamos, apresentar dois exemplos, tomados do curso que realizamos na E M no ano de 1946, quando tivemos a felicidade de pertencer ao quadro de instrutores desta disciplina, se para tanto nos derem guarida as páginas da Defesa Nacional.

PEQUENA HISTÓRIA PARA MEU FILHO

Sgt. OSCAR F. DE SALES—6.º R. I.

Meu fi'lho.

Numa tarde de Novembro de 1944, eu lia tua primeira cartinha e olhava teu mimoso retrato. Antes, não sabia como fazer conter no meu coração uma célula daquilo que os "Grandes brasileiros Caxias e Osório" legaram para a mocidade do nosso querido Brasil — heroísmo, bravura, abnegação, humanidade, patriotismo e outros belos exemplos, a fim de enfrentar o grandioso "Gigante", que, ao lado do Rio Rêno e apoiado nas cotas 640, 670, 702, 720 e 722, Palazzo e Boscacio, do pelas cátas 640, 670, 702, 720 e 722, Palazzo e Boscacio, parecia ser a guarda-mór de Castelnuovo e a barreira intransponível para o Vale do Pó, porém, com o impulso das tuas meigas palavras e talvez pelo entusiasmo dos brasileiros como eu, ao lado dos Sul Africanos do 8.º Exército Britânico, passamos os últimos dias de Novembro até o dia 25 de Dezembro debaixo de um verdadeiro inferno das granadas alemãs; vendo, dia a dia, um companheiro que tombava morto ou ferido. Quando morto, era mais um que jamais voltaria ao seio de sua família, as palestras com os amigos e parentes e a terra que lhe viu nascer que ao dizer dos historiadores é: "O maior país da América Latina" — O BRASIL.

— 25 de Dezembro — oh! que grande dia para ti quando, ao clariar do dia ao te levatares do berço gentil, vias no teu sapatinho o presente do papai, que, muitas vezes te aguar dava nesse momento para o abraço feliz. Este ano tu não tiveste o presentinho no sapato, porém, tiveste o orgulho de dizer que: "meu papai está na Itália combatendo o maior inimigo da liberdade e da democracia, suportando a queda da neve e o termômetro abaixo de zero".

Janeiro e Fevereiro, além das contínuas lutas sem tréguas debaixo das granadas e balas dos "Tedescos", não haverá outra notícia.

Março 3, com a despedida do inverno na Itália, chegam as ordens dos Grandes Chefes Militares. Teu paizinho, vítima de um acidente em serviço, em plena linha de frente, acha-se acamado em um Hospital Americano, em Pistóia.

Dia 4, a fim de deixar vazio o Hospital de Pistóia para receber feridos, prováveis dos grandes combates que se aproximam, fui transferido para o Hospital de Livorno.

Dia 5, logo pela manhã chegam os últimos doentes de Pistóia com grandes notícias: "O 6.º R. I. na ofensiva da primavera para conquista de CASTELNUOVO ETC."

A noite, chegam outras notícias: "O I. Btl. do 6.º R. I., apoiado pelo II, do mesmo Regimento, num esforço tenaz e com a bravura e denodo de seus componentes, conquista para a história da "F. E. B." e glória do Brasil, o "GIGANTE" e CASTELNUOVO".

Meu filho.

O "Gigante" que te relato é como o nosso gigante que tú viste quando estiveste no Rio de Janeiro, êste domina a Guanabara e aquele dominava todas as nossas linhas de frente e retaguarda até os grandes depósitos de suprimentos da Divisão. E' o grande Monte Soprassaso. Assim, meu filho, "Caiu o Gigante" e o 6.º R. I. comemorará para sempre êsse grande dia — 5 de Março.

Teu pai, orgulhoso por ter dado o máximo de seus esforço para a preparação da ofensiva, embora, por motivo que te expús não estivesse presente pessoalmente, estava presente nas preces ao Divino Salvador pela felicidade dos irmãos dármas.

Até breve com outra história para ti.

Teu pai.

ATRAZOS

Solicitamos aos companheiros que considerem o serviço de correios e a distancia sempre que houver atraso no recebimento da revista: ----- somente utilizamos trem ou vapor. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

BOLETIM

I

Para nosso gáudio e de nossos colaboradores, vem sendo crescente o número de artigos de "A Defesa" transcritos por publicações militares estrangeiras. Constitui isso um estímulo a mais para a capacidade e os méritos dos dignos camaradas que nos honram com a publicação de seus trabalhos. E, para nós mesmos, um reconhecimento de valor intrínseco da revista que há 33 anos se bate por tão elevados e nobres ideais, atestado de sua projeção além-fronteiras.

Temos a registrar agora mais uma série de transcrições, feitas ultimamente pelo mais conceituado órgão de imprensa militar dos EE. UU., "Military Review", órgão oficial da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Norte-Americano — Em Julho de 1946: "A conquista de Monte Castelo pela F. E. B.", Maj. Nelson R. de Carvalho. — Em Setembro de 1946: "Colaboração militar Brasil-Estados Unidos", Gen. E. Leitão de Carvalho. — Em Outubro de 1946: "Princípios e regras a observar no emprego dos Serviços", Ten. Cel. Antonio M. Coimbra — Em Novembro de 1946: "A F. E. B. na Itália — Ofensiva da Primavera", Maj. Nelson R. de Carvalho — Em Dezembro de 1946: "A foto-informação no escalão D. I.", Ten. Cel. Hugo de Matos Moura — Em Janeiro de 1947: "Doutrina de guerra e processos de acção", Cel. J. B. Magalhães.

II

A fase actual, no que pesem as severas restrições impostas pela situação económica do país, é caracterizada por uma ansia de renovação, de reclassificação de valores. Aguarda-se com sofreguidão os novos regulamentos, e entrementes travam-se intensos debates a respeito da orientação a ser imprimida ao Exército.

São dispares e desencontradas as opiniões. E, como é natural, extremam-se de um lado e de outro os defensores dos diferentes pontos de vista.

Tudo é pretexto para as controvérsias. Desde a doutrina de guerra e os tipos das Grandes Unidades até os problemas mais elementares de fardamento, equipamento, sinais de respeito, alimentação, terminologia técnico-profissional, etc. — sem esquecer o problema sempre em equação do reajustamento dos vencimentos fixos ao custo de vida "astronomicamente" em ascensão...

Além de fugir ao objetivo desta secção, seria sobremaneira complexo examinar de per si cada um desses aspectos. Não é a isso que nos propomos.

Em nosso entender, o que há de vital em tudo isso é uma definição de atitude, buscando, por assim dizer, uma perspectiva de conjunto, uma visão filosófica que permita discernir de um só golpe o essencial do supérfluo, nessas e em muitas outras questões que por certo surgirão com o decorrer do tempo — e a reflexão madura dos órgãos responsáveis.

Julgamos que os interesses do Exército e do Brasil reclamam de *todos* os oficiais, das Armas e dos Serviços, de estado-maior e da tropa, uma cooperação ampla. Enquanto não se passar ao domínio dos factos consumados, ou seja, quando tiverem sido assentadas decisões pelo Alto-Comando, é necessário um debate sadio e disciplinado em torno dos aspectos múltiplos de que se reveste a reorganização militar em todos os escalões. Procuraremos neste após guerra, pois "abrir o debate" como forma de cooperação.

* * *

Somos dos que pugnam pela *modernização* urgente e inadiável do Exército. Compreendemos como tal, todavia, a revisão, o reajustamento, a evolução acelerada — partindo das sólidas tradições que já possui e tendo como ponto afastado as lições colhidas no último conflito mundial e, sobretudo, as perspectivas *razoáveis* do que será a guerra futura. Longe de nós, entretanto, adoptarmos a tese da *americanização* pura e simples, no que tem de pejorativo o termo.

Se "no meio é que está a verdade", em cogitações desta transcendência não se perderá de vista tal conceito sem graves e perigosos inconvenientes; de ordem material tanto quanto de ordem moral.

A nossa instituição armada de terra tem já uma história. E, se não quizermos ir mais longe, do período do Marechal HERMES DA FONSECA para cá, tem sido intensa a sua actividade intelectual e profissional. Possui já um lastro, uma bagagem de ensinamentos, um corpo de doutrina, perfeitamente assimilado. Se escassos têm sido os seus meios materiais, têm-lhe sobejado, no entanto, valores morais e mentais que muito fizeram através dos anos.

Não podemos, agora, comodamente, apagar tudo e, partindo da "estaca zero", copiar servilmente modelos alienígenas, venham de onde vier, apartados de seus proplemas reais:

A *imitação* é um processo elementar da aprendizagem, a que recorrem os mestres e instrutores para aumentar o rendimento de seus alunos. Serve, contudo, apenas para determinados actos mecânicos, que prescindem da reflexão e de outras faculdades superiores. Em grau menor que no homem, é verdade, existe também em certos animais. Entretanto, aprender pela observação é um complemento valioso do processo de "ensaio e erro", isto é, das tentativas, "mas que", no dizer do famoso pedagogo norte-americano A. I. GATES "de maneira alguma é um completo substituto deste" (processo).

Os últimos anos têm assinalado um intenso intercâmbio de ideias e ideais entre os Estados Unidos e o Brasil. Em todas as actividades de nossa vida diária contactamos facilmente até que ponto chegou o contacto cultural entre os dois povos. Por si só o determinismo histórico-geográfico não conduziria à presente situação; mais do que isso, há uma afinidade espiritual profunda, um terreno comum de sentimentos, que serviram de alicerce a esta interpenetração. Pois ninguém negará que há reciprocidade na influência, se bem que mais acentuada do lado americano graças aos recursos materiais e ao padrão elevado de sua civilização.

No terreno militar, mormente com a fraternidade de armas que se selou com sangue nas águas do Atlântico e nas terras da Itália, foi aonde mais se fez sentir a aproximação.

E hoje, dados os factores políticos e estratégicos que levaram a considerar como imprescindível a organização da defesa das Américas em bases continentais, surge o problema crítico da *padronização*. As dificuldades sérias experimentadas nas batalhas e combates da 2.^a Guerra Mundial em que tiveram de cooperar elementos das diversas forças armadas (Exército, Marinha, Força Aérea) dos Estados Unidos, ou então de países diferentes mas empregando um mesmo idioma (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Canadá, etc.), deixam prever facilmente a confusão e a tremenda soma de esforços que cairiam sobre um Estado-Maior Geral Continental, caso não se puzesse mãos à obra a uma intensa *padronização*.

Aceita a primeira parte, isto é, a necessidade imperiosa de *padronização* das forças armadas continentais, resta saber: quais os seus limites?

Aqui é que residirá toda a real dificuldade. E nisto é que frizemos no só ponto de vista, já expresso anteriormente: "O nosso grande aliado e amigo, os Estados Unidos, pode-nos oferecer ótimos *exemplos* neste sentido. Mas neste, como em muitos outros, será perigoso querermos limitar-nos a copiar aquilo que lá foi feito. Todos os dados do problema são diferentes — educação do povo, organização social, hábitos de vida e alimentação, padrão económico, actividades civis dos cidadãos, organização militar, etc. — para que se queiram adoptar as mesmas soluções. Por isto frizemos bem: *exemplos*, e não *modelos*".

Todos consideramos ridículo — a começar pelos nossos próprios amigos lanques, cheios de bom senso — esse tipo comum de rapaz ou moça, existente no mundo inteiro, e que pensa se aproximar grandemente da civilização norte-americana somente por usar óculos escuros, mascar chicles e dançar "swing"...

Pois o ridículo será maior ainda se quizermos, no plano militar, recorrer sistematicamente ao emprêgo cómodo e rápido do "papel carbonó"... São por demais conhecidos, já a título de anedocta, os "casos" do nosso antigo R-84, como o célebre de incluir *clairon* (do francês "clairon", clarim) nos processos acústicos de transmissão (*)... Pois recentemente, num projecto sobre rações-tipos de campanha, para nosso Exército já houve quem quizesse incluir a "ração filipina" prevista pelo Exército Americano para as tropas em serviço nas Ilhas Filipinas... E nem é bom falar nos testes de seleção organizados na América para rapazes de instrução universitária ou pelo menos ginasial, e que já se quizeram traduzir literalmente para os nossos recrutas.

Entretanto, fugir deste extremo para cair num jacobinismo caricato, será igual ou pior. Não podemos desconhecer ou ignorar a imensa contribuição americana ao progresso humano em todos os sectores; em muitos assuntos, sobretudo de ordem técnica, de organização, de racionalização do trabalho, de peico-técnica militar, etc., são mestres incontestes. E querer, num prurido nacionalista, substituir termos de emprêgo universal — como *jipes* e *bazuca* — por expressões castiças mas inexpressivas (viatura de 14 T e lança-rojão), nada trará de prático. Aliás nunca chegará a "pegar": haja visto o célebre "balipódio"...

* * *

Encerramos aqui estas ligeiras considerações que visaram apenas uma finalidade: apelar para a contribuição do maior número possível de cama-

(*) — Regulamento para a Organização das Ligações e Transmissões em Campanha, edição de 1934, página 84, n.^o 170.

radas. A secção "Boletim" estará às ordens para registrar as sugestões e os diversos modos de apreciar o problema.

Está aberto o debate. Peçam a palavra.

* * *

Na história gloriosa da campanha da **ITALIA**, em que a **Fôrça Expedicionária Brasileira** cobriu-se de louros imarcessíveis, os episódios de **MONTE CASTELLO** e **MONTESE** revestem-se de brilho invulgar e de grande significado cívico.

Em ambas ficaram bem evidenciadas as virtudes do moderno combatente brasileiro, que, às tradicionais características, soube juntar, com raro bom êxito, as de rápida adaptação à complexidade da técnica actual e às contingências penosas do clima hostil.

MONTE CASTELLO consagrou sobretudo a noção rígida do cumprimento do dever, a despeito dos sacrifícios impostos e das dificuldades de terreno e deficiência de apoio — dictada pelas necessidades do quadro geral da batalha no teatro de operações.

MONTESE, a par dos traços comuns de herorismo e abnegação, teve um aspecto singular, relativo à acção do Comando. E' que, tendo sido dada à 1.^a D. I. E., pelo IV Corpo de Exército, u'a missão de cobertura, o Comando Brasileiro — com um aviso seguro do conjunto das operações e alicerçado em um eficiente trabalho de sua 2.^a Secção — decidiu realizar tal missão de carácter defensivo com um esforço ofensivo dirigido sobre as elevações dominantes da região de **MONTESE**. E o sucesso tático da acção, a par dos efeitos psicológicos — quanto ao valor e capacidade dos quadros brasileiros — foram de molde a compensar largamente os denodados e estrénuos gestos de abnegação, resistência e coragem largamente evidenciados pelos nossos combatentes.

Para maior realce dessas comemorações, leiamos a palavra varonil e autorizada do bravo Gen. Grittenberger, seu testemunho insuspeito e muito amável:

"Há dois anos passados, no dia de amanhã, às 13 horas, tropas da nossa Divisão atacavam Montese, a chave do vale do Panaro. Nós, veteranos do IV Corpo aqui no Panamá, enviando-vos e ao vosso antigo comando as nossas saudações no aniversário de tão memorável data, recordamos como o Batalhão Major Candido, do 11.^o Regimento de Infantaria, do comando do coronel Delmiro, avançou rapidamente até o cemitério, a Leste da cidade, onde se chocou com terrível resistência do inimigo, que insistia em manter aquelas importantes alturas. O Batalhão Major Lisboa, do mesmo Regimento, flanqueava o objetivo por Oeste para fazer a sua captura naquela mesma tarde.

A queda de Montese foi uma das proféticas batalhas da Ofensiva da Primavera, que nos guiaram para a nossa ansiosa vitória final. De posse do vale do Panaro, a continua resistência inimiga não pôde conter o nosso desembocar no vale do Pó.

Nossa Divisão, agindo isolada pela primeira vez, escreveu, há dois anos atrás, páginas da história militar. — (a) General Crittenberger".

O aniversário da unidade de escôl que é o 1.^o Regimento de Infantaria — o "Regimento Sampaio" — junta-se às comemorações dos dois grandes combates travados por nossas armas no Continente Europeu.

Os feitos dessa unidade modelar da nossa Infantaria na 2.^a Guerra Mundial marcam um padrão raramente alcançado. O desenvolvimento natural do "espírito de corpo", que deve ser por todos os modos estimulado e acrescido — naturalmente dentro dos limites do bom senso — encontra nas façanhas de seus "pracinhas" a melhor motivação possível.

Trilhando a senda luminosa que lhe foi legada pelos séculos que os antecederam, os homens do "Sampaio" souberam elevar de modo realmente magnífico o nome valeroso de seu Patrono, do mesmo modo que o dos Regimentos Tiradente e 6.^o R. I. irmanados as unidades gloriosas das outras armas. Que esses exemplos frutifiquem e se consolidem no animo de nossa brava e generosa gente; espera o Exército em bem do Brasil.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor;
Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço;
Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longinquas.
"A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta capital.

Os regulamentos RIPQT, R.O.T. (1.^a 2.^a 3.^a partes)
— é I.S.C. remetemos com abatimento de 10 % —
Para maior facilidade procure as folhas de pedidos
em nossos números anteriores.

Em Loterias!

FASANELLO

AVENIDA 110-147--CAIXA POSTAL 2438--RIO

LIVROS NOVOS

Major HUMBERTO PEREGRINO

Manual do Candidato a Reservista — Maj. Rui Santiago
— Cooperativa Editora Militar Ltda. — 1946.

Extraordinária a resistência dêsse **Manual**! Conheço-o desde os meus tempos de tenente, já lá vão uns bons 14 anos. Mas a resistência não será bem do livro, será principalmente do autor que não o abandona, não o deixa envelhecer. Agora mesmo ei-lo em nova edição, perfeitamente atualizado, como a capa não deixa dúvidas com aquela reprodução de uma batalha em que ha tanques, homens e aviões de mistura.

A obra no texto atual segue o Progresso de Instrução dos alunos dos T. G. e U. Q., elaborado pelo Diretor de Recrutamento. E' um programa excelente, completo, bem dosado, lógico. O livro o cobre, passo a passo, sob a forma de lições, no sistema de perguntas e respostas. Porém, o melhor, do ponto de vista didático, é que todos os ensinamentos são ilustrados com figuras quase sempre muito felizes. Não ha, bem o sabemos, melhor meio de levar ao soldado certas noções e, se forem tôdas, tanto mais vantajoso.

No tocante ao texto notamos, às vezes, umas noções dispensáveis, como por exemplo aquela de que o Barroso era o Barão do Amazonas. Não temos positiva e felizmente nenhuma vocação para essas grandezas convencionais. Os títulos nobiliárquicos, que usavamos no tempo do Império, por força da própria natureza do regime, se extinguiram com ele e quase não os usamos nem mais para designar eminentes figuras, cujo nome original caiu no esquecimento por causa do título. Veja-se o Duque de Caxias que é simplesmente Caxias. Osório nunca deixou de ser Osório, apesar do marquesato. Por que vamos fazer do popular Barroso o desconhecido e pomposo Barão do Amazonas?

A galeria dos Grandes Vultos da História, além de gravemente incompleta, pois lhe faltam figuras exponenciais como José Bonifácio, Feijó, Benjamim Constant, não se apresenta na ordem cronológica, o que é uma desvantagem, tendo em conta que muitos dos que compulsarão esse *Manual*, ainda não estudaram história. A ordem cronológica os favoreceria certamente.

A parte de Geografia afigurou-se-nos, em geral, muito fraca, porque sempre vaga, sem objetividade quando menciona as nossas produções, o estado da nossa agricultura, da nossa indústria, do nosso comércio. E a oportunidade era única para levar ao homem brasileiro umas noções da realidade brasileira, e por aí, talvez, fazê-lo compreender um pouco as nossas fraquezas, as nossas deficiências e a necessidade de trabalhar com maior vigor e patriotismo.

As lições de História do Brasil começam endoçando a velha e aposentada noção do descobrimento por acaso, devido ao desvio da rota de Cabral, que evitava as calmarias do litoral africano. Perdeu-se, assim, também uma excelente oportunidade de incutir num grande número as modernas e já sólidas noções acerca do nosso aparecimento histórico.

A explicação da comemoração oficial em 3 de maio é outro ponto a atualizar, porque, seja qual fôr o destino de um livro de ensino, devemos exigir dele precisão e verdade nos ensinamentos.

A parte de Educação Moral está realmente muito boa, no sentido de que, pela objetividade com que foi realizada, logrará sensíveis efeitos. E note-se que é um terreno ingrato. Mas as figuras sugestivas, bem aplicadas, ajudam muito. Uma pena que os exemplos referentes às virtudes militares não venham a propósito de cada uma. A honra militar foi exemplificada. Muito bem! Ficou, porém, esse exemplo, isolado, produto transparentemente de uma reminiscência que o autor houve por bem aproveitar. Seria muito desejável, porém, que a exemplificação fôsse sistemática, embora não utilizasse sempre casos reais. Acreditamos mesmo que os casos criados, para certas materializações, se prestam melhor.

Na linguagem haverá uns senões a corrigir noutras edições. Exemplos:

"Reconhecendo nele o maior cidadão da história pátria e o maior de todos os seus chefes, consagrou-o como seu verdadeiro patrão, seguindo-lhes os exemplos de amor pátrio e espírito de renúncia" (p. 21) Aquele plural *lhes* não vai bem.

a construção correta coloca o pronome no singular. ("Não atendeu a um freguês, e logo a outro, que ali foram, a despeito da hora e de ser domingo, confiar-lhe as caras à navalha" (Machado de Assis, D. Casmurro, ed. W. M. Jackson, 1937, p. 370).

"Tendo se afastado da costa da Africa" (p. 110) corrigir para "tendo-se afastado".

Não propriamente de linguagem, mas em todo caso um deslize a retificar é aquilo de incluir a erva-mate entre os nossos produtos agrícolas, pois sempre ouvimos dizer que é nativa, como a árvore de borracha, o babaçú, a carnaúba.

Em suma, tudo isso são insignificâncias no conjunto do volume que é excelente e será utilíssimo. Não o vemos útil apenas nas mãos dos candidatos a reservista de 2.^a categoria pe'os T. G. e U. Q., desejamos vê-lo difundido pelos quartéis em geral, porque muito influirá na unidade de instrução e na elevação do nível intelectual dos homens chamados ao serviço militar.

Osório — (Símbolo de um povo, síntese de uma época) — Coronel J. B. Magalhães — Livraria Agir Editora — 1946).

O Coronel J. B. Magalhães, êsse extraordinário estudioso, a quem vimos devendo dia a dia novos e positivos trabalhos de alto interesse militar, acaba de dar-nos um desenvolvido estudo biográfico de Osório.

Dir-se-ia que o vencedor de Tuiuti, tão exaustivamente estudado por numerosos autores, estivesse esgotado como assunto. Pois bem, esse alentado volume de autoria do Coronel J. B. Magalhães representa uma poderosa e originalíssima contribuição para o conhecimento do ilustre e popular general do Segundo Império.

O sub-título "símbolo de um povo, síntese de uma época" traduz o roteiro que o autor se traçou. Com efeito o trabalho do Coronel J. B. Magalhães não é uma dessas biografias mo-finas que constituem a regra entre nós. O Osório que agora se nos apresenta é um Osório vivo, palpitante, integrado na sua época e esta, por sua vez, sensível, nítida, porque foi re-constituída com todos os elementos retrospectivos necessários para compreendê-la e senti-la. Somente depois de passar em revista a terra, o clima, o povoamento, as lutas pela posse da fronteira, é que o autor entra na parte propriamente bio-gráfica.

Aí fixa em numerosos capítulos, que vão desde as origens

até a morte, o que ele denomina, a nosso vêr impropriamente, "a vida honrosa do General Osório". Não gostamos do adjetivo, senão deslocado, seguramente insuficiente para caracterizar a existência de Osório. Honrosa? Facilmente deparamos vidas honrosas para nações ou para povos, mas difficilmente encontramos vidas iguais a de Osório, a qual não foi só honrosa, porque foi muito mais do que isso, foi gloriosa, bela extraordinária, perigosa, vivida, harmoniosa e quantas outras coisas que outros adjetivos definiriam.

Mas o melhor do livro está por certo na terceira parte, onde o autor reuniu abundantes e curiosissimas informações sobre o homem, o comandante em chefe, Osório na política, na sociedade, na intimidade. Muito interessante também foi a colheita que o Coronel J. B. Magalhães realizou através das cartas, ordens do dia, pareceres e mais documentos legados pelo Marquês do Herval procurando extrair-lhe o pensamento sobre patriotismo, civismo, política, administração, assuntos militares, etc.

De tudo isso ressaltam novos e riquíssimos angulos da personalidade de Osório, essa culminante figura nacional, grande e valoroso em todos os planos nos quais se projetou: como soldado, como político, como homem.

AOS REPRESENTANTES

A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDENCIAS
JUNTO AOS TESOUREIROS DAS UNIDA-
DES OU AOS ASSINANTES COM RELA-
ÇÃO AO PAGAMENTO DAS ASSINTURAS
— DO CORRENTE ANO. —

DICIONÁRIO MILITAR BRASILEIRO

Cap. OCTÁVIO ALVES VELHO

(Continuação)

EQUIPAMENTO ELÉTRICO — 1) — Conjunto de dispositivos elétricos.

2) — Conjunto dos dispositivos elétricos de um veículo automóvel, destinados à iluminação e sinalização, e à partida automática do motor.

ERRO ACIDENTAL — Erro imprevisto ou casual durante o funcionamento ou manêjo de qualquer instrumento, aparelho ou arma. Ocorre particularmente no tiro de Artilharia e no bombardeio aéreo, podendo ser motivado por perturbações mecânicas, atmosféricas ou do pessoal. Não obedecem a nenhuma lei de variações ou repetição.

ERRO APARENTE — V. *Erro residual*.

ERRO DO INSTRUMENTO — V. *Erro sistemático*.

ERRO MEDIANO — V. *Desvio mediano*.

ERRO MÉDIO QUADRÁTICO — V. *Desvio médio quadráticos*.

ERRO MÉDIO SIMPLES — V. *Desvio médio simples*.

ERRO PLAUSÍVEL — V. *Erro residual*.

ERRO PROVÁVEL V. — *Desvio provável*.

ERRO RESIDUAL — E' a diferença entre um valor possível e um valor médio correspondente.

ERRO SISTEMÁTICO — Erro que se repete devido a defeitos ou má ajustagem de um instrumento ou aparelho. Seu valor permanece imutável ou varia segundo uma certa lei.

ERRO VERDADEIRO — E' a diferença entre um valor possível e o valor verdadeiro correspondente.

ERROS CARACTERÍSTICOS — São aqueles que podem isoladamente caracterizar a medida feita. São três: o *erro médio simples*, o *erro médio quadrático* e o *erro provável*.

ESCALA DE UMA CARTA — Relação entre a distância gráfica de dois pontos da carta e a distância real dos pontos do terreno a eles correspondentes.

ESCALÃO — 1 — Disposição das pequenas unidades no combate, quando as suas diversas frações se acham colocadas umas atrás das outras, quaisquer que sejam as formações dessas frações e os intervalos entre elas.

2 — Fração em que uma tropa é dividida para a execução de determinada operação em que seus elementos devem intervir sucessivamente e não todos ao mesmo tempo. Entre as frações que fazem parte de um mesmo escalão, pode haver grande intervalo.

3 — Formação na qual os diversos elementos são colocados uns à retaguarda dos outros, e um pouco para um dos flancos.

4 — Diferentes frações de uma tropa, em formação de combate, no sentido da profundidade.

5 — Diferentes sub-divisões de um comando.

ESCALÃO DE ATAQUE — 1 — *V. Escalão de movimento.*

2 — Na DI. éle é constituído: das unidades de Infantaria e das blindadas, de acompanhamento, necessárias e suficientes para a obtenção da superioridade de fogo desde o começo do ataque.

3 — No R. I. e no Btl. é um elemento essencialmente móvel destinado a explorar os efeitos do fogo, constituído pelos pelotões de 1.º escalão das Companhias de Fuzileiros encarregadas de executar o ataque. Deve conter o número de armas automáticas suficiente para lhe assegurar a plenitude de fogo.

ESCALÃO AVANÇADO DO Q. G. (ou P. C.) — Conjunto dos órgãos do E. M. da unidade imediatamente necessário à direção das operações táticas.

ESCALÃO DE COMBATE — Conjunto de todos os elementos empenhados.

ESCALÃO DE FOGO — Parte do *dispositivo de ataque*, que tem por fim preparar e apoiar o ataque, destruindo ou neutralizando os órgãos de fogo do inimigo, para permitir a progressão do *Escalão de movimento*. É representado, na Divisão, pela *Artilharia*, e nas unidades menores pela *Base de fogos*.

ESCALÃO DE MOVIMENTO — Parte do *dispositivo de ataque* que aproveita a destruição ou neutralização do inimigo realizada pelo *Escalão de fogo* e se lança para a frente com o fim de conquistar os objetivos fixados pelo Comando e ocupar o terreno. E' representado, tanto na Divisão como nas unidades menores, pela tropa de 1.º escalão encarregada de executar o ataque.

ESCALÃO RECUADO DO Q. G. (ou P. C.) — Conjunto de órgãos do E. M. da unidade, de missão essencialmente administrativa.

ESCALONAMENTO — 1 — Distribuição dos elementos de uma unidade em diversos escalões, que se devem manter distintos, sem todavia ficar adstritos a qualquer alinhamento, cobertura ou continuidade.

2 — Repartição. Distribuição.

3 — Correção angular de direção que se deve introduzir no aparelho de pontaria de uma peça em bateria para que seu plano de tiro guarde uma relação definida (paralelismo, convergência, divergência) com o da peça-diretriz.

ESCARPA — 1 — V. *Vertente* (3).

2 — Alcantil.

3 — Talude de um fosso, sapa, etc., do lado do parapeito.

ESCOLA DE ESTADO-MAIOR — Instituto de ensino superior que se destina a difundir a doutrina de guerra, a desenvolver a instrução tática dos oficiais até o emprego das G. U., e a exercitá-los na técnica do serviço de estado-maior em campanha. E' também um campo de ensaios doutrinários do Estado-Maior do Exército, e nela se inicia a preparação dos futuros chefes dos altos comandos. Cabe-lhe, ainda, selecionar e preparar seus próprios instrutores. Eventualmente, nela funciona o *Curso de Alto-Comando*.

ESPAÇO MORTO — Terreno compreendido entre a máscara ou massa cobridora, atrás do qual se instala a peça ou Bateria, e o ponto de incidência correspondente à trajetória rasante a essa máscara ou massa.

ESPIGAO — Elevação cujas vertentes têm inclinações rápidas e uniformes, provocando na sua representação gráfica curvas de nível cuneiformes, graças ao pequeno ângulo diedro por elas formado.

ESPLANADA — *Planalto* de pequena extensão.

ESPORÃO — Elevação do terreno cuja linha de crista apresenta uma inflexão devido à existência de uma elevação menor ou cume mais ou menos pronunciado a ela intimamente conjugado.

ESQUERDA — 1 — Extremidade esquerda de uma tropa, quando se faz face à direção para a qual ela está voltada.

2 — Parte do objetivo que o observador vê sua esquerda.

3 — Parte de uma embarcação ou aeronave que fica à esquerda do seu plano de simetria.

ESTABELECIMENTO MILITAR — É todo órgão de provimento, fabricação, reparação, depósito, tratamento ou ensino, do Exército, que disponha de existência autônoma.

ESTABILIDADE — 1 — Posição estável. Equilíbrio.

2 — Segurança. Firmeza.

3 — Propriedade de um corpo permanecer em equilíbrio.

ESTABILIDADE COMANDADA DO AVIÃO — Aquela que é obtida mediante a ação dos comandos do avião.

ESTABILIDADE DIRECIONAL DO AVIÃO — Capacidade que o aparelho possui de zelar pela manutenção da direção do vôo, evitando guinadas para a direita ou para a esquerda.

ESTABILIDADE LATERAL DO AVIÃO — V. *Estabilidade transversal do avião*.

ESTABILIDADE LONGITUDINAL DO AVIÃO — Capacidade que possui o aparelho de manter inalterada sua atitude de vôo horizontal, evitando que ele cabre ou mergulhe por si mesmo.

ESTABILIDADE PRÓPRIA DO AVIÃO — Capacidade própria que o aparelho possui de restabelecer seu equilíbrio, eventualmente perturbado. Diz-se que ela é *Longitudinal*, *Transversal* e *Direcional*.

ESTABILIDADE DE ROTA DO AVIÃO — V. *Estabilidade direcional do avião*.

ESTABILIDADE TRANSVERSAL DO AVIÃO — Capacidade que o aparelho possui de manter a posição correta das asas, impedindo inclinações das mesmas para um ou outro lado.

ESTABILIZADOR — Superfície horizontal que constitui a parte anterior da *empenagem* de um avião. Sua função é a de auxiliar a garantir a *estabilidade Longitudinal própria* do avião. Pode ser *fixo* ou *ajustável*.

ESTABILIZADOR HORIZONTAL — V. *Estabilizador*.

ESTABILIZADOR VERTICAL — V. *Deriva* (3).

ESTAÇÃO DE REAPROVISIONAMENTO — Local de reaprovisionamento instalado por uma G U no ponto de descarga dos suprimentos transportados por via férrea, marítima ou fluvial.

ESTAÇÃO REGULADORA — Órgão de controle do tráfego estabelecido nas linhas de comunicações e através do qual os movimentos são ordenados e controlados pelo Comandante do Teatro de Operações.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO — Órgão principal de preparação das Forças Armadas de Terra para a guerra. Incumbe-lhe: elaborar os planos de organização, mobilização e emprego das forças do Exército; orientar todos os ramos do ensino, instrução dos quadros e da tropa, do Exército ativo e suas reservas; orientar a escolha do material bélico e equipamento geral das formações de tempo de paz e de guerra, de fabricação nacional ou de aquisição no estrangeiro. Compreende: Chefe, Gabinete; 1.ª Sub-Chefia (2.ª e 3.ª Secções); 2.ª Sub-Chefia (1.ª e 4.ª Secções) e Secção Administrativa. A ele ficam subordinadas diretamente a Diretoria de Armas, a Diretoria de Ensino e a Escola de Estado-Maior.

ESTEPE — *Planície* formada por superfícies de areia solta, ou bancos de argila dura de rochas fendidas, onde raramente se encontram traços de vegetação.

ESTIBORDO — V. *Boreste*.

ESTUDO DAS INFORMAÇÕES — Trabalho metódico realizado pela 2.ª Secção do E. M. de uma G. U., ou pelo Oficial de Informações de uma unidade, a fim de fazer a análise rápida e completa das informações enviadas pelos diversos órgãos de busca, pelos vizinhos e pela unidade superior.

EVACUAÇÃO DE MATERIAL — É o transporte, pelas unidades de Serviços, do material recuperado que tenha sido severamente danificado, dos pontos de coleta de recuperação para os centros de evacuação ou estabelecimentos de manutenção, a fim de assegurar a volta desse material ao serviço ou o seu aproveitamento como matéria prima.

EVENTO — 1 — Pequeno orifício.

2 — Acontecimento. Sucesso. Ocorrência.

3 — Elemento a registrar na espóleta dum projétil a fim de que o seu arrebetamento se dê em determinado ponto da trajetória. Corresponde a valores associados do *corretor* e da *distância-regulador*.

EVENTO DE ALTURA NULA — O que corresponde ao arrebetamento no pé do objetivo.

EVENTO DE ALTURA-TIPO — O que corresponde ao arrebetamento na *altura-tipo*.

EXERCÍCIO TÁCTICO — Aquele em que somente os quadros, ou os quadros e a tropa de uma unidade ou G. U., vivem uma situação táctica determinada a fim de treinar nas respectivas funções para o seu desempenho, nas condições mais semelhantes possíveis de realidade da guerra. Pode ser na *carta* ou no *terreno*, de *ação simples* ou de *dupla ação*.

EXERCÍCIO TÁCTICO DE AÇÃO SIMPLES — Aquele em que o diretor do exercício regula a conduta do adversário tendo em vista determinado objetivo de instrução.

EXERCÍCIO TÁCTICO DE DUPLA AÇÃO — Aquele em que cada chefe de partido ou facção tem ampla liberdade de agir, nos limites da situação táctica que receber e das decisões da arbitragem.

EXERCÍCIOS — Evoluções ou ações praticadas no campo, em estradas, ginásios, etc. com o fim de se conseguir disciplina, contróle, flexibilidade e perícia em determinado ramo da instrução militar.

EXÉRCITO — 1 — *De modo geral*: É uma instituição nacional permanente, organizada sobre a base da disciplina hierárquica e destinada à defesa moral e material da Pátria e à garantia dos poderes constitucionais, da ordem e da Lei. É constituído pelos seguintes elementos: — comandos, tropas e Serviços do Exército ativo; estabelecimentos e repartições militares; comandos, tropas e Serviços de reserva.

2 — É a Força Armada de Terra.

3 — *De modo restrito*: Unidade fundamental da manobra estratégica. Unidade de batalha, isto é, de operações. Compreende várias G. U. de natureza diversa (Corpos de Exército, Divisões de Infantaria, Divisões ou Corpos de Cavalaria, Divisões de Montanha, Divisões Blindadas, Destacamentos Especiais) suficientes à execução da ma-

nobra estratégica, e elementos para a busca de informações mais afastada possível. E' uma unidade de enquadramento com estado-maior muito importante, Comandos de Armas e Chefias de Serviços bastante flexíveis. Seu Comandante dirige a manobra das diversas G.U. constitutivas, no quadro de u'a missão de conjunto. E' também a unidade de vida, isto é, com capacidade suficiente para atender de modo completo tôdas as necessidades dos subordinados relativas a reaprovisionamentos, transportes e evacuação.

EXPLORAÇÃO DO ÊXITO — V. *Aproveitamento do êxito.*

EXTENSAO DA FRENTE — Espaço, em largura, coberto ou ocupado por uma unidade em qualquer formação.

FAÇA-SE SOCIO DA COOPERATIVA
OU ASSINANTE DESTA REVISTA
PARA GOZAR DAS VANTAGENS QUE
OFERECE.

Vermes? "HOMEOVERMIL"

Efeito seguro e rápido; gosto agradável e dose mínima;
preparação homeopata isenta de riscos para a saúde.

— É um produto do grande Laboratório de —

DE FARIA & CIA. — Rua de S. José, 74 — Rio

§ VENDA EM TODAS AS FARMÁCIAS E DROGARIAS

NOTICIÁRIO E LEGISLAÇÃO

Atos oficiais do Ministério da Guerra, publicados no «Diário Oficial» no periodo de 20 de Fevereiro a 20 de Março de 1947

ABONO PARA FARDAMENTO — (Solução de consulta).

- Consulta o Comandante do I-1.º R. A. A. se aos oficiais R-2 incluído no Q. A. O. no mesmo posto que tinham na Reserva, cabe o abono para fardamento de que trata o art. 176 do C. V. V. M. E.
- Em solução, declaro:
- Não há como estender aos oficiais da Reserva de 2.ª classe, por sua inclusão no Q. A. O., a concessão prevista no art. 176 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército. O disposto em apêço visa amparar os promovidos e não os que forem incluídos nos quadros do Exército ativo com o mesmo posto que tinham na reserva.
- Aviso n.º 280 de 14 — D. O. de 17-3-947.

ALUNOS DAS ESCOLAS PREPARATÓRIAS — (Permissão).

- É permitida, no corrente ano, aos alunos das Escolas Preparatórias, a frequência do ano seguinte com dependência de uma aula do anterior.
- Aviso n.º 262 de 11 — D. O. de 13-3-947.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

- O Quartel General da Zona Militar do Norte passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
- Aviso n.º 267 de 12 — D. O. de 14-3-947.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA — (Passa a ter).

- O 2.º B. E. sediado em Pindamonhangaba, Estado de S. Paulo, passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no artigo 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 3.251, de 9 de novembro de 1938.
- Aviso n.º 215 de 26 — D. O. de 28-2-947.

AUXILIAR DE OFICIAIS — (Solução de consulta).

- 1 — Em rádio 101-A2, de 14 de fevereiro do corrente ano, o comandante da 3.ª Região Militar consulta, face ao disposto no artigo 13 do Código de Justiça Militar, se devem figurar nas relações nominais trimestrais de que trata o parágrafo 1.º do art. 19 do

- mesmo Código, alterado pelo Decreto-lei n.º 2.234, de 27 de maio de 1940, os oficiais incluídos e promovidos no Q. A. O.
- 2 — Em solução declarar:
- Em virtude do disposto no art. 5.º do Decreto-lei n.º 8.760, de 21 de janeiro de 1946, que criou o Quadro Auxiliar de Oficiais, os seus componentes devem constar das relações acima mencionadas.
- Aviso n.º 261 de 11 — D. O. de 13-3-947.

CRIMINOSOS PRIMÁRIOS — (Concessão).

- O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87 n.º XIX, da Constituição, considerando que, em comemoração da data da proclamação da República, foi concedido indulto a criminosos primários condenados, na justiça comum, a pena não superior a dois anos, considerando que por princípio de equidade a graça concedida deve ser estendida aos criminosos, em idêntica situação, condenados perante a Justiça Militar, decreta:
- Art. 1.º E' concedido indulto aos criminosos primários condenados definitivamente pela Justiça Militar a pena não superior a dois anos de detenção ou prisão que, pelos seus bons antecedentes e procedimento carcerário, não se considerem perigosos;
- Art. 2.º Igual benefício é concedido aos condenados definitivamente pela mesma Justiça Militar, até dois anos de reclusão, se satisfizerem as condições do artigo anterior, e tiverem cumprido, pelo menos, metade da pena;
- Art. 3.º Os Comandantes de Estabelecimentos Militares e, na hipótese do art. 48 do Código Penal Militar, os Conselhos Penitenciários do Distrito Federal e dos Estados, tomarão a iniciativa de indicar ao Auditor competente a relação dos condenados que preenchem as condições estabelecidas nos artigos anteriores.
- Decreto n.º 22.763 de 17-3 — D. O. de 18-3-947.

CONSCRITOS DAS CLASSES CONVOCADAS — (Incorporação).

- Os Comandantes de Regiões Militares deverão incorporar, em corpos de tropa, os conscritos das classes convocadas em outras Regiões Militares e que estejam residindo no território de sua jurisdição.
- A Região Militar que incorporar conscritos nestas condições, deverá providenciar para que a Circunscrição de Recrutamento que os convocou, seja cientificada no mais breve prazo, por intermédio de radiograma confirmado por ofício, de sua apresentação.
- No caso de haver necessidade de transferência de conscritos de uma Região Militar para outra, na conformidade do disposto no parágrafo único do art. 42 da Lei do Serviço Militar, deverá ela atingir, inicialmente, os conscritos alistados pelas Circunscrições de Recrutamento da Região Militar onde houver as faltas.
- Aviso n.º 211 de 25 — D. O. de 27-2-947.

CURSO DA ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO — (Vagas).

- E' fixado, no corrente ano, o número de vagas que abaixo se mencionam para a matrícula no primeiro ano dos Cursos Especializados da Escola Técnica do Exército:

Eletricidade	8
Fortificação e Construção	14
Geodésia e Topografia	10

Industrial e Armamento	14
Metalurgia	6
Química	9
Transmissões	8
Industrial de Automóvel	10

— Aviso n.º 208 de 24 — D. O. de 26-2-947.

EFETIVOS DE CONTINGENTES — (Autorização).

- 1 — Autorizo os Comandantes de Região Militar a completarem os claros de cabos existentes nos efetivos de contingentes com soldados conscritos.
- 2 — A fim de que não existam excedentes de cabos nos corpos, esses Comandos deverão fazer as necessárias transferências, visando atender as necessidades de suas unidades e contingentes.
- Aviso n.º 275 de 14 — D. O. de 17-3-947.

FUNCIONAMENTO DO CURSO O. DA RESERVA — (Supressão).

- E' suprimida a letra a, do item VI das Instruções baixadas com a Portaria n.º 9.269, de 24 de Abril de 1946, que regula o funcionamento do Curso de Officiais da Reserva.
- Aviso n.º 207 de 24 — D. O. de 26-2-947.

MUDANÇA DE DOMICÍLIO — (Ordem).

- Tendo em vista que o art. 13, da Lei do Serviço Militar determina que o reservista que não fizer a comunicação de mudança de domicílio, sofra uma multa de 20 a 50 cruzeiros, e em face do que dispõe o artigo 114 dessa Lei, declaro que:
- a) — a comunicação da mudança de residência dos funcionários das estradas de ferro, quando transferidos por conveniência do serviço, poderá ser feita pela Diretoria da empresa interessada, mediante a respectiva Circunscricção de Recrutamento;
- b) — dessa relação deverá constar o nome do funcionário, a classe a que pertence, a categoria do reservista, o número do certificado, e a mudança de residência, com o endereço anterior e o atual.
- Aviso n.º 190 de 20 — D. O. de 26-2-947.

OFICIAIS SUBALTERNOS — (Solução de consulta).

- 1 — Consulta o Comandante do 1/4.º R. O. 105 se oficiais subalternos que não estejam em comando de sub-unidades, mas que desempenham funções privativas de capitão, por cargo vago, ajudante e oficial de informações da Unidade, devem concorrer à escala de Serviço de Oficial de dia.
- 2 — Em solução declaro:
- O Serviço de Oficial de Dia é privativo de subalterno, a ocupação por este de uma função de capitão, dá-lhe automaticamente as responsabilidades e os direitos deste posto. Nessas condições, os subalternos que ocupam cargos privativos de Capitães, por força de cargo vago, devem ser excluídos de escala de serviço de oficial de dia, a esse serviço concorrendo com os subalternos no comando interino de unidades, tôdas as vezes que houver falta de subalternos adidos e excedentes, prontos e antes da entrada nessa escala de serviço dos Capitães efetivos da Unidade, tudo de acôrdo com os parágrafos 1.º e 2.º do art. 199 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais.
- Aviso n.º 254 de 8 — D. O. de 11-3-947.

ICIAIS DA RESERVA DE 2.ª CLASSE — (Promoções).

- 1 — Aos oficiais da reserva de 2.ª classe, quando convocados, a Lei estabelece para promoção o requisito de "Exercer no posto para o qual foi convocado, em Cordo de Tropa, Formação de Serviço, Estabelecimento, ou Repartição Militar, um período de 6 meses de serviço ininterrupto, o comando ou função privativa do seu posto "Letra b, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 5.485, de 14 de maio de 1943".
- Para promoção dos oficiais da reserva não convocados, estabelece a exigência de estágios ou períodos de instrução (art. 11 do Decreto-lei número 15.231, de 31-12-1921), Consulta o Comandante da 3.ª Região Militar, se aos oficiais da reserva de 2.ª classe, licenciados depois de completarem o período de 6 meses acima citado, deve ser exigido os estágios ou período de instrução previstos para promoção ao posto imediato.
- 2 — Em solução, declaro que o período de serviço definido na letra b, do art. 2.º do Decreto-lei n.º 5.485, de 14 de maio de 1943, supre com vantagem, os estágios ou períodos de instrução exigidos para promoção ao posto imediato dos oficiais de reserva não convocados, ficando por isso dispensados dessa exigência para promoção, os oficiais da reserva de 2.ª classe, já licenciados e que quando convocados, para o serviço ativo, satisfizeram o requisito da letra b, do Decreto acima referido, respeitados os requisitos do conceito e interstícios exigidos.
- Aviso n.º 255 de 8 — D. O. de 11-3-947.

REGISTRO DE INFORMAÇÕES DE OFICIAL — (Solução de consulta).

- Em solução à consulta do Chefe do Depósito de Material em Trânsito a respeito de registro de informações de Oficial, declaro:
- a) — deve ser observado o texto legal (Art. 60 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943;
- b) — entretanto, a presente consulta e bem assim as informações e pareceres que recebeu, devem ser encaminhados ao Estado-Maior do Exército, para servir de subsídio à elaboração da nova Lei de Promoções.
- Aviso n.º 290 de 18 — D. O. de 20-3-947.

REGULAMENTO DO SERVIÇO DE TRANSMISSÕES — (Aprovação).

- Art. 1.º — Fica aprovado o Regulamento do Serviço de Transmissões (Primeira Parte), que com este baixa, assinado pelo General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, Ministro da Guerra.
- Decreto n.º 22.576 de 15-2-947 — D. O. de 6-3-947.

REGULAMENTO PARA A E. MILITAR DE RESENDE — (Redação).

- Art. 1.º — O art. 13 do Regulamento para a Escola Militar de Resende (2.ª parte) aprovado pelo Decreto n.º 19.857, de 23 de outubro de 1945 passa a ter a seguinte redação:
- "Art. 13. — A Assistência do Ensino é dirigida pelo Assistente do Ensino, Major combatente da ativa, com o curso de Estado-Maior".
- Art. 2.º — O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- Decreto n.º 22.759 de 13-3 — D. O. de 15-3-947.

SARGENTOS DO QUADRO DE OPERÁRIOS MILITARES — (Solução de consulta).

- Consulta o Chefe do Serviço do Material Bélico da 4.^a Região Militar se os sargentos pertencentes ao Quadro de Operários Militares das Oficinas de Reparações Regionais são considerados com o curso de artifices e portanto compreendidos no parágrafo único do do art. 89, da Lei do Serviço Militar.
- Em solução declaro:
- a) — os sargentos pertencentes ao Quadro de Operários Militares são artifices em vista do processo estabelecido para seu recrutamento (Instruções publicadas no B. E. n.º 478, de 20-9-928);
- b) — os sargentos em aprêço, para efeito de engajamento e reengajamento, estão compreendidos no disposto no parágrafo único do art. 89, do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de Julho de 1946 (Lei do Serviço Militar).
- Aviso n.º 206 de 24 — D. O. de 26-2-947.

SOLDADOS DO CONTINGENTE DA REPARTIÇÃO — (Solução de consulta).

- Consulta o Chefe da 8.^a Circunscrição de Recrutamento como proceder em face do aviso n.º 1.180, de 17 de setembro de 1946, com os soldados do Contingente da Repartição que apresentaram diploma de dactilógrafos constante do respectivo quadro de efetivo.
- Em solução declara:
- Devem ser classificados nas funções dessa especialidade, tantos dactilógrafos quantos consignar o quadro de efetivo, os demais permanecerão como soldados de fileira, aptos ao preenchimento de vagas que se derem, ou poderão ser transferidos para outras Repartições ou Estabelecimentos, a fim de preencherem claros da Especialidade.
- Aviso n.º 214 de 26 — D. O. de 28-2-947.

SOLDADOS OPERADORES DE TRATOR — (Solução de consulta).

- Consulta o Comandante do 1.^o Batalhão Ferroviário, como proceder, para fins de reengajamento, com os soldados operadores de Trator, Patrol, Ingersol Rand e Perfuratriz, com o curso de equipamento pesado do Centro de Instrução Especializada do Realengo.
- Em solução declaro:
- As praças com o curso de equipamento pesado do Centro de Instrução Especializada do Realengo, são consideradas especialistas de acordo com o art. 390 do R. I. S. G. e a elas dever-se-á aplicar o disposto na letra b, do art. 87, e art. 88, da Lei do Serviço Militar para fins de engajamento e reengajamento.
- Aviso n.º 208 de 24 — D. O. de 26-2-947.

TRANSITO E INSTALAÇÃO — (Prazo).

- Havendo surgido algumas dúvidas a respeito da concessão e utilização do *trânsito*, em face do consignado no Estatuto dos Militares (art. 34, letra m e art. 46), declaro:
- a) — os prazos, concedidos para *trânsito e instalação*, sendo, na forma da legislação vigente, dispensas do serviço destinadas à utilização nas guarnições de partida e de destino, respectivamente, não devem ser considerados incluídos entre as dispensas que podem ser utilizadas na forma do estabelecido no art. 46 do Decreto-lei n.º 9.698, de 2 de setembro de 1946 (Estatuto dos Militares);

- b) — em relação ao trânsito, devem ser observados os dispositivos do Decreto-lei n.º 7.039, de 10 de novembro de 1944 (Lei de Movimento de Quadros) e o estabelecido no aviso n.º 310, de 6 de fevereiro de 1945;
- c) — em casos especiais, o Ministro da Guerra e as demais autoridades com atribuição para movimentar militares poderão permitilhes utilizar parte dos trânsito em qualquer outras localidades que não a de partida, observadas, porém, as seguintes normas:
 - 1 — o prazo contado entre a data do desligamento da unidade de origem e a apresentação à unidade de destino não deverá, em caso algum, exceder ao período legal de trânsito acrescido do prazo de duração normal da viagem entre as guarnições de partida e de destino;
 - 2 — serão fornecidas, quando de direito, por conta do Estado, apenas as passagens correspondentes ao itinerário normal a seguir entre as guarnições de partida e de destino, correndo por conta do interessado os acréscimos de despesa de viagem devidos a interrupções.
- Aviso n.º 289 de 18 — D. O. de 20-3-947.

A coragem moral pode ser inata, mas pode resultar também da educação rigorosa e contínua do espírito. Ainda quando o temperamento possa influir sobre a coragem física e abalar a coragem moral, esta pode dominar aquela a ponto de conferir ao verdadeiro chefe esse poder admirável que é o de transmitir aos seus subordinados a capacidade de resistir ao sofrimento e ao risco de morte, nas situações mais angustiosas da guerra. — CEL. X.

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS
ENCARGOS A UM OUTRO COMPA-
NHEIRO E COMUNICA A NOSSA
DIREÇÃO.

Colaboram neste numero:

Coronel Bezato B. Nunes
Coronel J. B. Magalhães
Coronel X
Ten. Cel. A. Sena Campos
Ten. Cel. J. B. Matos
Ten. Cel. Ary Silveira
Ten. Cel. Otávio G. Uzeda
Ten. Cel. Altair Franco Ferreira
Major J. H. Garcia
Major Umberto Persechini
Major Omar Emir Chaves
Major F. Moreira Costa
Major Paulo Duarte
Major F.
Capitão Octavio Alves Velho
Capitão Nilson Freixoabo
Capitão Amador Baccanario Lima
Capitão Gilberto Pessanha
Capitão Marília Albuquerque dos Santos
Sargento Oscar Sales



Cr\$ 5,00